

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

LICENCIATURA EM FILOSOFIA

**FILOSOFIA E LITERATURA: METODOLOGIAS PARA A
INTERDISCIPLINARIDADE**

Isabel Cristina Dalmoro

PORTO ALEGRE

DEZEMBRO, 2014

Isabel Cristina Dalmoro

**FILOSOFIA E LITERATURA: METODOLOGIAS PARA A
INTERDISCIPLINARIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do
diploma de Licenciado em Filosofia,
concedido pela Universidade Federal do Rio
Grande do Sul – UFRGS

Orientador: Prof. Doutor Leonardo Sartori Porto

Porto Alegre, 2014

A minha mãe
A Ronaldo e Débora
Por amor

AGRADECIMENTOS

Ao Ronaldo e à Débora pelo carinho e apoio durante todo o percurso acadêmico, comemorando juntos cada uma das conquistas obtidas. A minha mãe, por seu permanente incentivo e sua infinita compreensão por minhas ausências.

A Daiane Cristina Faust, por sua presença constante e tudo o que isso representa.

A Denise Maria dos Santos, por ter viajado junto a *Omelas*.

Ao professor Rafael da Silva Cortes, professor da disciplina de Filosofia do Colégio de Aplicação da UFRGS, pelo espaço concedido para que esse trabalho pudesse ser realizado e por toda a orientação recebida durante os três estágios realizados na escola.

Ao professor Leonardo Porto, pela orientação prestada.

Aos coordenadores e colegas do PIBID/Filosofia UFRGS onde fui bolsista desde o início da Graduação, que oportunizaram inúmeras vivências em relação ao ensino da Filosofia.

Ao Nietzsche, que começou tudo isso.

“Sempre sós, se dirigem ao Oeste ou ao Norte, até as Montanhas. Prosseguem. Abandonam Omelas, sempre adiante, e não voltam. O lugar aonde vão é ainda menos imaginável para nós, que a cidade da felicidade. Não posso descrevê-lo, em absoluto. É possível que não exista. Porém parece que sabem muito bem para onde se dirigem, os que se afastam de Omelas”.

(Ursula K. Le Guin)

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	7
2-FILOSOFIA E LITERATURA: METODOLOGIAS PARA A INTERDISCIPLINARIDADE	10
2.1-JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA	10
2.2-FILOSOFIA E A IMAGINAÇÃO	12
2.2.1-FILOSOFIA E FICÇÃO.....	13
2.3-FILOSOFIA POLÍTICA E LITERATURA CLÁSSICA	14
2.4- BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA INTERDISCIPLINARIDADE	16
3-ANÁLISE DO ESTÁGIO	18
4- MATERIAL DIDÁTICO EXTRA	47
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
6- APÊNDICE 1: PLANOS DE AULA ESTÁGIO UM	72
7-APÊNDICE 2: PLANOS DE AULA ESTÁGIO DOIS.....	77
8-APÊNDICE 3: PLANOS DE AULA ESTÁGIO TRÊS	91
9-APÊNDICE 4: CARTAZES TRIBUNAL FILOSÓFICO	104
10-APÊNDICE 5: TRECHO CANTO II ILÍADA.....	106
11-APÊNDICE 6: POWER POINT: ILÍADA E ARISTÓTELES	111

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por meta apresentar propostas para o ensino de Filosofia no que diz respeito à interdisciplinaridade com a Literatura, buscando atender as solicitações do MEC no que tange às orientações prescritas no Parecer CNE/38/2006, o qual solicita que as propostas pedagógicas devam assegurar tratamento interdisciplinar e contextualizado na obtenção dos conhecimentos em Filosofia. Soma-se a isso a indicação de buscar a interdisciplinaridade entre a Filosofia e áreas além daquelas que são integrantes das Ciências Humanas, presente nas Orientações para o Ensino Médio para a Filosofia (OCEM/2006), no item que trata da possibilidade de intercâmbio entre a disciplina com as áreas da Linguagem “pela própria valorização do texto filosófico, da palavra e do conceito”¹. Além disso, pretende ser uma contribuição aos professores da disciplina de Filosofia ofertando recursos didáticos para tornar as aulas desta mais atraente para o estudante do Ensino Médio, público alvo deste estudo, sem perder aquilo que é pertinente à mesma, a saber, a reflexão crítica sobre seus conceitos.

As duas metodologias apresentadas esperam abarcar a interdisciplinaridade e do mesmo modo serem consideradas acessíveis aos professores, ou seja, não demandar de recursos que vão além daqueles disponíveis na escola. Além disso, tanto uma metodologia quanto a outra buscará atender ao que é descrito na OCEM, quando procurará envolver diretamente os estudantes nos temas da Ética e da Filosofia Política - áreas desse estudo -, a saber, a “utilização de valorosos materiais didáticos pode ligar um conhecimento filosófico abstrato à realidade, inclusive ao cotidiano do estudante, mas a simples alusão a questões éticas não é ética, nem filosofia política a mera menção a questões políticas”². Desse modo, as metodologias adotadas pretendem motivar os estudantes na participação das aulas de Filosofia, bem como auxiliá-los na assimilação das teorias expostas, procurando desenvolver tanto a argumentação oral, quanto a escrita.

¹ *Ibidem*, p.18

² *Ibidem*, p. 17

O estudo é dividido em quatro capítulos que visam demonstrar a inter-relação entre a teoria e as práticas de ensino adotadas para esse estudo, analisando os resultados encontrados.

O capítulo **Dois** apresenta a parte teórica onde justifica-se a opção pelo tema proposto e fundamentam-se as escolhas literárias a serem analisadas. As opções referem-se aos subtemas da Ética e da Filosofia Política, respectivamente. O texto escolhido para ser estudado junto à Ética é o conto premiado da escritora estadunidense Ursula K. Le Guin intitulado *Os que se afastam de Omelas* (*The ones who walk from Omelas, 1974*). O conto aborda a situação de uma criança que é mantida presa em um quarto pela população da cidade fictícia de *Omelas*, por conta da conservação da prosperidade e da felicidade de todos os habitantes da mesma. A proposta é utilizar o conto na introdução das teorias do Determinismo, Libertarismo e Compatibilismo, mas isso não esgota a riqueza didática e conceitual do mesmo, uma vez que pretende-se fazer uso da situação descrita nele também na introdução da teoria do Utilitarismo, quando é no estudo dessa teoria que ele é mais utilizado, daí o caráter desafiador da proposta. Além disso, o conto pode ser também objeto de interdisciplinaridade com as disciplinas de Sociologia e Línguas Estrangeiras, uma vez que o mesmo encontra-se disponível em Inglês (por sua origem) e em Espanhol. Para a área de Filosofia Política o texto escolhido para ser objeto de estudo foi o trecho do Canto II da *Ilíada* de Homero, tendo sua indicação surgido após leitura da obra de Fernando Savater, *Política para meu filho*, quando trata da invenção grega, a Democracia, presente desde os tempos mais remotos na Grécia. O objetivo é levar os estudantes até o período descrito na *Ilíada*, situando-os dentro do contexto político da época, para com isso introduzir o pensamento de Aristóteles acerca da política. Entende-se, assim, que já tendo como base o que será lido e estudado no texto de Homero, esses poderão assimilar o que será apresentado na teoria aristotélica.

Além do que foi dito, esse capítulo está dividido em seções e visa nortear aquilo que será experimentado mais adiante.

O capítulo **Três** diz respeito à análise das práticas de ensino realizadas, apontando os resultados obtidos com considerações acerca das respostas dos estudantes às questões apresentadas. Trata de mostrar as metodologias adotadas para a viabilização

da interdisciplinaridade entre a Filosofia e os textos literários escolhidos para o estudo, situando-os dentro do plano de ensino do Colégio de Aplicação da UFRGS.

O capítulo **Quatro** expõe alguns dos materiais didáticos elaborados como recursos que foram utilizados ao longo dos três estágios realizados. Os mesmos estão relacionados conforme a ordem dos estágios e os respectivos temas. As metodologias utilizadas para o uso de cada material didático encontram-se descritas nos planos de aula presentes nos Apêndices Um, Dois e Três.

No capítulo **Cinco** são dadas as considerações finais, de acordo com os resultados obtidos a partir da realização do estudo ao longo dos três semestres de prática docente – estágio curricular obrigatório - com os alunos do Ensino Médio do Colégio de Aplicação da UFRGS. Tais considerações são dadas na ordem em que as metodologias foram executadas. Em relação à simulação de um júri, dada no Tribunal Filosófico, adianta-se que a mesma se mostra acessível aos professores da disciplina, ofertando o conto *Os que se afastam de Omelas* como um recurso possível para as aulas de Filosofia, podendo ser objeto de interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento. Para os alunos, crê-se que a referida metodologia serviu como motivação para o estudo do tema e desenvolveu tanto a argumentação oral, necessária para a viabilização das funções propostas, quanto a argumentação escrita, não menos necessária. Tais habilidades proporcionaram aos estudantes que participaram do Tribunal Filosófico uma melhor elaboração de argumentos quando defenderam uma das teorias estudadas, expondo com mais clareza e precisão aquilo que pretendiam sustentar. Além disso, a metodologia do júri simulado atende a proposta presente na OCEM, quando sugere que os recursos didáticos e suas aplicações devem contemplar a criatividade, e também desenvolver “a capacidade de pensar múltiplas alternativas para a solução de um problema, ou seja, [o] desenvolvimento do pensamento crítico, da capacidade de trabalhar em equipe, da disposição para procurar e aceitar críticas, da disposição para o risco, de saber comunicar-se, da capacidade de buscar conhecimentos” (p. 30).

2. FILOSOFIA E LITERATURA: METODOLOGIAS PARA A INTERDISCIPLINARIDADE

O Parecer CNE/38³ que inseriu a disciplina de Filosofia no Ensino Médio traz a orientação que essa *deve* cumprir caráter interdisciplinar e contextualizado visando o domínio de conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania. Assim sendo, pensar em um currículo de Filosofia para o Ensino Médio torna-se um desafio, uma vez que essa disciplina não possui uma tradição curricular nesta etapa de ensino, quanto menos em relação à interdisciplinaridade. Além disso, seguindo as direções dadas nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio⁴ acerca da obrigatoriedade da Filosofia na etapa final da Educação Básica que “sugere uma reflexão sobre sua especificidade e seus pontos com outras disciplinas (...), verificando-se a possibilidade de estabelecimento proveitoso no intercâmbio com a área de Linguagens” (2006, p. 18), buscar metodologias e recursos didáticos para o ensino da Filosofia na Educação Básica que abarque outras disciplinas tornou-se questão instigante para a prática docente da disciplina. Todavia, a questão que surge é: “como pensar uma proposta interdisciplinar que preserve o caráter do ensino de Filosofia, a saber, de levar os estudantes a pensar de modo crítico e, ao mesmo tempo, atender as orientações apresentadas?”

2.1 Justificativa da escolha do tema

Conforme abordado acima, pensar o ensino da Filosofia de maneira interdisciplinar tornou-se um dos desafios para os professores da disciplina. Nesse sentido, buscar elementos na Literatura que possam ser relacionados com temas pertinentes à Filosofia, em específico dentro da área de Ética e Filosofia Política, visa atender as recomendações dos documentos do MEC, como também, tornar o ensino desta mais atraente para o estudante. Em relação à Ética acrescentamos o pensamento de Gabriel Perissé dado em seu livro *Filosofia, Ética e Literatura*⁵ onde sustenta que:

³ Conforme RESOLUÇÃO Nº 4, DE 16 DE AGOSTO DE 2006. Extraído de: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb04_06.pdf acesso em 06/07/2014.

⁴ ORIENTAÇÕES PARA O ENSINO MÉDIO; CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS. http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf acesso em: 06/07/2014.

⁵ PERISSÉ, Gabriel. *Filosofia, Ética e Literatura: uma proposta pedagógica*. São Paulo. Editora Barueri, 2004.

O papel formativo da Literatura no campo do ensino da ética pode mostrar-se fundamental, na medida em que ajude a conceber uma “ética estética” carregada de estímulos que atuem como argumentos originais e entusiasmantes, sem se recair em esteticismos cuja atração vertiginosa poderia provocar um entendimento parcial e limitado da vida humana (2004, p. 175).

Soma-se à opção de buscar junto à Literatura subsídios que possam ser tanto trabalhados concomitantemente com a disciplina de Filosofia, quanto essa utilizar esses elementos em caráter singular, os objetivos presentes no currículo de Filosofia do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no que diz respeito ao Segundo e Terceiro Ano do Ensino Médio (escola e séries onde a presente pesquisa será realizada, respectivamente). Além disso, coube a escolha pela junção das duas disciplinas referidas, Filosofia e Literatura, as sugestões oferecidas por José Eduardo Porcher, no artigo *Filosofia e ficção: uma proposta pedagógica*⁶, onde apresenta formas de como a ficção pode auxiliar no ensino da Filosofia. Dentre as sugestões trazidas por PORCHER, encontra-se o conto premiado de Ursula K. Le Guin sob o título “*Os que se afastam de Omelas*”⁷ (1974) tratando sobre questões éticas, sendo esse um dos textos escolhidos para utilização nas aulas. Ademais, de acordo com Matthew Lipman, no Prefácio da obra *Filosofia na sala de aula*⁸, a Filosofia esteve sempre incorporada a algum veículo literário ainda antes de Aristóteles (2001, p. 10) - referindo-se à *Ilíada* de Homero. Por isso, acrescenta-se à pesquisa um trecho específico dessa obra clássica como sugestão que pode servir ao ensino da disciplina de Filosofia, dentro da área de Filosofia Política.

⁶ PORCHER, José Eduardo. *Filosofia e ficção: uma proposta pedagógica*. In: *Diálogos com a escola: experiências em formação continuada em Filosofia na UFRGS*, volume I/ Priscilla Tesch Spinelli (org.) ... [et al]. Porto Alegre, Editora Evangraf, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/5972311/Filosofia_e_ficcao_uma_proposta_pedagogica acesso em 25/11/14.

⁷ O conto é parte integrante da obra: *Rumo à Fantasia*. Editado por Roberto de Sousa Causo. Traduzido por Ivan Carlos Regina. São Paulo, Editora Devir, 2009, pp. 189- 196.

⁸ LIPMAN, Matthew. SHARP, Ann Margaret; OSCANYAN, S. Frederick. *Filosofia na sala de aula*. Tradução: Ana Luiza Fernandes Falcone. São Paulo, Nova Alexandria, 2001.

2.2 Filosofia e a Imaginação⁹

Considerando as justificativas apresentadas para a escolha de textos da Literatura como recurso didático para o ensino da Filosofia é relevante abordar brevemente a importância da imaginação para o raciocínio moral, inicialmente apontada por Lipman:

Os problemas morais são uma subclasse dos problemas humanos em geral. É preciso ter imaginação para conhecer diferentes maneiras de transformar uma situação pouco satisfatória. Devemos ser capazes de visualizar o que aconteceria se fizéssemos isso ou aquilo, ou se não fizéssemos nada. Em outras palavras, a imaginação é necessária para antecipar os objetivos e metas que um indivíduo ou uma comunidade poderiam buscar (2001, p. 224).

Entende-se, desse modo, que a imaginação torna possível encontrar os meios alternativos para solucionar problemas envolvendo situações morais, além de desenvolver nos estudantes a capacidade de interiorização de princípios. Além disso, alarga o conhecimento literário do estudante, possibilitando a aquisição da competência de leitura crítica, podendo tornar o ensino da ética um tema atraente para os mesmos. Ainda sobre a imaginação e sua implicação na Filosofia, Baggini¹⁰ ressalta que

A imaginação sem razão não passa de fantasia, mas razão sem imaginação é estéril. Em parte é por isso que tanto cientistas quanto filósofos sempre usaram situações imaginárias para ajudar a afiar suas ideias e levá-las aos seus limites. O objetivo de tais “experiências do pensamento” é remover tudo o que complica as coisas na vida real para se concentrar com clareza na essência de um problema (2006, p.9).

⁹ Segundo o Dicionário, a *Imaginação* está presente na Filosofia desde Aristóteles, que foi quem primeiro analisou-a em *De anima* (III, 3), definindo-a nesses termos: “*Em geral, a possibilidade de evocar ou produzir imagens, independente da presença do objeto a que se refere*”. Outra definição para vocábulo em questão, é dada por Ricoeur, como aquele que insistiu no papel criativo da *Imaginação*, ressaltando a função desta como um estímulo para que o pensamento conceitual “*pense mais*” e “*fale de outro modo*” (Dicionário de Filosofia- Nicola Abbagnano- São Paulo, Martins Fontes, 227, pp. 622- 623). As definições trazidas servem como suporte para aquilo que estamos nos propondo a pesquisar.

¹⁰ BAGGINI, Julian. *O porco filósofo. 100 experiências de pensamento para a vida cotidiana*. Tradução: Edmundo Barreiros. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2006. Prefácio, p.9.

Bettelheim¹¹ defende que a imaginação capaz de envolver profundamente o sujeito não é exclusiva da arte literária, considerando que qualidades atraentes ao inconsciente estão presentes em outras linguagens escritas (filosóficas ou científicas) e, caso não existissem tais qualidades, o sujeito não se envolveria plenamente. Além disso para que a literatura nos afete, nossa resposta a ela deve continuar a conter traços de sentimentos e ideias irracionais projetadas por nós desde a infância (1992, pp. 51-2). Portanto, cremos que é importante incentivar os estudantes a fazer uso da imaginação na resolução das circunstâncias que lhes serão expostas, envolvendo “suas capacidades de lidar imaginativamente e criativamente com certas situações que, de outro modo, achariam difíceis e confusas” (LIPMAN, 2001, p. 225).

2.2.1 Filosofia e Ficção

O próximo passo é tratar sobre como a ficção¹² pode ser útil ao ensino da Filosofia. Primeiramente, apresenta-se uma definição para essa, sugerida por Baggini e Fosl, presente na obra *As ferramentas dos Filósofos*¹³: “[ficções] são ideias que não pretendem descrever nada de real no mundo, nem são prescrições de coisas que devemos construir no mundo” (2012, p.87). Para eles, as ficções podem ser consideradas como meios para atingir um fim, dado que podem ser entendidas como experimentos mentais, e podem ser mantidas como ferramentas de explicação. No entanto, advertem para o uso destas no caso de alguém tomá-las como fatos e ressaltam que “as ficções úteis são tanto mais úteis quanto mais claramente entendidas como ficções” (2012, pp. 88- 9).

Gustavo Bernardo, em *Educação pelo argumento*¹⁴, no capítulo *O valor da metáfora*, propõe que

A ficção nem é o oposto da realidade nem é a mesma coisa que a realidade. Na verdade todo discurso elabora ficções aproximativas à realidade, portanto, todo discurso acaba tendo seu fundamento na ficção. Mas, mesmo que a ficção não se confunda totalmente com a

¹¹ BETTELHEIM, Bruno. ZELAN, Karen. *Psicanálise da Alfabetização- um estudo psicanalítico do ato de ler e aprender*. Editora ARTMED, 1992.

¹² Conforme Baggini e Fosl, os filósofos usam ficções nas analogias e nas bombas de intuição, mas talvez seu uso mais notável consista nos experimentos mentais. Esta denominação é perfeitamente adequada, pois o propósito dos experimentos mentais é reproduzir o método dos experimentos científicos, porém apenas no pensamento (2012, p. 81).

¹³ BAGGINI, Julian. FOSL, S. Peter. *As ferramentas dos filósofos: um compêndio sobre conceitos e métodos filosóficos*. Tradução: Luciana Pudenzi. São Paulo, Edições Loyola, 2012.

¹⁴ BERNARDO, Gustavo. *Educação pelo argumento*. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 2007.

realidade, há diversas regiões de sombra e de interseção que provocam confusões significativas, como aquelas que sucedem nos breves intervalos entre sono e vigília. Essas regiões não são imóveis, e por isso, não conseguimos demarcá-las facilmente (2007, pp. 244-5).

Considerando a proposta que envolve o conto de Ursula K. Le Guin, crê-se que a ficção é, assim como sugeriu Bernardo, não o oposto da realidade, nem a mesma coisa que a realidade, mas aquilo que fica entre “as regiões de sombra e de interseção que provocam confusões significativas”. O referido conto descreve uma cidade fictícia chamada Omelas, onde uma criança é mantida presa em um quarto para que o restante da população local possa ser favorecido de modo a ter sempre a felicidade. Ora, uma vez que esses elementos se mostram sujeitos à reflexão e a discussão filosófica e possibilitam a abordagem às teorias do Utilitarismo, Determinismo, Libertarismo e Compatibilismo percebe-se a confirmação do pensamento de Baggini e Fosl, a saber, é possível pensar a ficção como sendo um meio para atingir um fim. Neste caso específico a ficção se mostrará útil a um trabalho direcionado dentro da Ética.

2.3 Filosofia Política e Literatura clássica

Adota-se como definição para *clássico* a oferecida por Ítalo Calvino¹⁵, acatada dentre outras significações, para aquilo que pretende-se aferir e que serve tanto para os clássicos antigos quanto para os modernos

os clássicos são aqueles livros que chegam até nós trazendo consigo marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram (ou mais simplesmente na linguagem ou nos costumes) (2007, p.11).

Para Calvino, a leitura de um clássico deve oferecer-nos alguma surpresa em relação ao conceito que dele tínhamos, estabelecendo uma nova relação com quem o lê, possibilitando nessa descoberta a satisfação de que “os clássicos são livros que, quanto mais pensamos conhecer por ouvir dizer, quando são lidos de fato mais se revelam novos, inesperados, inéditos” (2007, p. 12).

¹⁵ Presente na obra: *Por que ler os clássicos?*

O texto clássico escolhido, a saber, a *Ilíada* de Homero, é, segundo Lipman¹⁶, uma das obras que pode ser avaliada como fundadoras do pensamento filosófico. Ainda que Homero não fosse filósofo, tratou de descrever o povo grego de modo imparcial, e isso [a imparcialidade] é característico de um povo que quer saber a verdade, instalando uma busca pela independência do pensamento, e assim quando a filosofia surgiu [com os pré-socráticos] ela já era filosófica em sua originalidade e autonomia (2001, pp. 10-2).

A opção pela *Ilíada* se deu pela insinuação feita por Fernando Savater na obra *Política para meu filho*, presente no capítulo Quatro da mesma, sob o título de *A grande invenção grega* (2005, pp.54-71), onde cita elementos da obra de Homero que podem ser considerados indícios de que o conceito de Democracia já se mostrava presente entre os gregos por volta de trezentos anos antes de Aristóteles. Tais elementos estão presentes no segundo canto da *Ilíada*, quando o guerreiro Aquiles abandona o combate após zangar-se com Agamenon e os diversos chefes das tropas aqueias se reúnem para discutir o que devem fazer na nova situação. Savater comenta, também, sobre o homem do povo querendo participar ativamente da situação descrita, mas sendo impedido por ser considerado desigual diante aos demais personagens. A proposta consiste em antes de introduzir o pensamento da *Política* de Aristóteles (presente no plano de ensino do Colégio de Aplicação para as turmas de Terceiro Ano do Ensino Médio), levar os estudantes à leitura deste trecho específico do poema *Ilíada*, ou seja, dar-lhes a oportunidade de buscar, caso confirme-se a insinuação de Savater, os elementos que dizem respeito ao conceito de Democracia.

Entende-se, assim, que as escolhas feitas para serem analisadas como recursos didáticos no ensino da Filosofia atendem de algum modo a inter-relação entre as diferentes disciplinas, preservando o caráter desta, conforme o que foi relatado acima e que será melhor descrito nas metodologias adotadas para tanto – a constar em capítulo posterior nesse TCC.

¹⁶ Presente na obra: *Filosofia na sala de aula*.

2.4 Breves considerações acerca da Interdisciplinaridade

Segundo o professor Ronai Pires da Rocha¹⁷ a Filosofia corresponde a um tipo de curiosidade fundamental que ocorre parcialmente em qualquer área da experiência humana e esse aspecto relaciona-se com a sua natureza específica, a saber, possuir o caráter “*inter e trans*; ela [a Filosofia] está *entre* as disciplinas, *dentro* das disciplinas, *atravessando* as disciplinas. Na Filosofia, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade (transversalidade) são sua própria natureza” (2013, p. 5). Segundo Rocha, aspectos filosóficos são encontrados *dentro* de cada disciplina e com isso fica clara a inerência desta em relação ao seu caráter interdisciplinar e transdisciplinar.

Para Cortes¹⁸ são raras as propostas consistentes prescritas pelos documentos sobre educação para a construção de um currículo da disciplina de Filosofia que integre as demais áreas e, ao mesmo tempo, se comprometa com as finalidades do ensino médio e que sirva como facilitador para o desenvolvimento das competências e habilidades (2012, p.10).

Nesse sentido, as propostas apresentadas poderão ser consideradas como um exercício possível de interdisciplinaridade, visando suprir as carências descritas por Cortes e também atender um dos objetivos apresentados pela professora Suzana Borges da Fonseca Bins¹⁹, quando defende que a Literatura não deve servir apenas como exemplo, mas que, de algum modo, possa fazer o estudante adentrar naquilo que está sendo proposto. Como ela afirma,

A interdisciplinaridade deve ocorrer nas discussões sobre o texto literário, a partir das reflexões feitas pelos professores de literatura e das relações que os alunos, a partir de seus saberes, [demonstram] com sua capacidade de construir. Está equivocado, a meu ver, quem pensa estar fazendo estudo interdisciplinar de sua disciplina com literatura quando se limita a ter na literatura uma exemplificação (§9).

¹⁷ Conforme consta no artigo: *Primavera da filosofia no currículo do ensino médio?* Disponível em: https://www.academia.edu/5897521/Primavera_da_filosofia_no_cur%C3%ADculo_do_Ensino_M%C3%A9dio acesso em 22/11/14

¹⁸ No artigo: *Currículo de Filosofia no ensino médio: sua importância e desafios*. Disponível em: <http://www.revistafundamento.ufop.br/Volume1/n4/vol1n4-8.pdf>

¹⁹ No artigo: *O ensino de Literatura e a formação de leitores críticos*. In: Revista Pátio. Edição 21. Disponível em <https://www.grupoa.com.br/revistapatio/artigo/10464/o-ensino-de-literatura-e-a-formacao-de-leitores-criticos.aspx>

As propostas de interdisciplinaridade pensadas e executadas, bem como os resultados obtidos, serão apresentadas no capítulo seguinte.

3. Análise de Estágio

Escola: Colégio de Aplicação da UFRGS

Semestre: 2013/1(estágio I); 2014/1 (estágio II) e 2014/2 (estágio III)

ESTÁGIO	TURMA	ANO	NÚMERO DE ALUNOS	PERÍODOS
I	112	3º	37	Terça-feira: 13h30- 15h
II	101	2º	33	Terça-feira: 9h30- 10h15 Quarta-feira: 11h25- 12h10
III	112	3º	33	Segunda-feira: 9h30 - 10h15 Sexta-feira: 9h30 – 10h15

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ESTÁGIO I (Planos de aula em Apêndice 1)

AULA	TEMA Filosofia Política	CONCEITOS	OBJETIVOS	ESTRATÉGIA DE ENSINO	RECURSOS DIDÁTICOS
1	Naturalismo aristotélico	Democracia, Cidade-estado	Identificar dados sobre o conceito de Democracia em trecho do Canto II da <i>Ilíada</i> , reconhecimento da formação da cidade-estado	Leitura individual de trecho do Canto II da <i>Ilíada</i> , discussão e levantamento dos pontos acerca do conceito de Democracia, elaboração de texto	Material impresso, quadro negro
2	Naturalismo aristotélico	Justificação do Estado, Cidadão perfeito aristotélico, Doutrina da sabedoria da multidão	Dar a conhecer o argumento aristotélico que trata do homem como animal político, situando-o nos conceitos de bem comum, espaço público e privado	Exposição e leitura dos argumentos aristotélicos	Material impresso
3	Ressignificação dos espaços público e privado sob a perspectiva de Hannah Arendt	Espaço público e privado. Homem animal político ou social?	Apresentar a vida e da obra da filósofa Hannah Arendt, e a resignificação dos conceitos aristotélicos de espaço público e privado	Exposição dos 25 minutos iniciais do filme: Hannah Arendt, apresentação de Power point	Filme: Hannah Arendt. Power point, material impresso
4	Ressignificação dos conceitos aristotélicos de espaço público e privado, a sociedade de massa, a noção de Conselhos	Espaço público e privado arendtiano, Sociedade de massa, Conselhos arendtiano	Apresentar a resignificação dos conceitos aristotélicos de espaço público e privado expostos por Hannah Arendt, situar o pensamento arendtiano referindo-se à sociedade de massa	Leitura e discussão dos textos entregues, atividade	Material impresso, quadro negro

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
ESTÁGIO II (Planos de aula em Apêndice 2)

AULA	TEMA ÉTICA	CONCEITOS	OBJETIVOS	ESTRATÉGIA DE ENSINO	RECURSOS DIDÁTICOS
1	Relativismo cultural	Relativismo Cultural	Buscar a compreensão dos pontos acerca do Relativismo moral cultural	Leitura e exposição do tema, atividade	Material impresso, quadro negro
2	Relativismo cultural, objetivismo moral	Relativismo cultural, objetivismo moral	Apresentar o conceito de objetivismo como uma das possibilidades para a saída do Relativismo Cultural	Exposição de argumentos, leitura e discussão de texto	Material impresso, quadro negro
3	Relativismo cultural, objetivismo moral	Relativismo cultural, objetivismo moral	Relacionar as teorias do Relativismo Cultural e do Objetivismo com os exemplos apresentados sobre o Infanticídio indígena	Atividade envolvendo os conceitos estudados e o infanticídio indígena	Material impresso, quadro negro
4	Idem aula anterior	Idem aula anterior	Idem aula anterior	Idem aula anterior	Idem aula anterior
5	Bloco de lutas	Bloco de Lutas	Palestra		
6	Relativismo cultural, objetivismo moral, subjetivismo moral	Relativismo cultural, objetivismo moral, subjetivismo moral	Reconhecer os argumentos referentes à natureza dos juízos morais envolvendo o Relativismo Cultural, Objetivismo e Subjetivismo Moral	Atividade envolvendo argumentação sobre a natureza dos juízos morais	Material impresso, quadro negro
7	Relativismo cultural, objetivismo moral	Relativismo cultural, objetivismo moral	Criar um argumento que defenda uma das posições acerca da natureza dos juízos morais e um argumento que ataque a posição contrária desta natureza	Atividade em grupo: preparação para o Debate	Material impresso, celular para pesquisa na rede
8	Idem aula anterior	Idem aula anterior	Idem aula anterior	Continuação da Atividade em grupo: preparação para o Debate	Material impresso-celular para pesquisa na rede
9	Idem aula anterior	Idem aula anterior	Idem aula anterior	Debate dos grupos	Material produzido pelos alunos
10 11*	Introdução às teorias do Determinismo e Libertarismo	Determinismo e Libertarismo	Reconhecer as teorias do Determinismo e do Libertarismo aplicando-as a uma adaptação do conto: “Os que se afastam de Omelas”, dado sob a forma de um Júri	Tribunal Filosófico	Material impresso contendo instruções para o júri simulado

12	Introdução à teoria do Compatibilismo	Libertarismo, Determinismo, Compatibilismo, Incompatibilismo	Reconhecer os problemas da teoria do Libertarismo em oposição à teoria do Determinismo, identificando a teoria do Compatibilismo	Aula expositiva seguida de leitura de texto	Material impresso, quadro negro
13	Teorias do Libertarismo, Determinismo, Compatibilismo e Incompatibilismo	Libertarismo, Compatibilismo, Determinismo e Incompatibilismo	Desenvolver um argumento defendendo uma das teorias apresentadas: Libertarismo, Determinismo ou Compatibilismo	Leitura de texto e atividade	Material impresso
14	Teorias do Utilitarismo	Utilitarismo	Reconhecer a Teoria do Utilitarismo John Stuart Mill e de Peter Singer a partir da reflexão sobre o Conto: “ <i>Os que se afastam de Omelas</i> ”.	Exposição a partir de Power point relacionando trechos do conto com as teorias do Utilitarismo	Power point e livros
15	Teorias do Utilitarismo	Princípio da maior felicidade, princípio da igualdade na consideração de interesses	Reconhecer a Teoria do Utilitarismo referida pelo Princípio da Maior Felicidade de John Stuart Mill e do Princípio da Igualdade na consideração de interesses de Peter Singer	Continuação da aula anterior com a apresentação dos resultados das discussões em grupo. Leitura e debate acerca das teorias	Material impresso
16	Miniensaio filosófico	Ética e felicidade	Elaborar um miniensaio filosófico apresentando argumentos na defesa da posição tomada tratando dos temas Ética e Felicidade	Orientação acerca do que é e como fazer um ensaio filosófico. Início da elaboração do miniensaio	Material impresso
17	O conceito de felicidade em Epicuro	Felicidade epicurista	Dar a conhecer a noção de Felicidade para Epicuro	Leitura da Carta a Meneceu	Material impresso
18	Introdução à ética aristotélica	Felicidade aristotélica e deliberação	Conhecer o pensamento de Aristóteles sobre a finalidade das ações humanas, compreender o conceito de Deliberação dado na Ética a Nicômaco	Leitura do argumento da função própria de Aristóteles e retomada dos miniensaios	Material impresso
19	Conceitos da ética aristotélica	Entre outros: Fim, Felicidade, ações humanas, deliberação.	Reconhecer as definições de conceitos relacionados a ética aristotélica	Atividade envolvendo Mapa conceitual acerca dos conceitos da ética aristotélica	Material impresso

*aula a ser analisada em virtude do TCC.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
ESTÁGIO III (Planos de aula em Apêndice 3)

AULA	TEMA Filosofia Política	CONCEITOS	OBJETIVOS	ESTRATÉGIA DE ENSINO	RECURSOS DIDÁTICOS
1	Introdução à teoria do Contrato Social de Jean-Jacques Rousseau	Estado de natureza, Vontade Geral, liberdade e Democracia	Dar a conhecer a teoria do Contrato Social de Jean-Jacques Rousseau, parte integrante do tema da Justificação do Estado	Leitura e discussão sobre a teoria política de Rousseau	Material impresso contendo história em quadrinho: O contrato social
2	Introdução à teoria do Contrato Social de Jean-Jacques Rousseau	Vontade Geral, Democracia representativa	Apresentar o argumento da Vontade Geral de Rousseau, relacionando com as propostas dadas no Decreto 8.243, expor os pontos acerca do conceito de Democracia direta (Rousseau) em oposição ao conceito de Democracia Representativa	Leitura e debate acerca dos temas apresentados	Materiais impressos contendo: decreto presidencial; reportagens e o argumento de Rousseau acerca da Vontade Geral
3	Política e irrelevância- a vontade geral de Rousseau	Vontade geral e democracia representativa	Encontrar no texto os pontos relevantes acerca da irrelevância com a Política percebida na atualidade, localizando no mesmo relação, ou não, com a teoria de Rousseau sobre a Vontade Geral	Leitura e atividade em duplas	Material impresso
4	Revisão das teorias do Contrato Social	Teorias do Contrato Social: Hobbes, Locke e Rousseau.	Rever pontos acerca das teorias contratualistas de Hobbes, Locke e Rousseau	Atividade em grupo	Material impresso
5	Atividade Avaliativa	Teorias do Contrato Social	Testar conhecimentos sobre as teorias do Contrato Social	Atividade avaliativa individual	Material impresso
6*	Releitura do Canto II da <i>Ilíada</i>	Democracia e Política na Grécia antiga	Reconhecer aspectos políticos presentes no canto II da <i>Ilíada</i>	Leitura de trecho do Canto II da <i>Ilíada</i> - em grupos	Material impresso
7*	Idem aula anterior	Idem aula anterior	Idem aula anterior	Apresentação dos aspectos políticos encontrados no trecho do Canto II da <i>Ilíada</i>	Material impresso, quadro negro

8	Introdução à Justificação Naturalista do Estado	Concepção naturalista do estado aristotélico	Conhecer pontos da política de Aristóteles a partir dos aspectos políticos encontrados na <i>Iliada</i>	Aula expositiva com apresentação em Ppt	Power point: a invenção grega e releitura do Canto II da <i>Iliada</i> (justificação naturalista do Estado)
9	Justificação naturalista do Estado	Homem animal político, bem comum, sabedoria da multidão, cidadão perfeito, espaço público e privado, pólis (formação e finalidade)	Dar a conhecer pontos da política de Aristóteles a partir da leitura de excertos da obra <i>A Política</i>	Leitura e discussão sobre a política de Aristóteles	Material impresso
10	Justificação naturalista do Estado	Idem aula anterior	Distinguir os pontos relevantes da teoria aristotélica sobre a política elaborando questões envolvendo os argumentos estudados	Atividade em grupos: Parte Um: elaborar questão sobre o tema aristotélico sorteado	Material impresso contendo temas abordados e folha para realização da atividade
11	Idem aula anterior	Idem aula anterior	Idem aula anterior	Atividade em grupos: Parte Dois: responder questão sobre o tema aristotélico recebido e apresentar a resposta ao grande grupo	Material impresso contendo Mapa Conceitual sobre a política de Aristóteles
12	Introdução ao pensamento político de Maquiavel	Compreensão da máxima: 'os fins justificam os meios'	Dar a conhecer o pensamento político de Maquiavel buscando a compreensão dos termos pertinentes à sua teoria	Exposição acerca da máxima "os fins justificam os meios"	Material impresso
13	Idem aula anterior	Idem aula anterior	Idem aula anterior	Exposição acerca da máxima "os fins justificam os meios" –leitura de trechos da obra <i>O Príncipe</i> - atividade para entregar	Material impresso contendo trechos da obra <i>O Príncipe</i> e tirinhas de <i>Calvin and Hobbes</i> e atividade
14	Teoria político de Maquiavel	Aspectos políticos sobre o pensamento de Maquiavel	Idem aula anterior	Exibição do documentário <i>O Príncipe</i>	Vídeo retirado da internet sob o título: <i>O Príncipe</i> .
15	Introdução ao pensamento político de Hannah Arendt	Espaço público e privado arendtiano	Apresentar a vida e da obra da filósofa Hannah Arendt, apresentar a ressignificação dos	Apresentação de Ppt sobre a vida e obras de Hannah Arendt	Ppt: Hannah Arendt

			conceitos aristotélicos de espaço público e privado.		
16	Idem aula anterior	Espaço público e privado aristotélico à luz da teoria arendtiana, Sociedade de massa	Ressignificação dos conceitos aristotélicos de espaço público e privado, bem como tratar sobre o conceito de sociedade de massas de Arendt e no contexto atual	Leitura de trechos extraídos da obra <i>A condição humana</i> de Hannah Arendt acerca do homem animal político ou social, espaço público e privado e sociedade de massa	Material impresso
17	O pensamento arendtiano sobre a banalidade do mal e sociedade de massas como item fundamental dos regimes totalitaristas	Banalidade do mal, sociedade de massa	Reconhecer o pensamento de Hannah Arendt sobre a banalidade do mal, discutir sobre as origens dos regimes totalitários fundamentados no conceito de sociedade de massas	Exibição do filme: <i>Hannah Arendt</i> (25 minutos), discussão sobre os conceitos	Filme: <i>Hannah Arendt</i>

*aula analisada em virtude do tema deste TCC

Dado que o tema deste Trabalho de Conclusão de Curso trata da possibilidade interdisciplinar entre a Filosofia e textos oriundos da Literatura, se dará a partir de agora a análise das duas obras literárias propostas como recursos didáticos conforme apresentadas nos capítulos iniciais deste, abordando as metodologias pensadas para a viabilização da mesma.

ESTÁGIO II

OBJETIVO: reconhecer as teorias do Determinismo e do Libertarismo aplicando-as a uma adaptação do conto: “*Os que se afastam de Omelas*”, dado sob a forma de um Tribunal Filosófico.

ATIVIDADE: TRIBUNAL FILOSÓFICO: O CASO OMELAS

MATERIAL DIDÁTICO:

Primeiramente os alunos receberam o texto para ler contendo a versão adaptada do conto “*Os que se afastam de Omelas*” sob a forma de um caso.

O CASO OMELAS

A cidade de Omelas se situa radiante junto ao mar. Os habitantes de Omelas não são pessoas simples, apesar de felizes. Algo que não existe em Omelas é culpa. No porão de um dos mais formosos edifícios públicos de Omelas, ou talvez em um sótão de uma espaçosa casa particular, existe um lúgubre quartinho. Tem uma porta cerrada com chave e carece de janelas. No quarto há uma criança sentada. Pode ser um menino ou uma menina. Aparenta seis anos, porém na realidade tem quase dez. É débil mental. Talvez nasceu anormal ou se tornou imbecil pelo medo, a desnutrição e o abandono. A porta está sempre trancada e nunca vem ninguém salvo em certas ocasiões – a criança não tem noção de tempo e de intervalo- em que a porta range espantosamente, se abre e aparece uma ou várias pessoas. Às vezes entra uma só e com um pontapé lhe obriga a levantar-se. Os outros jamais se acercam, porém a tudo observam com olhos de horror e asco. A gamela de comida e o jarro de água se enchem rapidamente, fecha-se a porta, os olhos desaparecem. A gente que está na porta nunca fala, porém a criança, que nem sempre viveu no quarto dos trastes e recorda a luz do sol e a voz da sua mãe, às vezes fala: “Por favor, tirem-me daqui. Serei bom”. Jamais lhe respondem. Pelas noites a criança costumava gritar pedindo auxílio, gritava muitíssimo, porém agora se limita a um débil queixume e cada vez fala menos. Todos sabem que existe, todo o povo de Omelas. Alguns foram vê-lo, outros se contentam unicamente em saber que está ali. Todos sabem que tem que estar. Alguns compreendem a razão, outros não, porém ninguém ignora que sua felicidade, a beleza de seu povo, a ternura de suas amigadas, a saúde de seus filhos, a

sabedoria dos eruditos, a habilidade dos artesãos, inclusive a abundância de suas colheitas ou o clima gentil dos seus céus dependem por completo da abominável miséria dessa criança. É explicado aos meninos de oito a doze anos, quando estão capacitados a compreender, e a maioria dos que vêm ver a criança são jovens, ainda que com certa frequência venha também um adulto, ou volte. Por mais que se lhes expliquem, esses jovens sempre experimentam asco ao vê-la. Apesar de todas as explicações, se sentem furiosos, ultrajados, impotentes. Queriam fazer algo pela criança, porém tudo é inútil. Pois se alguém o fizesse, nesse dia e nessa hora, toda a prosperidade, a beleza e a sorte de Omelas seriam destruídas. Essas são as condições. Trocar todo este bem-estar e a harmonia de cada vida de Omelas, por essa única e pequena reabilitação; acabar com a felicidade de milhares em troca da possibilidade de fazer feliz a um: porém isso seria, por suposto, reconhecer a culpa, admitir o delito. As condições são estritas e determinantes; não devem dirigir à criança uma só palavra amável. Às vezes, um adolescente, menino ou menina, que vai ver a criança, não regressa à sua casa para chorar ou enfurecer-se, não, em realidade não volta mais a seu lar. Outras, um homem ou mulher de mais idade cai em um mutismo absoluto durante uns dias, e então sai de casa. Essas pessoas vão para a rua, caminham sozinhas e cruzam sem vacilar os formosos portões de Omelas. Abandonam Omelas, sempre adiante, e não voltam. O lugar aonde vão é ainda menos imaginável para nós do que a cidade da felicidade.

Após, foi feita a leitura e breve exposição sobre as teorias do Determinismo e do Libertarismo expostas no verso da folha onde estava descrito o Caso Omelas:

Teoria do Determinismo

O Determinismo é a tese de que todos os acontecimentos do universo estão causalmente determinados pelos acontecimentos anteriores e pelas leis da natureza. À primeira vista, esta tese parece incompatível com o livre-arbítrio, porque as ações de um agente resultam de deliberações que tem por base as suas crenças e desejos. Ora, as crenças e desejos de um agente são, em si, acontecimentos no mundo como quaisquer outros. Neste caso, são acontecimentos que ocorrem nos seus cérebros. Por isso, se todos os acontecimentos estão determinados, também as crenças e desejos dos agentes estão determinados. E, nesse caso, parece que não temos realmente o livre-arbítrio (nossa capacidade de fazer escolhas).

Teoria do Libertarismo

A teoria do Libertarismo combina duas teses: primeiro que o Determinismo é incompatível com o livre-arbítrio; segundo, que temos livre-arbítrio. Estas teses estão relacionadas: segundo o Libertarismo, nem tudo está determinado precisamente porque temos livre-arbítrio. O libertarista defende que cada uma das nossas escolhas poderia ter sido diferente, mesmo que todo o resto fosse igual. Mas como sabemos que poderia ter sido diferente? Porque temos uma experiência direta do ato de escolher. A experiência é de tal modo direta que até para nos livrarmos da responsabilidade de escolher temos de escolher fazê-lo. Escolher é para nós inevitável, e escolher é a manifestação do nosso livre-arbítrio. Ora, o que é escolher? É dar início a uma cadeia causal nova, que não foi determinada por coisa alguma, exceto a nossa própria escolha.

Em seguida, estabeleceu-se o TRIBUNAL FILOSÓFICO com a divisão das funções. Cada aluno deveria seguir as instruções segundo aquilo que cada um recebeu dentro de um envelope:

Função: Jurado

Você foi convocado para ser **JURADO** no Caso Omelas. A partir de agora, você só poderá conversar com quem também for jurado como você. Dirija-se ao espaço reservado aos jurados nesta sala e com eles, executem as seguintes orientações:

Até o momento do julgamento não converse com as demais pessoas desta sala, a não ser seus companheiros de júri;

Após tomarem conhecimento do Caso e das teorias que os advogados utilizarão, os jurados devem elaborar 2 questões para fazer aos mesmos: uma para cada um deles, relacionando o Caso e a teoria em questão;

No momento do julgamento, você deverá prestar atenção naquilo que a defesa argumentar sobre o povo de Omelas e também sobre o que a Promotoria apresentar na defesa da criança;

Em seguida, você colocará seu voto na urna, absolvendo ou condenando o RÉU (o povo de Omelas), silenciosamente.

Após todos os jurados colocarem seus votos na urna, diante do juiz, a urna será aberta e os votos serão contados.

Função: advogado de Defesa do povo de Omelas

Você foi convocado para ser o **ADVOGADO DE DEFESA** do povo de Omelas. Junte-se aos seus colegas no local da sala designado à sua tarefa (2 alunos).

Sua função será a de criar um argumento para defender o povo da cidade de Omelas, baseando-se na teoria do DETERMINISMO que sustenta que todas as ações humanas têm uma causa, ou seja, que todos os nossos atos resultam ou de determinações do meio ambiente, ou da genética, ou do destino, ou de Deus e que a liberdade não existe. Assim, você terá que ouvir o povo de Omelas e buscar entender porque eles aceitavam e promoviam a situação da criança presa no quarto. No momento do julgamento, você deverá fazer a defesa deles em frente ao juiz e jurados do Caso.

Função: Povo de Omelas

Você faz parte do **POVO DE OMELAS**, você é **RÉU** neste caso. Junte-se ao restante da população de Omelas no lugar designado nesta sala.

Como **RÉU** no caso, você só poderá conversar com seus pares e com seus advogados. No momento do julgamento, você não poderá dirigir sua palavra ao Juiz nem aos jurados, a não ser que o juiz do caso solicite sua participação. Sua função é ajudar seus advogados a montarem um argumento que possa servir como defesa da situação trazida à tona, isto é, da criança mantida presa em um quarto.

Função: advogado de Defesa da criança (Promotor)

Você foi convocado para ser o **ADVOGADO DE DEFESA** da criança mantida no quarto pelo povo de Omelas. Junte-se aos seus colegas no local da sala designado à sua tarefa (3 alunos).

Sua função será a de criar um argumento para acusar o povo da cidade de Omelas, baseando-se na teoria do LIBERTARISMO que é o ponto de vista segundo o qual as nossas escolhas são em geral livres nas situações em que podemos escolher fazer ou não o mal, portanto temos razões para considerar que as pessoas são moralmente responsáveis pelas suas ações (ser responsável por uma ação significa responder por essa ação). Assim, você terá analisar o Caso e buscar pontos que sirvam de referência para você acusar o povo de Omelas e buscar a condenação deles porque aceitavam e promoviam a situação da criança presa no quarto. Em seguida, no momento do julgamento, você deverá fazer a acusação deles em frente ao juiz e jurados do Caso.

Função: Testemunha

Você foi convocado para ser **TESTEMUNHA** do Caso Omelas (1 aluno).

Você é um daqueles que ao saber da criança e ter entrado em contato com ela (vendo-a nas condições em que ela se encontra) se afastou de Omelas e procurou ajuda (neste caso, de um advogado), buscando alguma forma de ajudar a criança. Você somente poderá conversar com os Promotores do Caso, e se for solicitado pelo juiz, você deverá contar aos jurados o que viu em Omelas. Junte-se ao espaço reservado ao Promotor.

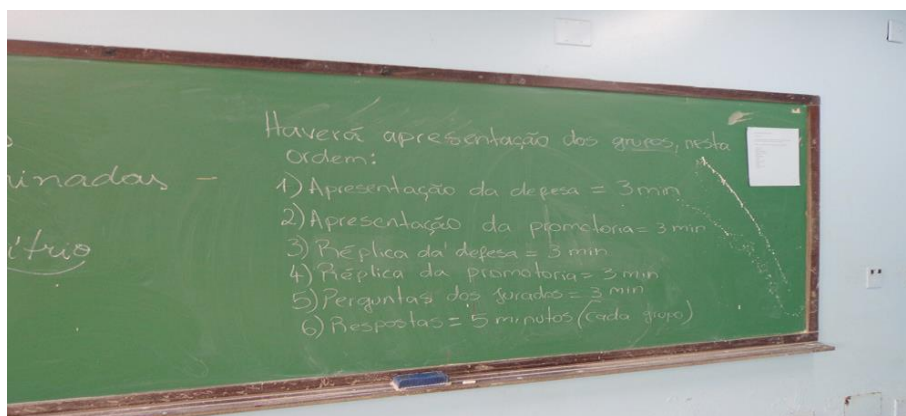
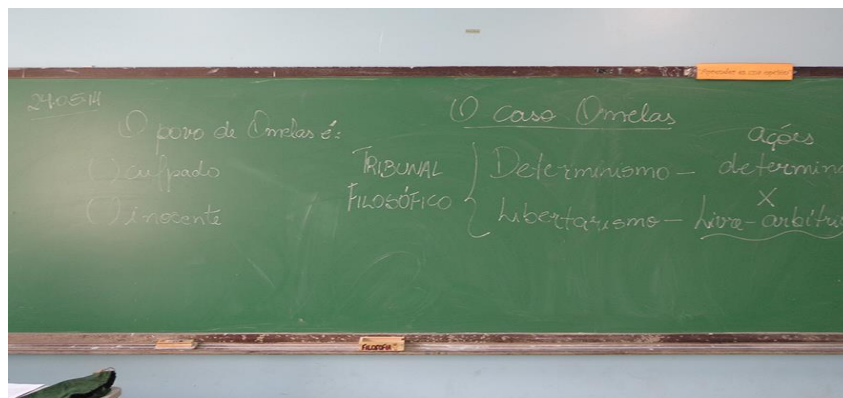
Função: Juiz

Você foi convocado para ser **JUIZ** do Caso Omelas.

Dirija-se ao espaço reservado para você na sala. Sua função é manter a ordem deste TRIBUNAL durante a exposição da defesa do povo de Omelas, garantindo que os advogados do caso possam executar suas funções. Também deverá manter a mesma ordem no TRIBUNAL para que o promotor do caso faça a acusação do povo de Omelas. Para que tudo ocorra normalmente você deverá dar o mesmo tempo para ambos os lados. Finalmente, você deverá estar junto aos jurados no momento da abertura da urna e apuração dos votos e pronunciar o resultado do julgamento para todos os presentes nesta sala.

Em cada um dos espaços predeterminados, os alunos deveriam estudar melhor não só o caso mas também a síntese fornecida das teorias que seriam usadas no julgamento. Cabia a alguns alunos, assim, defender *Omelas* da acusação sob a alegação de que eles estavam determinados a fazer o que faziam, como que obrigados a maltratarem a criança para terem toda a prosperidade que tinham (tendo como base, nesse caso, a teoria do Determinismo); a outros, cabia condenar o povo de *Omelas*, na medida em que eram livres para recusar a prosperidade em questão, já que para tê-la era precisa manter em sofrimento uma criança inocente (tendo como base, assim, a teoria do Libertarismo). Cada grupo organizou então seus argumentos a fim de defender ou condenar Omelas, montando igualmente réplicas a partir dos argumentos da teoria contrária. Os jurados elaboraram perguntas para cada um dos grupos (tendo como base as duas teorias), visando instigá-los a conceber e tornar mais fortes os seus argumentos. Assim, de posse da teoria do Determinismo, os alunos deveriam apresentar a defesa do povo de *Omelas* apresentando uma explicação pela qual os acusados poderiam estar determinados a agir daquela maneira. Já os alunos que estivessem com a teoria do

Libertarismo deveriam condenar *Omelas* (e, por conseguinte, defender a criança) explicando por que era possível que os acusados agissem de outra forma. De acordo com as funções distribuídas os participantes se reuniram em pontos específicos dentro do CAP, sinalizados pelos cartazes respectivos às funções (modelos dos cartazes no Apêndice 4). Para facilitar o andamento da atividade passou-se o Cronograma a ser seguido no quadro:



A simulação do Tribunal se deu na seguinte ordem: apresentação de um argumento da defesa; apresentação do argumento da promotoria; réplica da defesa; réplica da promotoria; perguntas dos jurados para cada um dos advogados envolvidos no julgamento; respostas de cada um dos advogados (após deliberarem com os seus clientes); perguntas do juiz à testemunha e a um representante do povo de *Omelas* (réu); votação dos jurados e apuração dos votos; promulgação da sentença pelo juiz. A seguir, expomos sequência de fotos que ilustram os momentos da atividade, como também os argumentos elaborados pelos alunos.

Advogados de defesa do povo de *Omelas* e o povo reunidos: estudando as teorias do Determinismo e Libertarismo



Aplicando a teoria do Determinismo ao caso *Omelas*



Argumento da defesa do povo de *Omelas*

<p>Determinismo - indeterminados</p>
<p>Libertarismo - livre-arbitrio</p>
<p>O povo tem uma crença que aquela criança precisa se manter da maneira que está, pois se a criança estiver livre pode por tudo a perder. Em outra vida a criança cometeu um crime e Deus a castigou.</p>
<p>Em outra vida a sociedade era pobre e esta criança cometeu um crime e Deus falou pl sociedade que se tivesse ela eles se tornariam ricos.</p>
<p>Portanto a sociedade tem que fazer de tudo para manter a criança da maneira que ela está, porque se não eles voltariam a ser pobres e perderiam tudo que lutaram pl conquistas.</p>
<p>Se o determinismo é verdadeiro, logo não existe o livre-arbitrio.</p>

Análise do argumento de defesa: nota-se que os alunos se apoiaram na crença do povo de *Omelas* para sustentar o argumento de que o povo é inocente. Para justificar a presença e a continuação da criança sob condições subumanas criaram uma explicação para o fato, ou seja, alegaram que a condição da criança nesse estado deve-se a um castigo divino e que toda a prosperidade de *Omelas* se mantém graças a isso. A explicação criada pelos alunos remete ao que Lipman sustenta ao afirmar que é importante incentivar os estudantes a fazer uso da imaginação moral na resolução das circunstâncias que lhes são expostas, envolvendo “suas capacidades de lidar imaginativamente e criativamente com certas situações que, de outro modo, achariam

difíceis e confusas” (cf. página 6). Desse modo, a imaginação torna possível encontrar os meios alternativos para solucionar problemas envolvendo situações morais. Nota-se o mesmo em relação ao argumento elaborado para a réplica da defesa (cf. segue abaixo).

Réplica dos advogados de defesa do povo de *Omelas*



Argumento da réplica da Defesa do povo de *Omelas*

No século ^X doravante Alta idade média, a mentalidade Teocentrista predominava nas cidades e grandes metrópoles. Uma cidade que adotou de forma radical esta mentalidade foi a cidade e o povo de Omelas. Este povo possui uma crença onde, uma criança - que é débil mental - deve permanecer trancada em uma sala. Acredita-se também é uma espécie de caixa de pandora o caminho para caos. Essa crença é justificada pelos atos da criança em outra vida e, que nesta encarnação está pagando por seus atos.

Promotora e testemunha estudando as teorias



Aplicando a teoria do Libertarismo ao caso *Omelas*



Promotoria apresentando o argumento que pede a condenação do povo de *Omelas*



Argumento da Promotoria

O povo de Omelas teriam mais de uma opção, em vez de optar pela pior maneira, deixando uma criança indefesa presa em um porão para conseguir prosperidade.

Poderiam arranjara formas mais alternativas para a cidade prosperar, como por exemplo plantar morangos, as habitantes se envolveriam com a plantação e trariam prosperidade.

Por isso senhores juizes pedimos a condenação do povo de Omelas.

Análise do argumento da Promotoria: nota-se que o argumento elaborado pelo grupo fez referência à capacidade que possuímos de ser livres para fazer escolhas, sendo essa a tese que o Libertarismo sustenta – no caso, para manter a prosperidade poderiam plantar morangos e dar liberdade à criança.

A testemunha relatando aos jurados o que ocorre em *Omelas*



Juiz e jurados estudando as teorias e o caso *Omelas*



Momento das perguntas dos jurados



Perguntas elaboradas pelos jurados:

- 1) Se está predestinado que a felicidade da cidade depende do sofrimento da criança, por que as pessoas ficam abaladas sabendo da história e visitando ele?
- 2) Seria certo trocar todo o bem estar da cidade para o bem da criança?

Análise das perguntas elaboradas: nota-se que jurados trouxeram ao tribunal uma pergunta para cada uma das teses estudadas. A pergunta número 1 diz respeito ao Determinismo, com apelo ao fato de que alguns moradores vendo a situação da criança abandonam *Omelas*, mesmo considerando que essa é a crença local. Já, a pergunta 2 diz respeito ao Libertarismo, mas que também serve ao Utilitarismo (teoria que será estudada em aulas posteriores, tendo também como exemplo a situação do povo de *Omelas*).

Aguardando a sentença



Cédulas contendo o resultado da votação:

O povo de Omelas é:	O povo de Omelas é:
<input checked="" type="checkbox"/> Culpado	<input checked="" type="checkbox"/> Culpado
<input type="checkbox"/> Inocente	<input type="checkbox"/> Inocente
O povo de Omelas é:	O povo de Omelas é:
<input type="checkbox"/> Culpado	<input checked="" type="checkbox"/> Culpado
<input checked="" type="checkbox"/> Inocente	<input type="checkbox"/> Inocente
O povo de Omelas é:	O povo de Omelas é:
<input checked="" type="checkbox"/> Culpado	<input checked="" type="checkbox"/> Culpado
<input type="checkbox"/> Inocente	<input type="checkbox"/> Inocente

Resultado: o povo de *Omelas* foi condenado por 5 votos a 1.

ESTÁGIO III

OBJETIVO: reconhecer aspectos políticos presentes em trecho do canto II da *Ilíada* que podem apresentar características do conceito de Democracia, historicamente surgido na Grécia, relacionando-os, posteriormente, com o pensamento político aristotélico.

ATIVIDADES:

Após a leitura do trecho do Canto II da *Ilíada*, discutir o texto lido e apontar (por escrito) aspectos relevantes deste que fazem referência à Política.

Relacionar pontos da Política de Aristóteles com os aspectos políticos encontrados na *Ilíada*- releitura de trecho do Canto II da *Ilíada*.

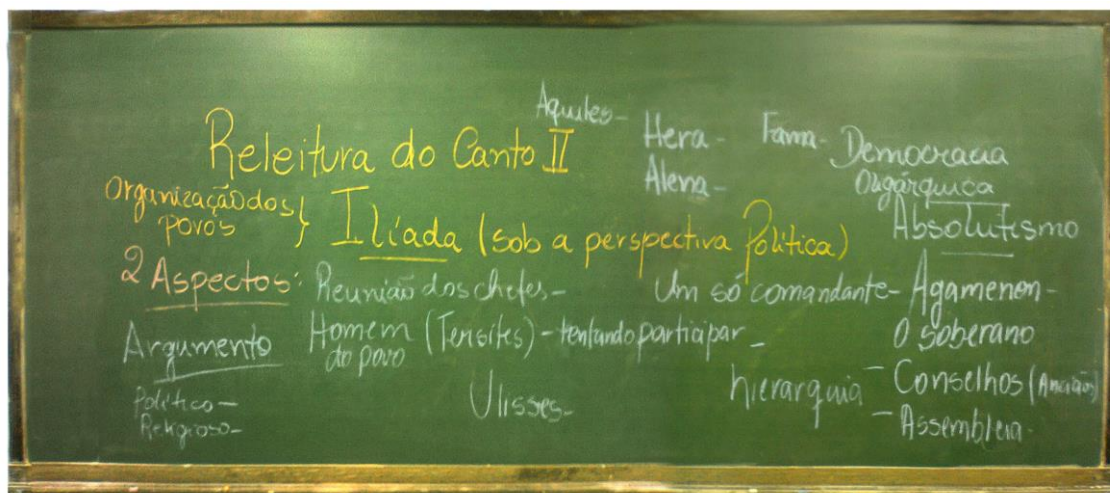
MATERIAL DIDÁTICO:

ATIVIDADE 1: os alunos receberam cópia impressa contendo o trecho do Canto II da *Ilíada* (modelo do material utilizado encontra-se no Apêndice 5) para ler e encontrar dois aspectos políticos no texto.

Respostas dos alunos à primeira atividade envolvendo o trecho do Canto II da ILÍADA:

Os grupos foram expondo os aspectos relevantes à política que encontraram no texto lido e discutido. Alguns leram trechos do texto para corroborar com o que encontraram. Os itens citados encontram-se na imagem a seguir.

RELEITURA DO CANTO II DA *ILÍADA* (sob a perspectiva política)



Itens:

- organização dos povos,
- reunião dos chefes,
- homem do povo tentando participar,
- argumentos: político e religioso (sob a influência dos deuses e semideuses),
- hierarquia,
- absolutismo,
- conselhos de anciãos,
- assembleia,
- democracia oligárquica,
- soberano Agamenon (um só comandante).

A seguir, segue a análise das respostas dos alunos.

Resposta da dupla A:

ASPECTOS POLÍTICOS ENCONTRADOS EM ILÍADA (CANTO II)

Percebe-se no texto, Ilíada: Canto II, aspectos relacionando ao contexto político, tal como a existência de uma assembleia, percebendo ainda uma sociedade que há um hierarquia, com sendo um trecho do discurso de "Agamémnon":
"Cares, quise-me! No sono me veio uma imagem divina [...]. Se outro qualquer dos Aqueus houvesse contado esse sonho, de mentiroso eu o tocho, mas, ao dar-lhe importância nenhuma. Mas quem algo me que o viu é o mais sobre chefes acaiss".

Há diversos trechos do conto que relatam a existência de assembleias, assemelhando-se às assembleias políticas.

Outro aspecto político explícito no conto, se dá na assembleia, em que há reis (ou chefes), na qual Agamémnon (ou Agamemnon) é o comandante-em-chefe. A partir desse pretexto pode-se relacionar com o absolutismo, isto é, as principais decisões são amplamente decididas pelo conselho de príncipes (reis ou chefes).

Percebe-se também a influência de deuses, nas decisões do conselho, conforme relata do no 4º parágrafo.

Análise da resposta da dupla A: os alunos demonstraram ter atingido o objetivo proposto, apresentando três aspectos relevantes da política: a hierarquia, as assembleias e o argumento religioso, dado sob a influência dos deuses, além disso, citaram o absolutismo, estudado anteriormente à realização deste estágio na teoria de Hobbes sobre a Justificação do Estado.

Resposta da dupla B:

Aspectos políticos encontrados:

"Pronunciadas essas palavras, foi o primeiro a retirar-se do Conselho; em seguida, levantaram-se obedientes ao pastor de lópas, os reis portadores das cenizas"

tal passagem demonstra uma sociedade organizada de forma hierárquica, o que configura uma oligarquia.

"Haja, sim, um só comandante, um só rei, o que receba esta sentença do astuto filho de Cronos (o céu e as leis para comandar)."

Novamente a oligarquia se faz presente, acompanhado pela representatividade, posto que o rei representa o Estado, que tecnicamente é constituído pela vontade geral

Análise da resposta da dupla B: percebe-se que os alunos da dupla atingiram o objetivo proposto apresentando aspectos da política, a saber, a hierarquia e a oligarquia como formas de organização da sociedade. Trazem à tona conhecimentos adquiridos em outros temas abordados, como a *vontade geral*, tema estudado recentemente em Rousseau durante a realização deste estágio (cf. consta nos planos de aula no Apêndice 3).

Resposta da dupla C:

"Ordenei, então, o rei..." → Como na política, Agamenon e o Conselho estão presentes ordenando determinado público.

"Mas cada vez que Ulixis..." → quando é dito "feus superficiali" → o guerreiro sem valor que é desprezado por não ajudar o Conselho nem contribuir com seus superiores.

"Aqueles homens de que lhe é muito superior" → definindo uma hierarquia no Conselho como na atualidade em que possuímos Presidente, Governadores, senadores etc.

Análise da resposta da dupla C:

Os alunos da dupla C apresentaram os dois aspectos políticos presentes no texto, como o Conselho e a hierarquia, relacionando esses com o contexto atual, citando a organização política vigente no país, tema recorrente nas discussões propostas nas aulas.

ATIVIDADE 2: os alunos receberam material impresso contendo atividades a ser respondida em casa, em duplas ou individualmente. A última questão (nº 5) pedia que os alunos estabelecessem uma relação entre os aspectos políticos encontrados no trecho lido e comentado da *Ilíada* com pontos da política aristotélica. É a resposta a essa questão que será analisada nesse momento do trabalho, as demais questões integrantes desta atividade encontram-se no Apêndice 3.

Questão 5: Em trecho contido na parte do Canto II da *Ilíada* (Homero), conforme vimos, há elementos políticos presentes. Tais elementos remetem ao surgimento da Democracia. Elabore um texto dissertativo-argumentativo relacionando o texto da *Ilíada* (lido em aula) com os trechos extraídos da obra *A Política* de Aristóteles, apontando alguns dos aspectos políticos (no mínimo 2) comentados nos dois textos, dando as razões por que você considera-os relevantes para a Democracia.

Resposta da dupla A:

No texto da *Iliada*, no trecho "Aním falou ela, e Ulmes (...) bateu os batéis dos aqueus vestidos de bronze", podemos encontrar elemento político, pois Ulmes realiza as ordens de Hera, pois, por ser uma deusa, ela é hierarquicamente superior a Ulmes, e ele deve obedecer aos seus soberanos.

Na política aristocrática, também há uma hierarquia, no que diz respeito aos direitos e cidadania.

Homens, que não são escravos, crianças nem idosos, ~~(e)~~ são considerados cidadãos e possuem direitos à participação política. Idosos são considerados cidadãos imperfeitos, e segundo Aristóteles, devem viver uma fase contemplativa da vida. Crianças, mulheres e escravos, não são considerados cidadãos.

Nos dois textos, podemos encontrar a questão da hierarquia, que está muito relacionada à política, e na democracia, esta hierarquia deve permitir que os cidadãos possam eleger seu soberano, de acordo com os interesses da maioria.

Análise da resposta da dupla A:

A dupla respondeu de acordo com o que foi solicitado, apontando os aspectos políticos da *Iliada* (trecho do Canto II) relacionando-os com o pensamento de Aristóteles acerca do cidadão perfeito, como também o fizeram em relação à Democracia, apresentando a hierarquia como ponto de crítica acerca da política em geral.

Resposta do aluno B:

5) Parábolas aristotélicas

Aristóteles, em seus seminais textos destinados à ciência política, de forma mais notável na sua devidamente intitulada "A Política", faz referências a um dos mais célebres poemas épicos: a "Ilíada", de Homero. O filósofo traça diversos paralelos entre alguns aspectos políticos da obra e aspectos da política contemporânea a ~~ele próprio~~ ele próprio e ao que ele define como democracia, e aquilo pertencente a ela.

Um desses paralelos é o do conceito de cidadania. Na "Ilíada", assim como nas pólis, uma quantidade minoritária de homens podia ser considerada como cidadãos livres. Um "cidadão perfeito" deve respeitar uma certa idade (nem muito jovem, nem idoso) e não ser escravo nem estrangeiro, muito menos ser mulher. Aristóteles, além de reiterar isso, afirma que um bom cidadão não necessariamente é um bom homem, ou vice-versa, pois cada um exige diferentes características; a cidadania ~~requer participação política~~ requer que o cidadão tenha o interesse da comunidade sobre o seu.

Outro ponto referido por Aristóteles é a necessidade da democracia, justamente porque o homem é um animal político. Assim como o conselho dos treze na "Ilíada", Aristóteles considera que a multidão — a reunião dos atributos de cada um dos indivíduos — é a paz de fazer melhor julgamento, através do consenso, do que cada indivíduo separadamente.

Mesmo que ~~nenhum~~ algum conceito político aristotélico possa ser considerado datado — como o de cidadania — tais análises e pensamentos, que vão diretamente à raiz da filosofia política, não deixam de suscitar importantes discussões, como o papel dos indivíduos na democracia.

Análise da resposta do aluno B: nesse texto o aluno relacionou os aspectos políticos com a conceito de cidadão perfeito de Aristóteles. Fez referência também ao conceito de Democracia, à importância da participação dos indivíduos exercendo seu papel nesta. Esses elementos condizem com aquilo que foi estudado, como também o aluno apresentou a importância da participação dos indivíduos em uma Democracia.

Resposta do aluno C:

5- AS PESSOAS "SUPERIORES", OS CIDADÃOS PERFEITOS.

SEGUNDO ARISTÓTELES, TODAS AS SOCIEDADES PRECISAM DA POLÍTICA. JÁ QUE O HOMEM FOI FEITO PARA VIVER EM SOCIEDADE, ELE ACABA NECESSITANDO DO ESTADO PARA ORGANIZAR AS IDEIAS DA MAIORIA E ADAPTÁ-LAS PARA O GRANDE GRUPO. O CANTO II DA ILÍADA CONTA O INÍCIO DA DEMOCRACIA TÃO DEPENDIDA POR ARISTÓTELES.

ASSIM COMO NO TEXTO A POLÍTICA DE ARISTÓTELES, O CANTO II FALA MUITO DE UM GRUPO DE PESSOAS "SUPERIORES" ÀS OUTRAS. NA ILÍADA, ESSE GRUPO SE MANIFESTA ATRAVÉS DE AGAMENON; JÁ QUE O MESMO FAZ PARTE DO CONSELHO E É UMA VOZ QUE TODOS RESPEITAM E ESCUTAM. PARA ARISTÓTELES, ESSAS PESSOAS QUE PARTICIPAM DOS CONSELHOS E REUNIÕES POLÍTICAS SÃO OS CIDADÃOS PERFEITOS.

EM AMBOS OS TEXTOS APARECE A ABERTURA DE UM CONSELHO; ONDE NOMENS POLÍTICOS ADEMEIXAM IDEIAS E ENTRAM EM UM CONSENSO DE COMO ESTAS PODERÃO SER APLICADAS. NA DEMOCRACIA DE ARISTÓTELES SÓ AS PESSOAS MAIS SÁBIAS E A MASSA PODERIAM PARTICIPAR DO CONSELHO E, NOTA-SE QUE NA ILÍADA TAMBÉM ERA ASSIM. AGAMENON É UM "HOMEM SUPERIOR E POLÍTICO" PORQUE DE CERTA FORMA FOI VISITADO PELO MENEAGEIRO DE ZEUS, ENTÃO ELE É "APRENSIÃO" PARA PARTICIPAR DO CONSELHO.

A POLÍTICA NOS DOIS TEXTOS VISA O BEM VIVER DA SOCIEDADE. TANTO PARA HOMERO QUANTO PARA ARISTÓTELES, O INDIVÍDUO QUE NÃO PARTICIPA DA POLÍTICA SENDO ESSE DIREITO É UM SER DESPREZÍVEL, QUE NÃO TEM PREOCUPAÇÕES COM O RESTO DA SOCIEDADE, SEM LEIS E MAIS NADA.

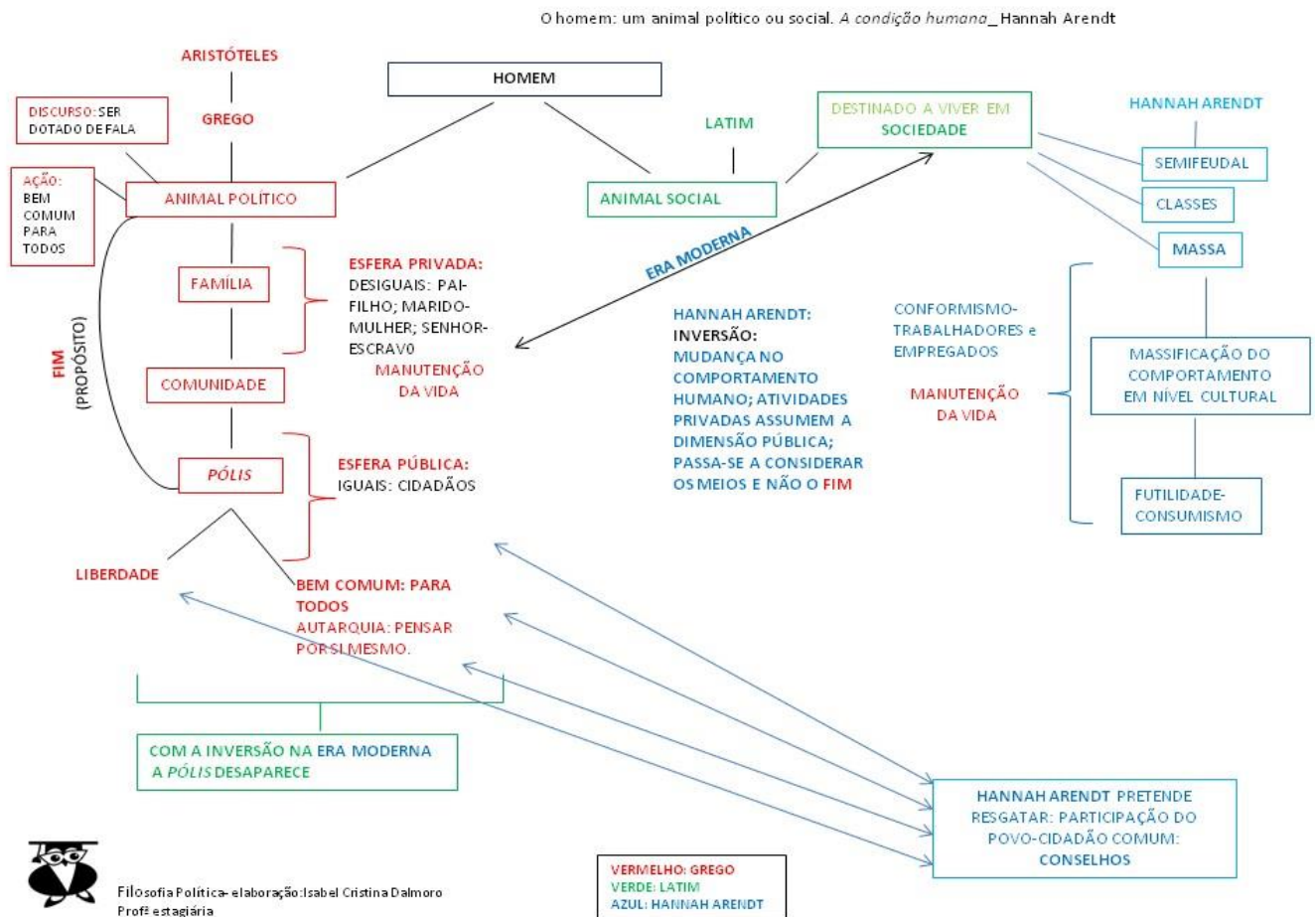
Análise da resposta do aluno C: nota-se que a aluna relacionou o conceito de homem como animal político com o trecho do Canto II da *Ilíada*, salientando o Conselho descrito na cena como lugar para a concretização desta capacidade dada por Aristóteles aos homens. Relacionou também o cidadão perfeito de Aristóteles com Agamenon, caracterizando-o como tal, só que pela escolha divina.

4. Material Didático Extra

Nesse capítulo encontram-se os materiais elaborados como recursos didáticos durante os três estágios e serão apresentados conforme o tema estudado e o estágio realizado, indicando a aula em que o mesmo foi utilizado, respectivamente.

A) Material didático Estágio Um _ Filosofia Política

a) **Aula 4:** modelo do esquema utilizado para relacionar a teoria política de Aristóteles e de Hannah Arendt sobre o homem: *animal político ou social?*



B) Material didático Estágio Dois _ Ética



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
COLÉGIO DE APLICAÇÃO
Departamento de Humanidades

Disciplina de Filosofia

Prof.ª estagiária: Isabel Cristina Dalmore

Turma: 101

Nome: _____ Data: _____

O que é Infanticídio?¹

Popularmente usado para se referir ao assassinato de crianças indesejadas, o termo infanticídio nos remete a um problema tão antigo quanto a humanidade, registrado em todo o mundo através da história. A violência contra as crianças é uma marca triste da sociedade brasileira, registrada em todas as camadas sociais e em todas as regiões do país. No caso das crianças indígenas, o agravante é que elas não podem contar com a mesma proteção com que contam as outras crianças, pois a cultura é colocada acima da vida e suas vozes são abafadas pelo manto da crença em culturas imutáveis e estáticas. A cada ano, centenas de crianças indígenas são enterradas vivas, sufocadas com folhas, envenenadas ou abandonadas para morrer na floresta. Mães dedicadas são muitas vezes forçadas pela tradição cultural a desistir de suas crianças. Algumas preferem o suicídio a isso. Muitas são as razões que levam essas crianças à morte. Portadores de deficiência física ou mental são mortos, bem como gêmeos, crianças nascidas de relações extraconjugais, ou consideradas portadoras de má-sorte para a comunidade. Em algumas comunidades, a mãe pode matar um recém-nascido, caso ainda esteja amamentando outro, ou se o sexo do bebê não for o esperado. Para os mehinaco (Xingu) o nascimento de gêmeos ou crianças anômalas indica promiscuidade da mulher durante a gestação. Ela é punida e os filhos, enterrados vivos. É importante ressaltar que não são apenas recém-nascidas as vítimas de infanticídio. Há registros de crianças de 3, 4, 11 e até 15 anos mortas pelas mais diversas causas. Em certas comunidades, aumentam os casos entre mães mais jovens. Falta de informação, falta de acesso às políticas públicas de educação e de saúde, associadas à absoluta falta de esperança no futuro, perpetuam essa prática. "As crianças indígenas fazem parte dos grupos mais vulneráveis e marginalizados do mundo, por isso é urgente agir a nível mundial para proteger sua sobrevivência e direitos".

Estudo contesta criminalização do infanticídio indígena²

"Diante do que chamamos juridicamente de infanticídio, não cabe falar em infanticídio indígena. O que há nessas aldeias são estratégias reprodutivas pensadas em prol da comunidade, e não de indivíduos isolados. Só um número muito reduzido de crianças acaba sendo submetido a elas", diz Marianna, autora da dissertação intitulada *Quem são os humanos dos direitos?* Sobre a criminalização do infanticídio indígena. "E são crianças com problemas que, mais tarde, impossibilitarão qualquer tipo de interação social", completa. Segundo a antropóloga, para os índios, sem socialização a criança jamais atingirá a humanidade plena. Por isso, ela dedicou uma parte do trabalho para entender como se constitui a noção de humanidade entre os indígenas. "Esse é um dos pontos centrais do estudo: o que nós, brancos, entendemos como sendo vida e humano é diferente da percepção dos índios. Um bebê indígena, quando nasce, não é considerado uma pessoa – ele vai adquirindo personalidade ao longo da vida e das relações sociais que estabelece", explica. De autoria do deputado Henrique Afonso (PT-AC), o Projeto de Lei (PL) 1.057/07 é contestado por antropólogos que atuam em comunidades indígenas. O estudo de Marianna sugere que as formas que cada povo desenvolve para resolver seus conflitos internos devem ser respeitadas. "O projeto impõe uma categoria jurídica ocidental a uma diversidade de povos, desrespeitando as diferenças e as especificidades", afirma. Para a professora Rita Segato, que orientou a dissertação de mestrado de Marianna, o PL é uma forma de "calúnia" aos povos indígenas. "O projeto cria uma imagem absolutamente distorcida da relação entre os índios e suas crianças. Essa lei ofusca a realidade e declara os índios bárbaros, selvagens, assassinos. É muito semelhante à acusação, comum em tempos passados, de que os comunistas comiam criancinhas", compara. A docente lembra, ainda, que na legislação brasileira o direito à vida já está assegurado. "A Constituição e o Código Penal preveem que é proibido matar. Nesse aspecto, o PL é redundante". Segundo ela, o verdadeiro propósito da nova lei não é zelar pela vida das crianças, mas "permitir a vigilância e a intrusão permanente nos costumes e na intimidade das aldeias". A pesquisa também aponta a necessidade de incluir os indígenas nas discussões que lhes dizem respeito. "Não se pode chegar a uma conclusão ou a um projeto de lei sem a participação efetiva dos maiores interessados: os índios. E eles só foram ouvidos uma única vez, em uma audiência pública em 2007, e mesmo assim tiveram pouco espaço para falar", conta Marianna. Para ela, o destino das crianças que nascem com problemas graves e impeditivos de qualquer tipo de socialização deve ser resolvido pelos próprios indígenas. "Eles acreditam que têm autonomia para resolver seus problemas sozinhos – e se não acreditarmos nessa capacidade, estaremos, ainda, colonizando", observa. "Deixar que eles encontrem seus caminhos e tomem suas decisões é o mínimo de autonomia que podemos fornecer", reforça a pesquisadora. Rita Segato lembra que o Brasil é signatário da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, aprovada pela Organização das Nações Unidas em 2007. "No documento está dito que não se pode criar leis que afetem a vida dos índios sem ter a participação deles na discussão e elaboração dessas leis. E esse requisito não foi respeitado no PL que ora se apresenta".

¹ Relatório do Centro de Investigação da UNICEF, em Florença, Madrid, Fevereiro de 2004.

Disponível em: http://www.hakani.org/pt/oque_e_infanticidio.asp acesso em: 16/04/2014.

² Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/2364-estudo-contesta-criminalizacao-do-infanticidio-indigena> acesso em: 16/04/2014.

De acordo com as teorias que examinamos sobre a natureza dos juízos morais nos textos da *Ana Relativista* e *Objeção à Ana Relativista*, preencha as tabelas abaixo apontando o que se pede, relacionando com as reportagens acima:

Teoria do objetivismo moral (aplicação da teoria ao texto _____)	
Teoria: nem todos os juízos de valor valem o mesmo, quando observamos o valor moral de uma ação, estão em causa características, conhecimentos e capacidades no domínio da intenção e consciência da ação.	Ex:
Razões:	Ex: A cada ano, centenas de crianças indígenas são enterradas vivas, sufocadas com folhas, envenenadas ou abandonadas para morrer na floresta. Mães dedicadas são muitas vezes forçadas pela tradição cultural a desistir de suas crianças.
Consequências: aceitar o relativismo cultural nos faria pensar e agir de acordo com as normas de uma sociedade, qualquer que fosse, gerando o conformismo e a privação de qualquer sentido crítico acerca das normas da nossa sociedade.	Ex:

Teoria do relativismo cultural (aplicação da teoria ao texto _____)	
Teoria: os valores são relativos às sociedades.	Ex:
Razões:	Ex: são crianças com problemas que, mais tarde, impossibilitarão qualquer tipo de interação social. Para os índios, sem socialização a criança jamais atingirá a humanidade plena. Ex₂: Um bebê indígena, quando nasce, não é considerado uma pessoa – ele vai adquirindo personalidade ao longo da vida e das relações sociais que estabelece.
Consequências: os relativistas culturais são mais tolerantes.	Ex:

a) **Aula 3:** baseando-se nos textos que tratam sobre o infanticídio indígena, os alunos deveriam preencher as lacunas da atividade, ora citando exemplos extraídos dos textos entregues, ora buscando a resposta nos textos sobre o Relativismo cultural e Objetivismo moral estudados em aulas anteriores.

b) Aula 14: modelo de Ppt utilizado para relacionar o conto *Os que se afastam de Omelas* com a teoria do Utilitarismo

The presentation consists of three vertically stacked slides with a blue and white wavy header design. The top slide has a dark blue background with the title 'OMELAS' in white, bold, sans-serif font, and the subtitle 'Os que se afastam de' in a smaller white font below it. The middle slide has a white background with the section title 'Em Omelas...' in blue, bold font. It contains a single bullet point with text in black, including a bolded phrase: 'No quarto há uma criança sentada. Poderia ser um menino ou uma menina.' The bottom slide has a white background and contains a single paragraph of text in black.

OMELAS

Os que se afastam de

Em Omelas...

- (...) No porão de um dos mais formosos edifícios públicos de Omelas, ou talvez em um sótão de uma espaçosa casa particular, existe um lúgubre quartinho. Tem uma porta cerrada com chave e carece de janelas. (...) **No quarto há uma criança sentada. Poderia ser um menino ou uma menina.** Aparenta seis anos, porém na realidade tem quase dez. É débil mental. Talvez nasceu anormal ou se tornou imbecil pelo medo, a desnutrição e o abandono. (...) . A porta está sempre trancada e nunca vem ninguém salvo em certas ocasiões – a criança não tem noção de tempo e de intervalo- em que a porta range espantosamente, se abre e aparece uma ou várias pessoas. Às vezes entra uma só e com um pontapé lhe obriga a levantar-se. Os outros jamais se aproximam, porém a tudo observam com olhos de horror e asco. (...)

(...) Todos sabem que [ela] existe, todo o povo de Omelas. Alguns foram vê-la, outros se contentam unicamente em saber que está ali. Todos sabem que tem que estar. Alguns compreendem a razão, outros não, porém ninguém ignora que sua felicidade, a beleza de seu povo, a ternura de suas amizades, a saúde de seus filhos, a sabedoria dos eruditos, a habilidade dos artesãos, inclusive a abundância de suas colheitas ou o clima gentil dos seus céus dependem por completo da abominável miséria dessa criança...

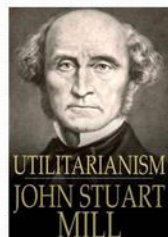
...a troca

- (...) Queriam fazer algo pela criança, porém tudo é inútil. Se levassem essa criatura para o sol, a limpassem, lhe dessem de comer, a cuidassem. Porém, se alguém o fizesse, nesse dia e nessa hora, toda a prosperidade, a beleza e a sorte de Omelas seriam destruídas. Essas são as condições. **Trocar todo este bem-estar e a harmonia de cada vida de Omelas, por essa única e pequena reabilitação; acabar com a felicidade de milhares em troca da possibilidade de fazer feliz a um: porém isso seria, por suposto, reconhecer a culpa, admitir o delito.** (...) Às vezes, os jovens regressam às suas casas chorando ou com uma fúria sem lágrimas quando viram a criança e enfrentaram a este terrível paradoxo. Talvez meditem sobre ela semanas e anos, porém, à medida que transcorre o tempo, começam a dar-se conta de que ainda que soltassem a criança, de pouco lhe serviria sua liberdade (...)

Estudo do caso Omelas

- Ao analisarmos a situação podemos dizer que aquilo que ocorre em Omelas depende das escolhas das pessoas que lá moram? Como isso acontece?
- Que opções são realizáveis? Para cada uma das opções realizáveis, quantas pessoas se beneficiarão e quantas sofrerão? E quanto?

John Stuart Mill



1806: nasce em Londres a 8 de maio.

entre **1854** e **1860** Mill escreve aquela que é, provavelmente, a sua obra mais conhecida e com mais repercussões filosóficas no domínio da ética, Utilitarismo.

1873: morre em Avignon (França) a 8 de Maio.

O Utilitarismo de Mill

- Princípio da Utilidade ou da Maior Felicidade: a ação moralmente certa é aquela que maximiza a felicidade para o maior número. E deve fazê-lo de uma forma imparcial: a tua felicidade não conta mais do que a felicidade de qualquer outra pessoa.

O utilitarismo de Mill

- De acordo com o Utilitarismo de Mill, a ação do povo de Omelas em relação à criança é correta, pois a felicidade de todos vale mais do que a felicidade da criança, se liberta for.

Peter Singer

nasceu em 6 de Julho de 1946: Melbourne.

Atualmente é professor na Universidade de Princeton, EUA. Atua na área de Ética Prática, sob uma perspectiva utilitarista.



O Utilitarismo de Peter Singer

- Concebe o bem-estar ou a felicidade de alguém quando este tem seus interesses satisfeitos.
- Diz que deve haver igualdade nessa consideração de interesses.

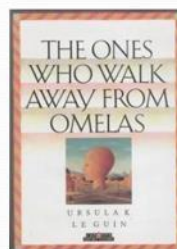
O Utilitarismo de Peter Singer

- Assim, tanto o povo de Omelas (Y) que trancou a criança no porão, como a criança (X) que foi trancada, foram afetados pela ação.
- Mas e X (a criança) perdeu mais que Y (o povo de Omelas)?
- Se sim, o melhor seria não praticar esta ação, segundo Singer.

Ursula K. Le Guin



Berkeley, Califórnia, EUA: nasceu em 21 de Outubro de 1929.



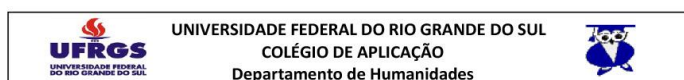
Referências

- **John Stuart Mill:**
http://criticanarede.com/eti_mill.html
- **Peter Singer. *Ética Prática*.**
- **Ursula K. Le Guin. *Os que se afastam de Omelas*.** Conto integrante da obra: *Rumo à Fantasia*. Vários autores. Tradução: Ivan Carlos Regina. Editado por Roberto de Sousa Causo- São Paulo, Editora Devir, 2009, pp. 189-196.

Questões para discussão em grupos:

- Que defesa pode ser feita do argumento a favor do Princípio da Maior Felicidade?
- Discuta a seguinte afirmação: "Há casos em que a coisa certa a fazer não é aumentar a felicidade do maior número mas diminuir a dor de uma só pessoa".
- "Quando se trata de tomar decisões morais, nada mais conta para além das consequências." Concordas? Por quê? O que conta realmente para ti?

c) **Aula 18:** quadro resumo sobre ética utilizado para a introdução da ética aristotélica



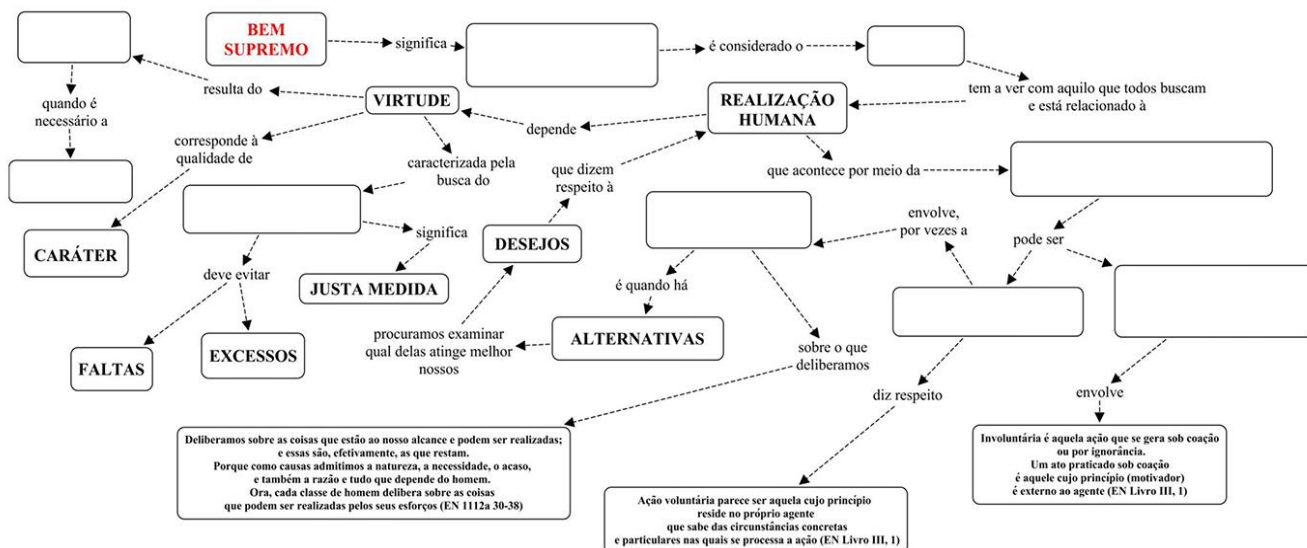
ÉTICA: ESTUDA AS NORMAS E PRINCÍPIOS QUE REGEM AS AÇÕES HUMANAS, NAQUELAS SITUAÇÕES QUE ENVOLVEM JULGAMENTO MORAL.			
ARISTÓTELES (384- 322 a. C.) ÉTICA a NICÔMACO- Teleológica	EPICURO (341- 270 a.C.)	JOHN STUART MILL (1806- 1873) ÉTICA UTILITARISTA- Ética consequencialista	PETER SINGER (1946-) ÉTICA UTILITARISTA- Ética aplicada
<p><i>Ευδαιμονια</i>- Felicidade</p> <p><i>Τελος</i>- Fim (sentido de finalidade).</p> <p>Função do Homem (ser racional): fazer bom uso da racionalidade: deliberando: pesando pós e contras: a virtude está no justo meio.</p>	<p>O prazer e a felicidade são os critérios condutores do ser humano. O problema está em definir qual é o verdadeiro prazer e como otimizar o bem-estar pessoal. Segundo Epicuro, a solução mais sábia está em submeter a busca da felicidade ao juízo da razão. E considera três ingredientes para uma vida feliz: Ter amigos; Liberdade e Vida autoanalisada.</p>	<p>Princípio da Utilidade ou da Maior Felicidade: a ação moralmente certa é aquela que maximiza a felicidade para o maior número. E deve fazê-lo de uma forma imparcial: a tua felicidade não conta mais do que a felicidade de qualquer outra pessoa.</p>	<p>O princípio da igualdade na consideração de interesses exige que se atribua o mesmo peso, nas nossas deliberações morais, aos interesses semelhantes de todos os afetados pelas nossas ações.</p>
FELICIDADE	FELICIDADE	FELICIDADE	FELICIDADE

Disciplina de Filosofia
Prof.ª estagiária: Isabel Cristina Dalmoro

d) Aula 19: mapa conceitual sobre a ética aristotélica

MAPA CONCEITUAL- ÉTICA A NICÔMACO- ARISTÓTELES

Nome: _____



Disciplina de Filosofia

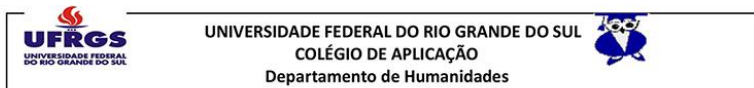
Profª estagiária: Isabel Cristina Dalmore

PREENCHA O MAPA CONCEITUAL COM OS CONCEITOS ABAIXO:

EQUILÍBRIO- DELIBERAÇÃO- FELICIDADE- HÁBITO- FIM- VOLUNTÁRIA- AÇÃO HUMANA- PRÁTICA- INVOLUNTÁRIA

C) Material didático Estágio Três _ Filosofia Política

a) Aula 4: quadro resumo das teorias do Contrato Social



Disciplina de Filosofia

Filosofia Política- Teorias do Contrato Social (Parte Um)

	Estado de Natureza	Lei da Natureza	Pontos de conflitos	Justificação do Estado
Thomas Hobbes (1588- 1679)	Somos todos iguais no sentido em que todos os seres humanos possuem aproximadamente o mesmo nível de força e capacidade e, portanto, qualquer ser humano tem a capacidade de matar o outro. <i>"O mais fraco tem a força suficiente para matar o mais forte, quer através de maquinação secreta, quer associando-se a outros"</i> (Leviatã, cap. XIII). O estado de guerra é definido não como uma luta constante, mas como uma prontidão constante para a luta.	<i>"E dado que a condição do homem é uma condição de guerra de todos contra todos, sendo neste caso cada um governado por sua própria razão, e não havendo nada, de que possa lançar mão, que não possa servir-lhe de ajuda para a preservação de sua vida contra seus inimigos, segue-se daqui que numa tal condição todo homem tem direito a todas as coisas, incluindo os corpos dos outros"</i> (Leviatã, cap. XIV). <i>"Todo o homem deve buscar a paz, na medida em que tem a esperança de a obter; quando não a consegue obter, poderá procurar obter, e utilizar, todos os recursos e vantagens da Guerra"</i> (Leviatã, cap. XIV). Direito natural de Liberdade. <i>"Um homem livre é aquele que, naquelas coisas que graças a sua força é engenhoso é capaz de fazer, não é impedido de fazer o que tem vontade de fazer"</i> (Leviatã, cap. XXI)	<i>"De modo que na natureza do homem encontramos três causas principais de discórdia. Primeiro, a competição; segundo, a desconfiança; e terceiro, a glória. A primeira leva os homens a atacar os outros tendo em vista o lucro; a segunda, a segurança; e a terceira, a reputação. Os primeiros usam a violência para se tornarem senhores das pessoas, mulheres, filhos e rebanhos dos outros homens; os segundos, para defendê-los; e os terceiros por ninharias, como uma palavra, um sorriso, uma diferença de opinião, e qualquer outro sinal de desprezo, quer seja diretamente dirigido a suas pessoas, quer indiretamente a seus parentes, seus amigos, sua nação, sua profissão ou seu nome"</i> (Leviatã, cap. XIII).	Um eventual estado de natureza seria dominado pela "guerra de todos contra todos". Essa expressão refere-se à inevitável condição do homem no estado de natureza, em que cada indivíduo, não submetido à lei e a um poder supremo, torna-se "lobo" dos outros homens. Pode-se sair de tal situação- em que a segurança pessoal está eternamente em perigo- somente por meio de um contrato social entre os súditos que delegue, para sempre e irrevogavelmente, todo poder a um soberano. Para ele o poder do governante tem que ser ilimitado, pois se o governante tiver de respeitar alguma obrigação, quem poderá julgar se ele está sendo ou não justo, por exemplo. Este tipo de poder é necessário para que o homem não retorne à condição de guerra, onde, para Hobbes, os poderes se enfrentam.
John Locke (1632-1704)	Entende o estado de natureza como sendo de alguma forma regulado pelo princípio de reciprocidade, pelo qual se evita a violência para não recebê-la em troca. Cada um é senhor absoluto da sua pessoa e bens, não tendo de prestar contas nem depender da vontade de quem quer que seja. As pessoas viviam em um estado de completa igualdade, não havendo qualquer tipo de hierarquia social ou outra. Um estado com abundância de recursos e em que cada pessoa é livre de se apropriar das terras e bens disponíveis, através do seu trabalho e esforço.	A lei natural de Locke (estabelecida pela razão) reconhece os seguintes direitos: i) direito à vida; ii) direito à liberdade; iii) direito à propriedade: deriva do fato de todos os homens nascerem proprietários: <i>"todo homem tem uma propriedade na sua própria pessoa. O trabalho de seu corpo, e de suas mãos é propriamente seu. Por isso, tudo o que ele tira do estado que a natureza lhe deu, empregou para isso seu trabalho, e juntou-lhe alguma coisa que é sua própria, por onde faz esse objeto propriedade sua"</i> . ¹	Vivendo em um estado de natureza em perfeita igualdade e liberdade, o homem estaria exposto a certos inconvenientes. Um desses inconvenientes seria a possível inclinação de beneficiar-se a si próprio ou aos seus amigos, consequentemente o gozo da propriedade e a conservação da liberdade e da igualdade estariam seriamente ameaçados.	O estado é criado recorrendo a um contrato social, em que os homens entregam a um governo os seus direitos, para se assegurarem de que a lei natural é levada à prática. Entregam a um poder legislativo o direito de fazer leis tendo em vista o bem comum e a um poder executivo o direito de executar estas leis.
Jean-Jacques Rousseau (1712- 1778)	Os homens não são necessariamente agressivos entre si. São motivados pela compaixão pelos companheiros. Num estado de natureza um homem só tem desejos simples e animais: "os únicos bens que reconhece no mundo são a comida, uma fêmea e dormir; os únicos males que teme são a dor e a fome". Estes desejos não são tão inerentemente competitivos como é a procura do poder em sociedades mais sofisticadas. Há a virtual ausência de grupamentos humanos, ou seja, da vida em comunidade, já que esse período é marcado pelo quase isolamento dos indivíduos, quebrado apenas para efeito de reprodução. Os seres humanos são motivados pelo desejo de autopreservação.	A compaixão atua como poderosa limitação dos impulsos que poderiam conduzir ao ataque e à guerra. <i>"É, pois, bem certo que a piedade é um sentimento natural, que, moderando em cada indivíduo a atividade do amor de si mesmo, concorre para a preservação mútua de toda a espécie. É ela que nos leva a reflexão em socorro daqueles que vemos sofrer; é ela que, no estado de natureza, faz as vezes de lei, de costume e de virtude, com a vantagem de que ninguém é tentado a desobedecer à sua voz; é ela que impede todo selvagem robusto de arrebatrar uma criança fraca ou a um velho enfermo sua subsistência adquirida com sacrifício, se ele mesmo espera poder encontrar a sua em outro lugar"</i> (Discurso sobre as origens da Desigualdade, Primeira Parte, p. 79).	<i>"O homem nasceu livre, entretanto, em toda a parte se encontra sob ferros"</i> (Contrato Social, Livro I). <i>"O primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: Isto é meu, e encontrou pessoas bastante simples para o acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil"</i> (Discurso sobre as origens da Desigualdade- Segunda Parte, p. 91). Os seres humanos possuem dois atributos especiais: o livre-arbítrio e a capacidade de autoaperfeiçoamento.	Inicia-se o processo para a civilização a partir do primeiro exercício da capacidade de autoaperfeiçoamento: o desenvolvimento de instrumentos, na luta pela sobrevivência, luta essa originada, por um aumento demográfico. Outra inovação é a ideia de cooperação: os interesses comuns estabelecem objetivos coletivos, por exemplo, a formação de grupos de caça. As vantagens de viver em grupos, e de fazer cabanas e abrigos comuns, tornam-se evidentes, e o hábito de viver nestas condições <i>"fez nascer os mais doces sentimentos conhecidos dos homens: o amor conjugal e o amor paternal"</i> (Discurso sobre as Origens da Desigualdade, Segunda Parte, p. 97)

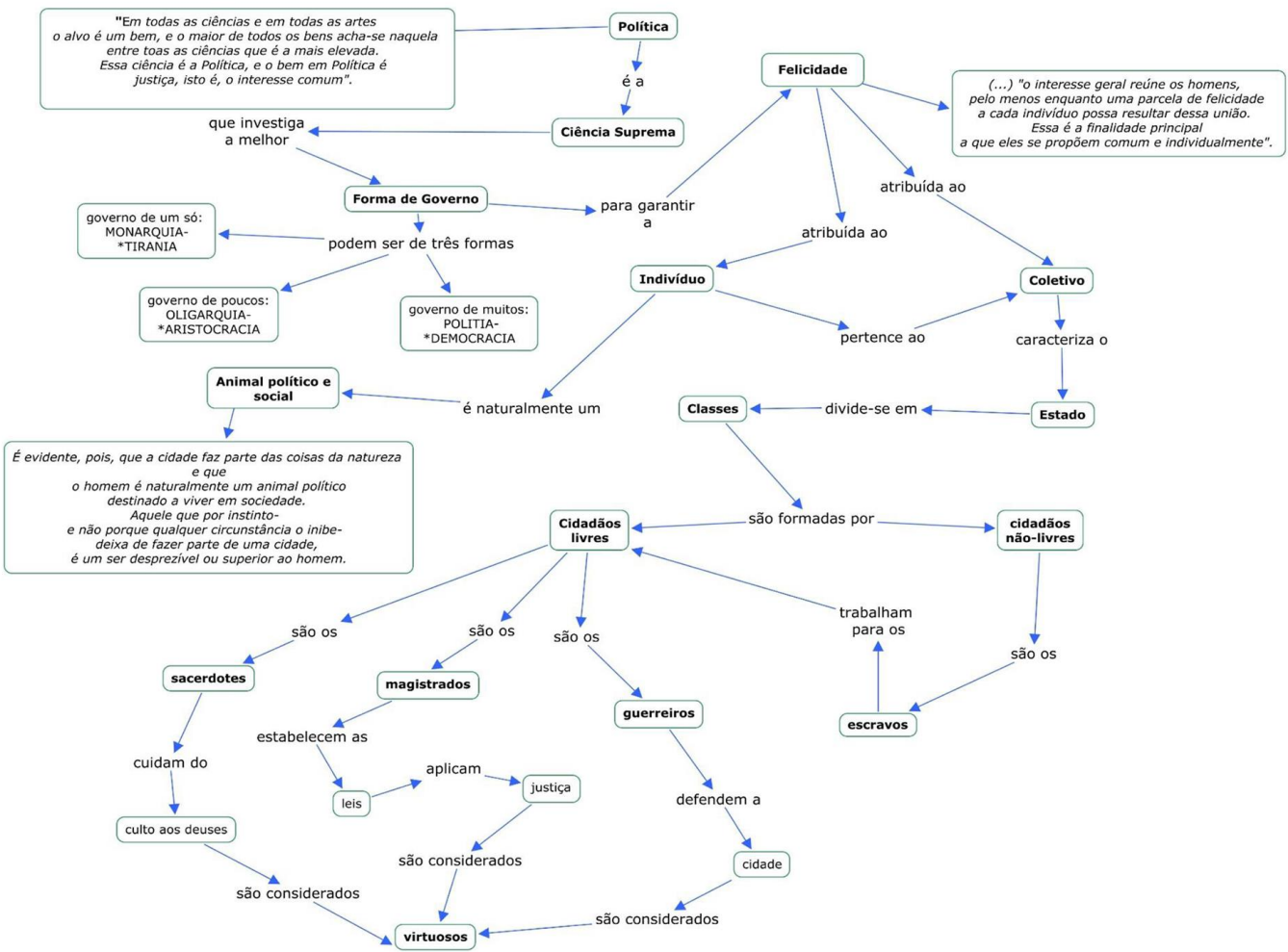
Elaboração: Prof.ª estagiária: Isabel Cristina Dalmoro

¹ John Locke, *Ensaio Sobre a Verdadeira Origem, Extensão e Fim do Governo Civil*, Edições 70, Lisboa, 1999, pág. 50.

b) Aula 12: mapa conceitual sobre a política aristotélica

Disciplina de Filosofia- Profª estagiária: Isabel Cristina Dalmoro

MAPA CONCEITUAL- POLÍTICA – ARISTÓTELES



c) **Aula 16:** modelo de Ppt para a introdução ao pensamento político de Hannah Arendt relacionando com a teoria aristotélica sobre o conceito de espaço público e privado

Johanna (Hannah) Arendt 1906-1975



CRONOLOGIA

- **1906- (14/10)** nascimento de Hannah Arendt, em Hannover, Alemanha. Filha de Paul Arendt e Martha Cohn.
- **1924-** ingressa na Universidade de Marburg.
- **1928-** apresenta sua tese de doutorado intitulada *O conceito de amor em Santo Agostinho*, orientada por Karl Jaspers.
- **1933-** foge da Alemanha para a França, depois de ter sido presa por envolvimento com a resistência sionista ao nazismo.
- **1940-** foge da França para os Estados Unidos, depois da ocupação alemã. Durante essa década, publica inúmeros textos relacionados à política judaica.
- **1949-** retorno à Europa, como agente da reconstrução cultural judaica.
- **1951-** publicação de *Origens do Totalitarismo*. Torna-se cidadã americana, pondo fim a um longo período na condição de apátrida.
- **1958-** publicação de *A condição humana* e *Rahel Varnhagen - a vida de um judia alemã na época do romantismo*.
- **1961-** publicação de *Entre o passado e futuro*.
- **1963-** publicação de *Eichmann em Jerusalém - um relato sobre a banalidade do mal*.
- **1965-1972-** publicação de: *Sobre a revolução; Homens em tempos sombrios; Sobre a violência; Crises da República*.
- **1975-** recebe o prêmio Sonning, na Dinamarca, por sua contribuição à civilização europeia. Profere o discurso "*O grande jogo do mundo*", incluído em *A dignidade da política*. Morre em Nova York, em decorrência de um ataque cardíaco (04/12).



- “a criança ensolarada” com o avô Max Arendt e com a mãe, Martha Cohn Arendt



1914

- A infância tranquila em Königsberg foi interrompida pela fuga abrupta para Berlim em 1914, ante o avanço do exército russo. No ano anterior, aos sete anos, teve de lidar com as mortes do pai e do avô. Junto as suas

enfermidades na infância, as perdas familiares fizeram com que a “criança ensolarada” se convertesse em uma adolescente soturna, nas palavras de sua mãe, Martha Cohn.



Hannah Arendt em 1924 (18 anos),
ingresso na Universidade de Marburg



Hannah e Heidegger



arendt hannah e Martin Heidegger, intorno al 1920

1928- 1933- Alemanha (Berlino)



França:1933-1940

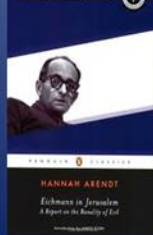


“...escrever é uma forma de regressar..”

Nova York- 1941-1975



Eichmann em Jerusalém- a banalidade do mal- 1963





Origens do Totalitarismo

- Para Hannah Arendt, o totalitarismo se constitui como uma nova forma de governo devido às suas características de domínio total e de ideologia. Esse tipo de dominação, baseado no apoio das massas, difere de outros governos de opressão conhecidos, como o despotismo, a tirania e a ditadura: “Sempre que galgou o poder, o totalitarismo criou instituições políticas inteiramente novas e destruiu todas as tradições sociais, legais e políticas do país”. Essa forma de governo se caracteriza pela transformação das classes em massas, pela substituição do sistema partidário por um movimento de massa. No totalitarismo não existe um princípio de ação localizado no indivíduo, na medida em que se constitui em uma forma de governo cuja essência é o terror e cujo o princípio de ação é a lógica do pensamento ideológico.

A condição humana- 1958

“o que estamos fazendo” é, na verdade, o tema central deste livro. Inicialmente, Hannah Arendt pretendia chamar de *Amor Mundi*, por gratidão ao mundo que começara a amar, seu livro sobre teorias políticas. O livro tem como introdução um exame do fio rompido da tradição e consiste em uma série de tratados em torno de uma única questão, formulada de vários modos: “O que há na condição humana que torna a política possível e necessária?” Ou: “Por que somos no plural e não no singular?” Pensar a política na pluralidade equivale a recusar-se a pensá-la segundo a categoria moderna da soberania. Por um lado, os homens jamais podem ser soberanos, na medida em que vivem necessariamente uns com os outros; por outro lado, a ideia da liberdade absoluta e soberana de uns implica a ausência de liberdade de todos os demais. Hannah Arendt temia pelo futuro da liberdade e da política, e que o maior perigo para essas acabarem estaria em uma sociedade inteiramente controlada, na qual não resta nenhum espaço público onde discutir e decidir com nossos concidadãos o que o bem público requer.



Aristóteles

- É evidente, pois, que a cidade faz parte das coisas da natureza, que o **homem é naturalmente um animal político**, destinado a viver em sociedade, e que aquele que, por instinto, e não porque qualquer circunstância o inibe, deixa de fazer parte de uma cidade, é um ser vil ou superior ao homem. Tal indivíduo merece, como disse Homero, a censura cruel de ser um sem família, sem leis, sem lar. Porque ele é ávido de combates, e, como as aves de rapina, incapaz de se submeter a qualquer obediência.
- Claramente se compreende a razão de ser o homem um **animal sociável** em grau mais elevado que as abelhas e todos os outros animais que vivem reunidos. A natureza, dizemos, nada faz em vão. **O homem só, entre os animais, tem o dom da palavra**; a voz é o sinal da dor e do prazer, e é por isso que ela foi também concedida aos outros animais. Estes chegam a experimentar sensações de dor e de prazer, e a se fazer compreender uns aos outros. **A palavra, porém, tem por fim fazer compreender o que é útil ou prejudicial, e, em consequência, o que é justo ou injusto. O que distingue o homem de um modo específico é que ele sabe discernir o bem do mal, o justo do injusto**, e assim todos os sentimentos da mesma ordem cuja comunicação constitui precisamente a família do Estado.

Hannah Arendt

- (...) Essa relação especial entre a ação e estar junto parece justificar plenamente a antiga tradução do *zoon politikon* de Aristóteles como *animal socialis* que já encontramos em Sêneca e depois em Tomás de Aquino, tornou-se a tradução consagrada: *homo est naturaliter politicus, is est, socialis* ("o homem é, por natureza, político, isto é social"). Melhor que qualquer teoria elaborada, essa substituição inconsciente do social pelo político revela até que ponto havia sido perdida a original compreensão grega da política. (...) Não que Aristóteles ou Platão ignorassem ou não dessem importância ao fato de que o homem não pode viver fora da companhia dos homens, simplesmente não incluíam tal condição entre as características especificamente humanas. Pelo contrário, ela era algo que a vida humana tinha em comum com a vida animal, razão suficiente para que não pudesse ser fundamentalmente humana. A companhia natural, meramente social, da espécie humana era vista como uma limitação imposta a nós pelas necessidades da vida biológica, que são as mesmas para o animal humano e outras formas de vida animal.

Espaço público e privado- *Aristóteles*

- Na ordem natural, a cidade tem precedência sobre a família e sobre cada um de nós individualmente, pois o todo deve necessariamente ter precedência sobre as partes, com efeito, quando todo o corpo é destruído pé e mão já não existem, a não ser de maneira equivocada, como quando se diz que a mão esculpida em pedra é mão, pois a mão nessas circunstâncias para nada servirá e todas as coisas são definidas por sua função e atividade, de tal forma que quando elas já não forem capazes de perfazer sua função não se poderá dizer que são as mesmas coisas, elas terão apenas o mesmo nome. É claro, portanto, que a cidade tem precedência por natureza sobre o indivíduo. De fato, se cada indivíduo isoladamente não é autossuficiente, conseqüentemente em relação à cidade ele é como as outras partes em relação a seu todo, e um homem incapaz de integrar-se numa comunidade, ou que seja autossuficiente a ponto de não ter necessidade de fazê-lo, não é parte da cidade, por ser um animal selvagem ou um deus. Existe naturalmente em todos os homens o impulso para participar de tal comunidade, e o homem que pela primeira vez uniu os indivíduos assim foi o maior dos benfeitores.

Espaço público e privado- *Hannah Arendt*

- Embora a incompreensão e o equacionamento das esferas política e social sejam tão antigos quanto à tradução latina de termos gregos e sua adaptação ao pensamento romano-cristão, a confusão tornou-se muito maior no uso moderno e na moderna concepção de sociedade. A distinção entre as esferas privada e pública da vida corresponde aos domínios da família e da política, que existiram como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado; mas a eclosão da esfera social, que estritamente não era nem privada nem pública, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com a eclosão da era moderna e que encontrou sua forma política no Estado-nação. O que nos interessa nesse contexto é a extraordinária dificuldade com que, devido a esse desdobramento, compreendemos a divisão decisiva entre os domínios público e privado, entre as esferas da pólis e a esfera do lar, da família, e, finalmente, entre as atividades relativas a um mundo comum e aquelas relativas à manutenção da vida, divisão essa na qual se baseava todo o antigo pensamento político, que a via como axiomática e evidente por si mesma” (pp. 33-34). (Capítulo II_ seção 5)

Sociedade de massas

- A fim de medirmos a extensão da vitória da sociedade na era moderna, sua inicial substituição da ação pelo comportamento e sua posterior substituição do governo pessoal pela burocracia, que é o governo de ninguém, pode convir também lembrar que sua ciência inicial, a economia, que altera padrões de comportamento somente nesse campo bastante limitado da atividade humana, foi finalmente sucedida pela pretensão oníabrangente das ciências sociais, que, como “ciências do comportamento”, visam a reduzir o homem como um todo, em todas as suas atividades, ao nível de um animal comportado e condicionado. Se a economia é a ciência da sociedade em suas primeiras fases, quando suas regras de comportamento podiam ser impostas somente a determinados setores da população e a uma parcela de suas atividades, o surgimento das “ciências do comportamento” indica claramente o estágio final desse desdobramento, quando a sociedade de massas já devorou todas as camadas da nação e o “comportamento social” converteu-se em modelo de todas as áreas da vida” (p.55). (Capítulo II_ seção 6)



5) Considerações finais

Conforme tratado nos capítulos iniciais deste TCC, a resolução presente no Parecer CNE/38²⁰ que inseriu a disciplina de Filosofia no Ensino Médio trazendo a orientação que essa *deve* cumprir caráter interdisciplinar e contextualizado, visando o domínio de conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania, tornou-se um desafio para os professores de Filosofia pensar a disciplina em tal disposição. O que foi proposto para a realização foram, além de proporcionar pontos em comum entre a Filosofia e Literatura, apresentar sugestões de metodologias que pudessem viabilizar as recomendações do MEC, como também, tornar o ensino da Filosofia mais atraente para os estudantes.

As sugestões aqui expostas tinham por meta também se tornarem propostas consistentes para a construção de um currículo da disciplina de Filosofia integrando as demais áreas, sem perder aquilo que é pertinente da mesma, a saber, a reflexão crítica sobre seus conceitos. Nesse sentido, as propostas apresentadas podem ser consideradas como um exercício possível de interdisciplinaridade, atendendo ao objetivo apresentado pela professora Suzana Borges da Fonseca Bins²¹, quando defende que a Literatura não deve servir apenas como exemplo, mas que de algum modo se possa fazer o estudante adentrar naquilo que está sendo proposto, ressaltando que equivoca-se quem pensa estar fazendo interdisciplinaridade com a Literatura apenas mencionando exemplos desta.

Em relação à utilização do Conto “*Os que se afastam de Omelas*”, realizada sob a forma de um júri simulado, pode-se perceber que os estudantes se mostraram motivados com a atividade proposta, seguindo as instruções recebidas, procurando realizá-las da melhor maneira, solicitando auxílio tanto para a compreensão das teorias em questão quanto para a construção do argumento que lhes cabia. Notou-se também o interesse dos alunos em relação ao conto de onde foi extraído e adaptado o “Caso Omelas”, uma vez que estes buscaram dados sobre o mesmo, a fim de poder lê-lo na íntegra. Cabe acrescer a este relato que a experiência repercutiu entre os demais alunos da escola: ao notarem a movimentação ocorrida, muitos demonstraram curiosidade sobre o que estava acontecendo. Além disso, os alunos que não estiveram presentes

²⁰ Conforme RESOLUÇÃO Nº 4, DE 16 DE AGOSTO DE 2006. Extraído de: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb04_06.pdf acesso em 06/07/2014.

²¹ No artigo: *O ensino de Literatura e a formação de leitores críticos*. In: Revista Pátio. Edição 21. Disponível em <http://www.grupoa.com.br/revistapatio/artigo/10464/o-ensino-de-literatura-e-a-formacao-de-leitores-criticos.aspx>

naquele dia, na aula seguinte ao “tribunal filosófico” trouxeram comentários, perguntas sobre o mesmo e solicitaram que tal atividade voltasse a acontecer. Considera-se, assim, atingidos os objetivos pertencentes ao plano de ensino de Filosofia dentro da escola em questão, que eram: reconhecer os pressupostos teóricos que fundamentam o agir moral; ler filosoficamente textos de filosofia e de outras áreas; expressar e sustentar ideias (teorias, opiniões) em argumentos consistentes e reconhecer contra-argumentos sólidos; estar aberto para mudança de mente; saber reconhecer o conteúdo especificamente filosófico em problemas interdisciplinares tratados na disciplina. Ademais, a atividade do Tribunal Filosófico pode ser considerada eficaz, no que diz respeito ao envolvimento dos alunos, como também demonstrou ser uma metodologia acessível aos professores da disciplina, uma vez que demanda de poucos recursos para ser viabilizada.

Sobre a segunda proposta de interdisciplinaridade entre a Filosofia e a Literatura, desta vez apresentando um texto da Literatura clássica como recurso didático para a área de Filosofia Política, servindo de introdução ao pensamento do filósofo Aristóteles, destaca-se que ao conversar com os alunos sob os aspectos encontrados na parte do texto da *Ilíada* que leram, percebeu-se que foi possível descobrir não somente os aspectos apontados por Savater na obra *Política para meu filho*, que motivou inicialmente esse planejamento, como a participação dos chefes aqueus na decisão tomada e a tentativa de participação de alguém advindo do povo (cf. página 9), mas também pontos não citados pelo autor, de igual relevância na política, como o surgimento da hierarquia e o uso de argumentos político e religioso. Sendo assim, são satisfatórios os resultados obtidos, pois a partir destes pontos encontrados foi possível a introdução da teoria política de Aristóteles, com os alunos já ‘familiarizados’ com o pensamento grego antigo. O único ponto negativo à proposta foi a verbalização de alguns alunos sobre a dificuldade encontradas em alguns termos do texto lido. A opção pelo original se deu porque as adaptações disponíveis do texto da *Ilíada* não relatam a cena exposta no Canto II (instrumento da nossa pesquisa), como também não mostram a cena os filmes disponíveis no mercado que abordam a guerra de Tróia. Apesar da ressalva de alguns alunos, crê-se que a oferta da versão do texto sob a forma traduzida do original - sem ser adaptada - possibilita ao aluno o contato direto com o texto, atendendo a recomendação de Italo Calvino que considera aconselhável evitar um intermediário entre a obra e seu leitor, possibilitando assim alguma surpresa em relação ao conceito que tínhamos de um texto estabelecendo uma nova relação com quem o lê,

desse modo “os clássicos são livros que, quanto mais pensamos conhecer por ouvir dizer, quando são lidos de fato mais se revelam novos, inesperados, inéditos (2007, p. 12). Acrescenta-se, ao que foi afirmado, o pensamento de Lipman²² sobre a transição que deve ocorrer entre os textos utilizados na educação, ou seja, devemos passar dos textos considerados secundários para a utilização de textos originais, momento esse que deve ser feito quando o estudante estiver no Ensino Médio (ou na Universidade):

Substituir o texto secundário pelos textos originais seria fazer rolar a pedra da boca da caverna e permitir a entrada da luz do sol. (...) Exatamente como as histórias infantis nos trabalhos de Homero, que nós lemos muito há muito tempo, preparam-nos para a emoção quase *déjà vu* do encontro efetivo com a *Ilíada* e a *Odisséia*, assim também uma vasta literatura de textos preparatórios terá de ser produzida como degraus para alcançar as fronteiras menos acessíveis de nossa herança humanística e com as quais os estudantes do 2º grau e da Universidade deverão familiarizar-se (1999, p. 40).

Dado que os estudantes (no caso específico do Colégio de Aplicação) tem contato com a *Ilíada* ainda quando se encontram no Primeiro Ano do Ensino Médio, na disciplina de Literatura, mas com uma versão adaptada [conforme informações da escola], a sugestão de ofertar uma leitura em versão original segue a mesma linha de pensamento já apresentada sobre fazer com que o estudante, ao ler um texto da Literatura em versão não adaptada, possa buscar neste os elementos para reflexão e discussão filosófica. Os itens apresentados pelos alunos foram relacionados com pontos da teoria política de Aristóteles em Power point elaborado e utilizado na aula posterior a da leitura do trecho e consta no Apêndice 6 deste TCC.

Pode-se perceber a viabilidade da proposta defendida do uso do referido trecho lido e discutido da *Ilíada*, a saber, de servir como recurso didático à introdução do pensamento político de Aristóteles, uma vez que ao observarem-se os resultados apresentados pelos estudantes, esses expõem tanto os aspectos políticos sugeridos por Savater (cf. já tratado nesse TCC) quanto a relação desses elementos com os pontos presentes na teoria do filósofo, cabendo ainda a contextualização com o momento político presente. Evidencia-se isso ao fazer a análise das respostas da atividade que solicitava aos alunos que elaborassem um texto apresentando a relação entre o trecho

²² LIPMAN, Matthew. *A filosofia vai à escola*. Tradução: Maria Elice de Brzezinski Prestes e Lucia Maria Silva Kremer. São Paulo, Editora Summus, 1990.

lido e discutido da *Ilíada* com o pensamento de Aristóteles acerca da política (cf. página 41).

Entende-se, assim, que nas práticas de ensino expostas nessa proposta interdisciplinar, foi oportunizado aos estudantes o acesso aos limites da cidade fictícia de *Omélas*, quando trabalhou-se o conto “*Os que se afastam de Omélas*” sob a forma de um Tribunal Filosófico, como também ao mundo grego, contextualizado no trecho lido e discutido do Canto II da *Ilíada*, possibilitando nesse trajeto feito o reconhecimento dos pontos que unem a Filosofia e a Literatura, facilitando a assimilação das teorias estudadas e, de igual maneira, deixando as aulas mais interessantes para os estudantes e para o professor.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Tradução: Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. São Paulo, Martins Fontes, 2007

BAGGINI, Julian; FOSL, Peter S. *As ferramentas dos filósofos. Um compêndio sobre conceitos e métodos filosóficos*. Tradução: Luciana Pudenzi São Paulo, Edições Loyola, 2012

_____. *O porco filósofo. 100 experiências de pensamento para a vida cotidiana*. Tradução: Edmundo Barreiros. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2006

BERNARDO, Gustavo. *Educação pelo argumento*. Rio de Janeiro, Rocco, 2007

BETTELHEIM, Bruno. ZELAN, Karen. *Psicanálise da Alfabetização- um estudo psicanalítico do ato de ler e aprender*. Editora ARTMED, 1992

BINS, Suzana Borges da Fonseca. *O ensino de Literatura e a formação de leitores críticos*. In: Revista Pátio. Edição 21. Disponível em <https://www.grupoa.com.br/revistapatio/artigo/10464/o-ensino-de-literatura-e-a-formacao-de-leitores-criticos.aspx> acesso em 30/10/14

CORTES, Rafael. *Currículo de Filosofia no ensino médio: sua importância e desafios*. Disponível em: <http://www.revistafundamento.ufop.br/Volume1/n4/vol1n4-8.pdf> acesso em 20/11/14

LIPMAN, Matthew. SHARP, Ann Margaret; OSCANYAN, S. Frederick. *Filosofia na sala de aula*. Tradução: Ana Luiza Fernandes Falcone. São Paulo, Nova Alexandria, 2001

_____. *A filosofia vai à escola*. Tradução: Maria Elice de Brzezinski Prestes e Lucia Maria Silva Kremer. São Paulo, Editora Summus, 1990

PERISSÉ, Gabriel. *Filosofia, Ética e Literatura: uma proposta pedagógica*. Barueri, São Paulo: Manole, 2004

PORCHER, José Eduardo. *Filosofia e ficção: uma proposta pedagógica*. In: *Diálogos com a escola: experiências em formação continuada em Filosofia na UFRGS*, volume I/ Priscilla Tesch Spinelli (org.) ... [et al]. Porto Alegre, Editora Evangraf, 2013. Disponível em:

https://www.academia.edu/5972311/Filosofia_e_ficcao_uma_proposta_pedagogica

acesso em 25/11/14

ROCHA, Ronai Pires. *Primavera da filosofia no currículo do ensino médio?* Disponível em:

https://www.academia.edu/5897521/Primavera_da_filosofia_no_curr%C3%ADculo_do_Ensino_M%C3%A9dio acesso em 22/11/14

SAVATER, Fernando. *Política para meu filho*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo, Editora Planeta do Brasil, 2005

Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Brasília, MEC, 2006. Volume 3. Parâmetros Curriculares do Ensino Médio. Parte IV

Textos citados para uso na proposta de Interdisciplinaridade presentes nas obras:

CAUSO, Roberto de Sousa (org.). *Rumo à Fantasia*. São Paulo, Editora Devir, 2009

HOMERO. *Iliada*. Tradução de Octávio Mendes Cajado. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1961

Apêndice 1: Planos de aula do Estágio UM

Aula 1

Área: Filosofia Política **Tema:** O naturalismo aristotélico- a cidade-estado

Duração: 2 períodos

1.Objetivo: por meio da leitura e reflexão do texto contendo trecho do canto II da *Ilíada*, os alunos deverão identificar dados sobre o conceito de Democracia na Grécia Antiga e que podem apresentar características com o modo como tal conceito se relaciona com a atualidade. Reconhecer a formação da cidade-estado, do modo como Aristóteles pensava o Estado ideal, apresentado sob a forma do conceito aristotélico de política

2.Recursos: material impresso, livro “A Política”, quadro negro

3.Desenvolvimento: a aula começou com a apresentação da professora estagiária e breve exposição dos pontos que serão vistos durante o período de estágio. Em seguida, entregou-se aos alunos o texto impresso contendo parte do Canto II da *Ilíada*²³ de Homero (antes foi feita uma breve contextualização sobre a obra). Solicitou-se que fizessem a leitura de forma individual e silenciosa, buscando marcar os pontos que considerassem relevantes ao modo como entendem a política. Em seguida, passou-se ao questionamento sobre os pontos que consideraram relevantes, conduzindo-os ao conceito de Democracia, analisando o modo como tal conceito se apresenta, trazendo a discussão para como, atualmente, pensamos que deva ser um regime democrático. Salientou-se que a Democracia é algo faz parte de um processo, que começou, segundo a perspectiva da Filosofia, na Grécia antiga, pensada por Platão e, em seguida, por Aristóteles.

A partir disto, deu-se a conhecer o pensamento aristotélico sobre a natureza da cidade-estado, começando por apresentar um pouco de sua vida e obras (contida no livro “A Política”). Conforme a exposição acontecia, montou-se no quadro o seguinte esquema:

²³ O texto utilizado encontra-se no Apêndice 5.

Objeto da política: cidade-estado

Comunidades- associações	Finalidades
Macho-fêmea (vegetais, animais, homens).	Reprodução
Homem-mulher	Reprodução
Senhor-escravo	Conservação das espécies
Família	Sobrevivência: satisfação das carências básicas de todos os componentes
Pequeno burgo, povoado, vila	Voltado para o aspecto de comércio, troca de mercadorias (produtos)
Cidade-estado	Bem estar, não apenas o sobreviver, mas o VIVER BEM.

Partindo do primeiro argumento da obra *'A Política'* de Aristóteles (cf. consta e abaixo e que foi passado no quadro), e de acordo com o que foi exposto, os alunos escreveram o que entenderam sobre o argumento aristotélico que justifica a cidade-estado, apresentando qual era, para o filósofo, a função da política.

“Sabemos que toda a cidade é uma espécie de associação, e que toda associação se forma tendo por alvo algum bem; porque o homem só trabalha pelo que ele tem em conta de um bem. Todas as sociedades, pois, se propõem qualquer bem- sobretudo a mais importante delas, pois visa a um bem maior, envolvendo todas as demais: a cidade ou sociedade política” (*A Política, Livro I, Capítulo 1, 1252^a*).

Aula 2

Área: Filosofia Política **Tema: O naturalismo aristotélico- a justificação do estado**

Duração: 2 períodos

1.Objetivo: dar a conhecer o argumento aristotélico que assinala o homem como animal político, situando as noções de bem comum e da vida boa nas esferas pública e privada, encontrando as razões que justificam a tese. Compreender e avaliar a teoria aristotélica acerca da justificação do estado, como também conhecer quem eram os cidadãos para Aristóteles. Apresentar a *Doutrina da Sabedoria da Multidão*, contida na obra

aristotélica *A Política*, reconhecendo a importância da argumentação dentro de um modelo democrático de governo

2.Recursos: material impresso, livro “A Política”, quadro negro

3.Desenvolvimento: iniciou-se com a retomada do texto da *Ilíada*, apontando os aspectos relevantes sobre política, vistos na aula anterior. Relembrou-se com os alunos questões sobre a natureza da cidade-estado, situando-os, dentro da obra aristotélica. Em seguida a breve exposição sobre o pensamento aristotélico que trata da natureza política do homem, passou-se para a leitura dos argumentos aristotélicos: *Homem animal político* (Livro I, 1252^a – 1253^a), *Cidadão Perfeito* (Livro III, Capítulo I, 1275^a) e *Doutrina da Sabedoria da Multidão* (Livro III, Capítulo VI, 1281^{a-43} – 1281^b). Buscou-se a compreensão dos argumentos apresentados, apontando as razões que Aristóteles apresenta para justificar a tese que o homem é um animal político por natureza. Os alunos responderam questões tendo como base os argumentos de Aristóteles e o que comentou-se em aula.

Aula 3

Área: Filosofia Política **Tema:** a ressignificação dos conceitos aristotélicos de espaço público e privado, analisados sob a perspectiva arendtiana

Duração: 2 períodos

1.Objetivo: dar a conhecer um pouco da vida e da obra da filósofa Hannah Arendt, como também apresentar a ressignificação dos conceitos aristotélicos de espaço público e privado (o homem: um animal político ou social) expostos por Hannah Arendt

2.Recursos: 1) trecho de filme (25 minutos iniciais): *Hannah Arendt*²⁴; 2) Ppt sobre a vida e obra de Hannah Arendt; 3) material impresso

²⁴ Direção: Margarethe Von Trotta. Duração: 113 minutos. Com Barbara Sukowa e Axel Milberg. Drama. Alemanha/França/Luxemburgo.

3.Desenvolvimento: a aula começou com a exibição dos 25 minutos iniciais do filme sobre Hannah Arendt, seguida de breves comentários sobre o mesmo. Após, passou-se para apresentação, em Ppt, da vida de Hannah Arendt com momentos relacionados à sua história quando vítima do nazismo, como também, parte de sua obra. O último slide apresentado trouxe o pensamento aristotélico que apresenta o argumento do homem como animal político, junto ao pensamento de Hannah Arendt, sobre o mesmo tema. Em seguida, leu-se o texto “*O homem: um animal social ou político*”, extraído e adaptado do capítulo Dois do livro “*A condição humana*”, de Hannah Arendt (p 26-33). E o texto que apresenta o pensamento aristotélico expondo o argumento do homem como animal político (*A Política* §§9-10). Procurou-se as equivalências e/ou diferenças entre eles, extraindo as consequências após a comparação entre os mesmos.

Aula 4

Área: Filosofia Política **Tema:** a ressignificação dos conceitos aristotélicos de espaço público e privado, analisados sob a perspectiva arendtiana; a sociedade de massa, Conselhos arendtiano como espaço de participação do cidadão comum

Duração: 2 períodos

1.Objetivo: apresentar a ressignificação dos conceitos aristotélicos de espaço público e privado (o homem: um animal político ou social), expostos por Hannah Arendt. Situar o pensamento arendtiano referindo-se à sociedade de massa, buscando relacionar com texto do discurso do presidente uruguaio na ONU- sobre o a referida sociedade e o consumismo e por fim, apresentar a contribuição de Hannah Arendt no que diz respeito ao modo com a filósofa entende a formação do estado, sob a forma de Conselhos

2.Recursos: material impresso; quadro negro; livros: *A condição humana* (Hannah Arendt), *A Política* de Aristóteles

3.Desenvolvimento: iniciou-se a aula com a retomada do texto entregue no final da aula passada: *O homem: um animal político ou social*, de Hannah Arendt. Junto aos alunos verificou-se se identificaram alguma consequência após a comparação do texto arendtiano com os parágrafos 9 e 10 da *Política* de Aristóteles. A seguir, passou-se para uma exposição visando relacionar o pensamento aristotélico com o pensamento

arendtiano, tratando de identificar a inversão sugerida por Arendt, no que diz respeito às esferas da vida privada e da vida pública. Tal exposição foi realizada junto à montagem de um esquema no quadro, onde os alunos puderam, além de acompanhar o pensamento dos filósofos, participar e revisar o que já foi visto sobre a política aristotélica e a justificação do estado. O modelo do esquema elaborado encontra-se no capítulo Quatro deste TCC: Material Didático Extra, p. 46.

Em seguida, entregou-se aos alunos material impresso contendo trechos de textos sobre o pensamento arendtiano, tratando da inversão daquilo pensado por Aristóteles em relação à *pólis*, a esfera privada e pública; o surgimento da sociedade de massa; como também, parte do discurso proferido pelo presidente uruguaio na ONU em setembro do corrente ano, que diz respeito à sociedade de massa e ao consumismo, como forma de enfraquecimento da política. Por fim, foi entregue um texto que apresentava a contribuição de Hannah Arendt no que diz respeito ao modo com a filósofa entende a formação do estado, dado sob a forma de Conselhos. Todos os textos²⁵ lidos foram comentados por alunos e professores (estagiária e titular da turma).

²⁵ Extraídos e adaptados de: ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2013, pp. 33-34, Capítulo II_ seção 5; p.55, Capítulo II_ seção 6. Texto adaptado de Yara Frateschi: *Participação e liberdade política em Hannah Arendt_* Cadernos de Filosofia Alemã. Nº 10|p. 83-100|JUL-DEZ 2007. Discurso de José Mujica na ONU: Extraído e adaptado de: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/09/leia-a-integra-do-discurso-de-jose-mujica-na-onu-4281650.html> acesso em 12/01/15.

Apêndice 2: Planos de aula Estágio DOIS

Aula 1

Área: Ética

Tema: Relativismo cultural

Duração: 1 período

1.Objetivo: buscar a compreensão dos pontos acerca do Relativismo moral cultural no que diz respeito se a Ética pode ser relativa à cultura e se juízos éticos podem ser objetivos

2.Recursos: material impresso, quadro negro

3.Desenvolvimento: a aula começou com a apresentação da professora estagiária e breve exposição dos pontos que serão vistos durante o período de estágio. Em seguida, entregou-se o texto “Ana Relativista²⁶” para que os alunos fizessem a leitura do mesmo. Após a leitura, foi discutido com os mesmos os pontos sugeridos como questões que estão contidas no material entregue: “*Qual o assunto abordado no texto? Qual é a posição da Ana? Quais as razões para ela adotar esta posição? Podemos julgar os valores morais do nosso país? E julgar os valores morais de um país a partir dos valores do nosso*”?

Para auxiliar na discussão e entendimento do problema do Relativismo, passou-se no quadro os seguintes exemplos de argumentos:

Premissa 1: Em diferentes sociedades, há diferentes valores.

Conclusão: Logo, os valores são relativos às sociedades.

e

Premissa 1: Em algumas sociedades, considera-se que é correto matar mulheres à pedrada.

Conclusão: Logo, é correto matar mulheres à pedrada.

²⁶ Extraído e adaptado de: http://criticanarede.com/fil_relacultural.html acesso em 11/01/15

Após, comentou-se com os alunos sobre parte da reportagem²⁷ que está presente no material entregue a eles. Contextualizando a situação ocorrida com o árbitro de futebol, em um jogo na serra gaúcha, os alunos deveriam escrever como a *Ana relativista* se posicionaria diante do fato.

4. Considerações gerais: no momento da discussão sobre o texto e na exposição dos argumentos dados como exemplos percebeu-se que a maior parte dos alunos já aponta para um problema ético a ser discutido. Na correção da atividade proposta os alunos demonstraram já terem compreendido o problema do Relativismo moral cultural, indo além daquilo que a atividade pedia, ou seja, apontando discordâncias com a teoria apresentada.

Aula 2

Área: Ética

Tema: Relativismo cultural e Objetivismo moral

Duração: 1 período

1.Objetivo: apresentar o conceito de Objetivismo moral como uma das possibilidades para a saída do Relativismo cultural

2.Recursos: material impresso, quadro negro

3.Desenvolvimento: relembando as duas últimas aulas da turma, retomou-se o tema do Relativismo cultural, passando-se no quadro o argumento:

Em diferentes sociedades, há diferentes valores.

Logo, os valores são relativos à sociedade.

E, aproveitando que na correção dos trabalhos realizados pelos alunos, solicitados na aula anterior, notou-se que alguns responderam como se o Relativismo cultural fosse o ‘princípio’ de uma única pessoa, assinalou-se que este é o ponto de outra natureza do juízo moral: o Subjetivismo moral. Para melhor explicar, passou-se no quadro,

²⁷ Extraído e adaptado de: <http://www.correiodopovo.com.br/Espportes/?Noticia=520228> acesso em 11/01/15.

utilizando como agente do juízo a personagem do texto da aula anterior “*Ana Relativista*”:

Um indivíduo X (Ana) considera moralmente aceitável a ação Z (racismo).
Logo, a ação Z (racismo) é certa relativamente a este indivíduo X (Ana).

Após a explicação perguntou-se aos alunos se conseguiam identificar a possível diferença entre o Relativismo cultural e o Subjetivismo moral. Passou-se para a leitura do texto: “*Objecção à Ana Relativista*²⁸”. Antes de discutir sobre o tema do mesmo, perguntou-se se havia algum termo sobre o qual ainda não tinham conhecimento. A palavra explicada foi “segregação”. Para auxiliar na discussão seguiu-se as perguntas propostas na introdução ao texto e passou-se no quadro o argumento:

Em algumas sociedades a poligamia é algo correto.
Logo, a poligamia é algo correto.

Outros argumentos também foram utilizados na explicação para auxiliar na compreensão do tema pelos alunos, onde procurou-se mostrar o problema que estes traziam e que o Objetivismo moral pode ser a saída para tais problemas.

Aula 3

Área: Ética

Tema: Relativismo cultural e Objetivismo moral

Duração: 1 período

1.Objetivo: relacionar as teorias do Relativismo cultural e do Objetivismo moral com os exemplos apresentados sobre o Infanticídio indígena

2.Recursos: material impresso, quadro negro

3.Desenvolvimento: a aula começou com a entrega da folha contendo os textos sobre o Infanticídio indígena e com a explicação sobre a atividade que fariam para entregar.

²⁸ Extraído e adaptado de: http://criticanarede.com/fil_relacultural.html acesso em 11/01/15.

Primeiramente os alunos deveriam ler os dois textos referentes ao Infanticídio indígena, um relacionado ao Objetivismo moral e o outro relacionado ao Relativismo cultural (cf. consta no capítulo Quatro deste TCC: Material Didático Extra, p. 48). Para realizar a tarefa era preciso que lessem também os textos das aulas anteriores: *Ana Relativista* e *Objeção à Ana Relativista*, onde encontrariam as teses, razões e consequências destas teorias e exemplificariam, aplicando as mesmas aos dois textos sobre o Infanticídio indígena.

Aula 4

Área: Ética

Tema: Relativismo cultural e Objetivismo moral

Duração: 1 período

1.Objetivo: buscar relacionar as teorias do Relativismo cultural e do Objetivismo moral com os exemplos apresentados sobre o Infanticídio indígena

2.Recursos: material impresso e quadro negro

3.Desenvolvimento: o período foi utilizado para que os alunos pudessem terminar a atividade começada no dia 23/04. Como alguns ainda tinham dúvidas em relação ao que a tarefa exigia, fez-se uma retomada da explicação já dada, usando o quadro para colocar os pontos iniciais da tarefa: ler os dois textos da *Ana Relativista*; ler os dois textos sobre o Infanticídio indígena; relacionar os textos, juntando as teorias com os exemplos.

Aula 5: 30/04/14: Neste dia a aula foi utilizada pelo CAp para a apresentação da proposta do Bloco de Lutas aos alunos, quando discutiram com dois integrantes do Bloco os problemas da Mobilidade Urbana e Direito à cidadania.

Aula 6

Área: Ética

Tema: Relativismo cultural, Objetivismo moral, Subjetivismo moral

Duração: 1 período

1.Objetivo: reconhecer os argumentos referentes à natureza dos juízos morais envolvendo o Relativismo cultural, Objetivismo moral e Subjetivismo moral. Identificar nos argumentos sobre a natureza dos juízos morais a Tese e a (as) razão (razões) que justificam os mesmos. Escolher e defender uma das posições acerca dos juízos morais

2.Recursos: material impresso, quadro negro

3.Desenvolvimento: a aula começou com o recolhimento da Atividade sobre aplicação das teorias ao caso do Infanticídio indígena que alguns alunos ainda não tinham entregue. Em seguida, aplicou-se a Atividade envolvendo argumentação sobre a natureza dos juízos morais. Antes de os alunos começarem a responder, fez-se uma breve exposição daquilo que seria cobrado na mesma, explicando que o termo TESE, possui o mesmo significado de CONCLUSÃO, estudados pelos alunos no ano anterior no CAP (tendo em vista que essa era a nomenclatura que utilizavam). O mesmo ocorreu com o termo RAZÃO, possuindo o mesmo significado de PREMISA. Os alunos utilizaram todo o período para realizar a Atividade.

Aula 7

Área: Ética

Tema: Relativismo Cultural- Objetivismo Moral

Duração: 1 período

1.Objetivo: criar argumento que defenda uma das posições acerca da natureza dos juízos morais e um argumento que ataque a posição contrária desta natureza

2.Recursos: material impresso, celular para pesquisa na rede

3.Desenvolvimento: a aula iniciou com a apresentação da proposta do trabalho em grupo. Em seguida, cada grupo deveria escolher uma das duas naturezas do juízo moral para defender e, conseqüentemente, qual atacar. Feito isso, cada grupo se organizou internamente escolhendo quem deles seriam seus dois relatores e quem seriam seus dois oradores. Entregou-se aos alunos o texto que serviria de apoio para o entendimento das duas posições: *Direitos Humanos e o embate entre visões universalistas e relativistas*²⁹. Após cada grupo começou a discutir e a pesquisar exemplos sobre as teorias que

²⁹ Extraído e adaptado de: <http://cienciahoje.uol.com.br/revista-ch/sobrecultura/2013/08/direito-a-vida-e-praticas-tradicionais> acesso em 11/01/15.

deveriam defender/atacar, alguns utilizando o celular, a fim de montar os argumentos que serão apresentados na próxima aula.

Aula 8

Área: Ética **Tema:** Relativismo cultural, Objetivismo moral

Duração: 1 período

1.Desenvolvimento: durante o período os alunos, novamente divididos em grupos, discutiram e elaboraram os argumentos para a defesa de sua teoria, bem como o argumento que atacaria a teoria oposta. Para tanto, além dos textos de apoio utilizaram o celular como recurso de pesquisa para a preparação da tarefa.

Aula 9

Área: Ética **Tema:** Relativismo cultural e Objetivismo moral

Duração: 1 período

1.Desenvolvimento: nesta aula os alunos apresentaram os argumentos elaborados para a defesa e ataque às teorias do Relativismo cultural e Objetivismo moral, conforme a divisão ocorrida e citada nas aulas anteriores. Primeiramente, apresentavam a defesa de sua teoria ora lendo, ora tentando expor mais informalmente. Após a exposição dos argumentos de defesa das teorias, os grupos apresentavam suas réplicas em relação à teoria oposta. Em seguida, a discussão passou para o grande grupo, quando alguns alunos trouxeram à tona pontos apresentados anteriormente pelos colegas, ora concordando, ora discordando dos argumentos expostos. Durante esse momento pode-se perceber o envolvimento da turma na atividade proposta, pois anotavam pontos que queriam debater e traziam exemplos para reforçar o que estavam a defender ou atacar.

Aulas 10 e 11: aula analisada em virtude do tema deste TCC.

Área: Ética **Tema:** Introdução às teorias do Determinismo e Libertarismo

Duração: 2 períodos

1.Objetivo: reconhecer as teorias do Determinismo e do Libertarismo aplicando-as a uma adaptação do conto: “*Os que se afastam de Omelas*”, dado sob a forma de um Tribunal Filosófico

2.Recursos: material impresso contendo: o caso a ser julgado, fichas de identificação da função de cada um no tribunal, cartazes para identificação dos lugares para cada função, cédulas de votação para os jurados

3.Desenvolvimento: começou-se a aula encerrando o tema anterior: a natureza (de onde vem) dos juízos: o Relativismo cultural, o Subjetivismo moral e o Objetivismo moral, recordando brevemente o que cada uma aponta. Ressaltou-se que o Objetivismo moral é aquilo que nos dá os critérios para julgarmos as ações morais, por exemplo, sabe-se que matar é errado, e que por ele podemos perceber que as pessoas são livres para escolher cometer ou não o crime de matar. A partir disso, introduziu-se a parte prática dos juízos, tendo como finalidade o julgar ações, levando em conta se as ações são determinadas (por alguma coisa) ou se somos realmente livres na hora de escolhermos realizar, ou não, uma ação. Passou-se para a apresentação dos momentos da aula, com a entrega da adaptação do conto: “*Os que se afastam de Omelas*”, sob a forma de “O caso Omelas”, sendo que a leitura do mesmo foi feita por uma aluna. Em seguida, estabeleceu-se o TRIBUNAL FILOSÓFICO, com a divisão de funções, quando solicitou-se que seguissem as instruções que receberam segundo aquilo que cada um recebeu dentro do envelope.

4.Considerações gerais: percebeu-se uma boa participação dos alunos presentes, uma vez que se envolveram e aderiram à ideia de um TRIBUNAL, buscando seguir as instruções e defender suas tarefas com dedicação. Após o término daquilo proposto para ser feito no TRIBUNAL, como discussão em grande grupo, comentou-se sobre o Conto e os aspectos deste, como época em que foi escrito, sua autoria e sua disponibilidade na internet.

Aula 12

Área: Ética

e Incompatibilismo

Tema: Teorias do Libertarismo, Determinismo, Compatibilismo

Duração: 1 período

1.Objetivo: reconhecer os problemas da teoria do Libertarismo em oposição à teoria do Determinismo, identificando a teoria do Compatibilismo como possível saída para tal problema

2.Recursos: material impresso, quadro negro

3.Desenvolvimento: retomou-se o que foi realizado na aula anterior, relatando para os alunos que não estiveram presentes sobre a atividade do Tribunal e o *Caso Omelas*. Tratava-se da apresentação das teorias do Libertarismo e do Determinismo. Em seguida, escreveu-se no quadro a questão: “Por que você está aqui nesta sala hoje?”, e pediu-se que alguns alunos respondessem, anotando no quadro as respostas trazidas: **A) porque eu quis; B) porque alguém me disse para fazer isso.** Perguntou-se se entre as duas respostas poderiam considerar que o livre-arbítrio estava presente, ao que todos consentiram. Antes de passar para as teorias do Compatibilismo e do Incompatibilismo, fez-se algumas perguntas sobre as duas primeiras teorias, levantando problemas que as mesmas podem ter, por exemplo:

Problema do Libertarismo:

- a) Se nada determina nossas ações, incluindo nossas experiências, preferências e conhecimento (entre outros fatores), como podemos atribuí-las aos agentes?

Problema do Determinismo:

- a) Como podemos culpar ou punir alguém por ter feito algo ruim, se este já estava determinado a agir desta forma?
- b) Como podemos explicar a sensação que temos livre escolha ao escolhermos, por exemplo, o que vamos comer, ou que caminho nós seguiremos, como falar de autonomia- liberdade de pensamento e de ação?

Durante a exposição, os alunos trouxeram exemplos de situações que parecem dar a sensação de que tudo é determinado, questionando outras situações para saber se estas são ou não livres, como respirar, por exemplo. A partir dos comentários dos alunos, apresentou-se a teoria do Compatibilismo como possível saída para o problema apresentado. Por fim, apresentou-se a teoria do Incompatibilismo como aquilo que defende que se o Determinismo for Verdadeiro o Livre-arbítrio é Falso, acontecendo

também o contrário disto, ou seja, se o Livre-arbítrio for Verdadeiro o Determinismo é Falso.

Libertarismo: afirma que só existem ações livres
Determinismo: sustenta que não há ações livres
Compatibilismo: defende que o Determinismo pode conviver com o livre-arbítrio
Incompatibilismo: Se o Determinismo é V o livre-arbítrio é F
Se o Livre-arbítrio é V o Determinismo é F

Em seguida, entregou-se o material impresso contendo dois textos que tratam dos temas trabalhados: *A liberdade é uma ilusão?*³⁰ e *A cadeia do destino*³¹. Foi feita a leitura e discussão sobre o primeiro deles, ficando o segundo texto para a próxima aula.

Aula 13

Área: Ética **Tema:** Teorias do Libertarismo, Determinismo, Compatibilismo e Incompatibilismo.

Duração: 1 período

1.Objetivo: desenvolver um argumento defendendo uma das teorias apresentadas: Libertarismo, Determinismo ou Compatibilismo

2.Recursos: material impresso

3.Desenvolvimento: retomou-se os temas do Determinismo, Libertarismo e Compatibilismo. Alguns alunos levantaram questões sobre as teorias, procurando esclarecer dúvidas que ainda tinham. Em seguida, passou-se para a leitura do texto “*A cadeia do destino*” de Simon Blackburn, presente no material impresso entregue na aula anterior. Após breve discussão sobre o texto, quando conversou-se sobre o que é

³⁰ Texto: “*Ensaio Premiado sobre o Livre-Arbítrio*”, 1840. SCHOPENHAUER, Arthur. Extraído de: Arte de Pensar- volume 1- Filosofia 10º ano. Didactica Editora, p. 81. Tradução de Desidério Murcho.

³¹ Texto extraído e adaptado de: “*Pense. Uma contagiante Introdução à Filosofia*”, de Simon Blackburn. Portugal, Editora Gradiva, 2001. pp. 90-91.

deliberar, os alunos passaram para a atividade proposta no material didático, onde deveriam se posicionar defendendo uma das posições estudadas.

Aula 14

Área: Ética **Tema:** Teorias do Utilitarismo

Duração: 1 período

1.Objetivo: reconhecer a Teoria do Utilitarismo especificada pelo Princípio da Maior Felicidade de John Stuart Mill e do Princípio da Igualdade na consideração de interesses de Peter Singer a partir da reflexão sobre o Conto: “*Os que se afastam de Omelas*” de Úrsula K. Le Guin

2.Recursos: Power Point, livros

3.Desenvolvimento: tendo como recurso o Ppt preparado (cf. consta no capítulo Quatro deste TCC: Material Didático Extra, p. 50), trazendo inicialmente slides contendo trechos do Conto “*Os que se afastam de Omelas*” que podem ser relacionados com o Princípio da Maior Felicidade de Stuart Mill, os alunos fizeram a leitura destes já apontando os aspectos de como o povo de *Omelas* pensava, ou seja, em como a felicidade de todos se manteria. Ao trazer a teoria do Utilitarismo de Stuart Mill, com slides sobre a pessoa de Mill e sobre a sua teoria, alguns alunos já questionaram sobre a mesma, apontando possíveis problemas, por exemplo, como podemos deixar uma pessoa ser responsabilizada pela felicidade de todos. Neste momento, fez-se a relação com o Conto, aplicando a teoria ao mesmo:

- **De acordo com o Utilitarismo de Mill, a ação do povo de Omelas em relação à criança é correta, pois a felicidade de todos vale mais do que a felicidade da criança, se liberta for.**

Após, apresentou-se a teoria de Peter Singer que aponta para a igualdade na consideração dos interesses dos envolvidos em uma situação. Além de um slide contendo um pouco da biografia do filósofo e a exposição de uma das suas obras: *Ética aplicada*, procurou-se também relacionar a teoria ao Conto:

- **Assim, tanto o povo de Omelas (Y) que trancou a criança no porão, como a criança (X) que foi trancada, foram afetados pela ação.**

- **Mas e X (a criança) perdeu mais que Y (o povo de Omelas)?**
- **Se sim, o melhor seria não praticar esta ação, segundo Singer.**

Finalmente, apresentou-se o livro editado no Brasil que contém o conto “*Os que se afastam de Omelas*” e um slide com a foto e um pouco da biografia da autora deste: Úrsula K. Le Guin. O último slide do Ppt trazia três questões as quais os alunos deveriam, em grupos, discutir para em seguida apresentar as conclusões ao grande grupo. A apresentação das respostas, que não foram solicitadas por escrito, não aconteceu nesta aula, ficando para o início da próxima.

Aula 15

Área: Ética

Tema: Teorias do Utilitarismo

Duração: 1 período

1.Objetivo: reconhecer a Teoria do Utilitarismo referida pelo Princípio da Maior Felicidade de John Stuart Mill e do Princípio da Igualdade na consideração de interesses de Peter Singer

2.Recursos: material impresso

3.Desenvolvimento: a aula começou com a retomada do tema do Utilitarismo iniciado no período anterior. Fez-se novamente as três questões deixadas para a discussão em grupos para que os alunos, além de apontar as dúvidas surgidas, manifestassem as conclusões a que chegaram. Alguns alunos se posicionaram acerca da teoria do Utilitarismo de Mill, novamente apontando objeções à mesma. Em seguida, entregou-se o material impresso contendo os dois princípios do Utilitarismo formulados por Mill e por Peter Singer³². Fez-se a leitura dos mesmos, com explanação sobre tais princípios. Após, duas alunas fizeram, alternadamente, a leitura do texto “*Animais para alimentação*” de Peter Singer. Como atividade para esta aula foi planejada a discussão guiada por perguntas contidas no final do material impresso, sendo que a mesma deveria ser feita também em grupos menores para em seguida, levar as conclusões ao

³² Extraídos e adaptados de: John Stuart Mill: *O Utilitarismo*. In: *Textos Básicos de Ética*, Danilo Marcondes, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2009, pp. 116-120 e *Igualdade para os animais*, In: *Ética Prática*, Peter Singer, Editora Martins Fontes, São Paulo, 2002, pp. 65-92.

grande grupo, mas devido a algumas ocorrências durante o período de aula, a mesma não pode ser concluída, ficando apenas na primeira parte, isto é, na discussão em grupos menores.

Aula 16

Área: Ética

Tema: Miniensaio Filosófico

Duração: 1 período

1.Objetivo: elaborar um miniensaio filosófico apresentando argumentos na defesa da posição tomada tratando dos temas Ética e felicidade

2.Recursos: material impresso

3.Desenvolvimento: começou-se a aula entregando e fazendo a leitura com alunos das orientações sobre “Como fazer um ensaio filosófico³³”. Em seguida, entregou-se material impresso contendo dois trechos³⁴ de textos que tratam dos temas que devem ser abordados no Miniensaio, além da pergunta-problema que os alunos precisarão responder. A partir disto, os alunos começaram a elaboração dos textos, solicitando ajuda em pontos que apresentavam dúvidas, tais como: “como definir ética?”; “como definir felicidade?”; e outros relevantes ao formato do texto e exemplos que poderiam usar.

Aula 17

Área: Ética

Tema: O conceito de felicidade em Epicuro

Duração: 1 período

³³ Extraído e adaptado de: *A Arte de pensar. Filosofia 11º ano*. Aires de Almeida; Célia Teixeira; Desidério Murcho; Paula Mateus e Pedro Galvão. Didáctica Editora. Portugal. Caderno do Estudante, pp. 5-10.

³⁴ RACHELS, James. *Problemas da Filosofia*. Lisboa, Editora Gradiva, 2009. Tradução: Pedro Galvão. Extraído e adaptado de: <http://criticanarede.com/felicidadeemorte.html> acesso em 11/01/15 e SAVATER, Fernando. *Ética para meu filho*. Editora Planeta, 2012, pp.26-27.

1.Objetivo: dar a conhecer a noção de felicidade para Epicuro a fim de proporcionar aos alunos mais uma das várias definições sobre o referido conceito, de modo a contribuir na elaboração do miniensaio

2.Recursos: material impresso

3.Desenvolvimento: começou-se a aula retomando sobre pensamento de Stuart Mill acerca das condições para se alcançar a felicidade, ou seja, condições que podem ser relacionadas com o Princípio da Maior Felicidade. Em seguida, apresentou-se algumas considerações acerca da vida do filósofo Epicuro, passando no quadro os três ingredientes que este considerava relevantes para uma vida feliz, a saber: 1) ter amigos; 2) liberdade; 3) vida autoanalisada. Para cada item apresentado fez-se uma breve exposição, apontando o que o filósofo defendia sobre tais. Passou-se para a “Carta a Meneceu³⁵” fazendo a leitura do texto, ora pelos alunos, ora pelos professores (titular e estagiária). Conforme a leitura seguia, foram feitas paradas onde comentava-se os temas abordados pelo autor.

Aula 18

Área: Ética

Tema: Introdução à ética aristotélica

Duração: 1 período

1.Objetivo: dar a conhecer o pensamento de Aristóteles sobre a finalidade das ações humanas, sob o ponto de vista da ética, reconhecendo a função do homem como ser racional, bem como compreender o conceito de Deliberação dado na Ética a Nicômaco

2.Recursos: material impresso

3.Desenvolvimento: antes de passar para a apresentação da ética aristotélica, revisou-se por meio de uma tabela entregue o conceito de felicidade sob o ponto de vista dos filósofos: Peter Singer, Stuart Mill e Epicuro (cf. consta no capítulo Quatro deste TCC: Material Didático Extra, p. 55). O objetivo da referida tabela é, além de retomar o pensamento dos filósofos acerca do conceito de felicidade, dar subsídios aos alunos para usarem no miniensaio filosófico que estão a elaborar, como também servir de

³⁵ Extraída e adaptada de: <http://criticanarede.com/meneceu.html> acesso em 11/01/15.

introdução ao pensamento de Aristóteles sobre tal conceito (também presente na tabela). Após retomar os três primeiros filósofos aqui referidos, começou-se a tratar do conceito de Felicidade para Aristóteles. Primeiramente, fez-se uma breve exposição sobre a vida e obra de Aristóteles, situando a *Ética a Nicômaco* dentre as obras do filósofo. Após, entregou-se à turma material impresso contendo o argumento da função própria dado na *Ética a Nicômaco*, nas passagens do Livro I_ 1097^b -22 – 1098^a 19. A leitura do texto foi feita pela turma, de forma alternada, pausando em alguns pontos para esclarecimentos.

4.Considerações gerais: os últimos quinze minutos da aula foram reservados para a entrega aos alunos da primeira versão do miniensaio que estão a elaborar, junto com as instruções anexadas a esse, a fim de que pudessem ler em aula as respectivas observações e sugestões.

Aula 19

Área: Ética

Tema: Conceitos da ética aristotélica

Duração: 1 período

1.Objetivo: reconhecer as definições de conceitos relacionados a ética aristotélica

2.Recurso: Mapa Conceitual (impresso)

3.Desenvolvimento: retomou-se as noções aristotélicas introduzidas na aula anterior, relacionadas ao argumento da função própria lido e discutido. Nesta retomada, buscou-se trazer à tona o conceito de felicidade de acordo com a definição de Aristóteles. Em seguida, fez-se uma breve exposição do material que seria entregue aos alunos, apresentando o MAPA CONCEITUAL como mais uma ferramenta que pode ser utilizado na Filosofia de modo a analisar textos/argumentos filosóficos, além da análise destes dados por tese/conclusão e razão/premissa. Após, entregou-se à turma um MAPA CONCEITUAL incompleto, para que completassem em duplas, que traz os conceitos primeiros da ética de Aristóteles (cf. consta no capítulo Quatro deste TCC: Material Didático Extra, p. 56). O exercício foi corrigido em aula, oralmente, seguindo a direção apresentada no Mapa. Para cada conceito analisado, buscou-se a compreensão dos alunos.

Apêndice 3: Planos de aula Estágio TRÊS

Aula 1

Área: Filosofia Política

Tema: Introdução à teoria do Contrato Social de

Jean-Jacques Rousseau

Duração: 1 período

1.Objetivo: dar a conhecer a teoria do Contrato Social de Jean-Jacques Rousseau, parte integrante do tema da Justificação do Estado

2.Recursos: material impresso (história em quadrinhos)

3.Desenvolvimento: a aula começou com a apresentação da professora estagiária. Em seguida, deu-se a exposição dos temas e autores que serão abordados durante o período do estágio. Após, dando continuidade ao tema do Contrato Social que é o objeto de estudo dos terceiros anos durante o segundo semestre escolar, foi entregue material impresso contendo a adaptação da história em quadrinhos sobre o tema acima descrito³⁶. O modo para leitura optado foi de ler os quadrinhos em voz alta, alternando entre os alunos, sendo comentado os pontos contidos no material, a saber: Estado de Natureza; Liberdade; Vontade Geral e Democracia. Conforme os temas foram sendo abordados surgiram tanto questões sobre os pontos que geraram dúvidas quanto de comentários, ora concordando, ora apontando críticas sobre os mesmos.

Aula 2

Área: Filosofia Política

Tema: Introdução à teoria do Contrato Social de Jean-

Jacques Rousseau

Duração: 1 período

1.Objetivo: apresentar o argumento da Vontade Geral de Rousseau e buscar as relações do mesmo com as propostas dadas no Decreto 8.243. Expor os pontos acerca do

³⁶ Extraído e adaptado de: ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social*. Tradução do japonês: Drik Sada Porto Alegre, Editora L & PM- MANGÁ (Pocket), Fevereiro, 2014.

conceito de Democracia direta (dado na obra de Rousseau) em oposição ao conceito de Democracia Representativa presente na atual política brasileira

2. Recursos: material impresso

3. Desenvolvimento: a aula iniciou com a retomada dos temas apresentados na aula anterior, para o esclarecimento de possíveis dúvidas em relação ao conceito de Estado de natureza em Rousseau e sobre a justificação do Estado. Em seguida, leitura e discussão do texto contendo o argumento sobre a Vontade Geral³⁷ de Rousseau. Seguiu-se com a apresentação do Decreto 8.243³⁸ (23 de Maio de 2014) que trata da proposta do Governo que institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS). Aos alunos foi entregue cópia contendo os objetivos e diretrizes integrantes no Decreto, para leitura e discussão dos mesmos, buscando reconhecer pontos da teoria de Rousseau sobre a Vontade Geral. Cópias do Decreto em sua íntegra foram passadas pela turma para que o visualizassem. Também foi entregue aos alunos dois textos oriundos da imprensa que traziam notas sobre o que trata o decreto acima descrito, e outro sobre a importância da participação de todos em um possível plebiscito³⁹.

4. Considerações gerais: após esclarecimentos de alguns termos do texto adaptado sobre a Vontade Geral, alguns alunos apresentaram considerações e questionamentos. Ao ser apresentado o Decreto 8.243 e feita a leitura dos objetivos e diretrizes deste, gerou-se uma discussão da possibilidade, ou não, de se adotar uma forma de governo tal como sugere Rousseau. Apresentou-se também a sugestão de filme que trata sobre plebiscito no Chile em 1988: NO⁴⁰. Tratou-se também sobre os cinco plebiscitos ocorridos no Brasil: 1963, 1993, 2005 (de caráter nacional) e de caráter estaduais nos anos de 2010 (Acre) e 2011 (Pará).

³⁷ Extraído de: *Antologia ilustrada de Filosofia- das origens à idade moderna*. Ubaldo Nicola. Tradução: Maria Margherita De Luca. São Paulo. Editora Globo, 2005, pp. 307-309.

³⁸ DECRETO Nº 8.243, DE 23 DE MAIO DE 2014. Extraído de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.html acesso em 12/01/15.

³⁹ Textos extraídos e adaptados de: <http://www.cartacapital.com.br/politica/por-que-o-novo-decreto-de-dilma-nao-e-bolivariano-8992.html> e <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/09/plebiscito-da-reforma-politica-importancia-voto-sim.html> acesso em 12/01/15.

⁴⁰ Extraído de: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-197326/> acesso em 12/01/15.

Aula 3

Área: Filosofia Política **Tema:** Política e irrelevância- a implicação do conceito de Vontade Geral de Rousseau na situação da atual Política do país

Duração: 1 período

1.Objetivo: encontrar no texto os pontos relevantes acerca da irrelevância com a Política percebida na atualidade, localizando no mesmo relação ou não com a teoria de Rousseau sobre a Vontade Geral

2.Recursos: material impresso

3.Desenvolvimento: primeiramente, solicitei aos alunos que se dividissem em duplas para a realização da atividade a seguir: leitura do texto: *Política e irrelevância*⁴¹, comentassem o texto lido para, em seguida, responder as questões propostas. As respostas foram recolhidas, pois não houve tempo para a apresentação das respostas dadas às questões.

Aula 4

Área: Filosofia Política **Tema:** Revisão sobre as Teorias do Contrato Social

Duração: 1 período

1.Objetivo: rever pontos acerca das teorias contratualistas nos autores estudados: Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau

2.Recursos: material impresso

3.Desenvolvimento: primeiramente, entregou-se aos alunos material impresso contendo alguns pontos dos temas estudados acerca do Contratualismo. Os pontos indicados no quadro entregue foram: Estado de Natureza- Lei da Natureza- Pontos de Conflito- Justificação do Estado, presentes nas teorias dos três autores estudados: Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau (cf. consta no capítulo Quatro deste TCC: Material Didático Extra, p. 57). Fez-se a leitura de cada um dos pontos apresentados,

⁴¹ Extraído do Jornal Zero Hora- 23 de setembro de 2012. Autor: Marcos Rolim. Disponível em: http://rolim.com.br/2006/index.php?option=com_content&task=view&id=861&Itemid=3 acesso em 12/01/15.

sob a forma resumida dos temas. Alguns alunos fizeram questionamentos sobre alguns destes pontos, buscando esclarecimento de dúvidas. Em seguida, a turma foi dividida em três grupos com 11 alunos em cada grupo. Cada grupo recebeu um papel (dobrado) contendo o nome de um dos três autores e tinham como tarefa apresentar de forma resumida aquilo que sabiam sobre as teorias do respectivo autor. A ordem das apresentações aconteceu por sorteio (dos autores).

Aula 5

Área: Filosofia Política **Tema:** Atividade Avaliativa

Duração: 1 período

1.Objetivo: testar conhecimentos adquiridos sobre as teorias do Contrato Social

2.Recursos: material impresso

3.Desenvolvimento: inicialmente foi entregue uma folha contendo a atividade complementar à prova, para ser entregue em uma semana. Em seguida os alunos responderam as questões avaliativas referentes ao tema estudado nas últimas aulas: as teorias do Contrato Social segundo os filósofos: Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau.

Aula 6: aula analisada em virtude do tema deste TCC

Área: Filosofia Política **Tema:** *Ilíada*- releitura do canto II

Duração: 1 período

1.Objetivo: reconhecer aspectos políticos presentes no canto II da *Ilíada* que podem apresentar características do conceito de Democracia, historicamente surgido na Grécia

2.Recursos: material impresso

3.Desenvolvimento: dado o fim do estudo sobre as teorias do Contrato Social para a justificação da existência do Estado, começou-se o estudo sobre a justificação naturalista da existência do mesmo. Para tanto, a aula começou com o questionamento feito aos alunos sobre o que sabiam sobre o texto/poema de autoria atribuída a Homero. Em seguida, os alunos receberam cópia impressa contendo o trecho do Canto II da *Ilíada* para leitura individual (cf. consta no Apêndice 5). Após a leitura, em duplas/trios,

a tarefa consistia em discutir o texto lido e apontar aspectos relevantes do mesmo que fazem referência à Política. Como orientação para a leitura passou-se no quadro aquilo que deveriam prestar atenção ao lerem o texto:

Releitura da “Ilíada” (sob a perspectiva política): anotar e comentar aspectos políticos (2) encontrados.

Aula 7: aula analisada em virtude do tema deste TCC

Área: Filosofia Política **Tema:** *Ilíada*- releitura do canto II.

Duração: 1 período

1.Objetivo: reconhecer aspectos políticos presentes no canto II da *Ilíada* que podem apresentar características do conceito de Democracia, historicamente surgido na Grécia

2.Recursos: material impresso

3.Desenvolvimento: inicialmente retomou-se a aula passada, expondo por quê estávamos fazendo a releitura de parte do texto da *Ilíada*. Em seguida, novamente em grupos (conforme divisão da aula anterior), os alunos prepararam quais aspectos políticos encontraram no texto recebido. Posteriormente, os grupos foram expondo os aspectos relevantes à política que encontraram no texto lido e discutido, alguns fazendo a leitura para sustentarem aquilo que apresentavam. Os aspectos relatados foram passados para o quadro negro, sob forma de itens. Alguns dos aspectos foram citados por mais de um grupo.

4.Considerações gerais: conversando com os alunos sob os aspectos encontrados na parte do texto da *Ilíada* que leram, percebeu-se que foi possível, para eles, perceber não somente os aspectos apontados por Savater na obra *Política para meu filho*, que motivou inicialmente esse planejamento, mas também pontos não citados pelo autor, de igual relevância na política. Sendo assim, dá-se como satisfatórios os resultados obtidos, pois a partir destes pontos encontrados será possível a introdução da teoria política de Aristóteles, com os alunos já ‘familiarizados’ com o pensamento grego antigo.

A seguir os aspectos encontrados pela turma:

RELEITURA DO CANTO II- ILÍADA-sob a perspectiva política

Organização dos povos (para a guerra);

Reunião dos chefes;

Um só comandante- Agamenon- absoluto- o soberano

Hierarquia

Presença dos deuses Hera, Atena e Fama (cita: Aquiles e Ulisses);
--

Democracia oligárquica;

Conselhos- anciãos;

Assembleia;

Argumentos: políticos e religiosos;
--

Homem do povo (Tersites) tentando participar das decisões.

Aula 8

Área: Filosofia Política **Tema:** Introdução à Justificação Naturalista do Estado a partir da *Ilíada*- releitura do canto II

Duração: 1 período

1.Objetivo: dar a conhecer pontos da Política de Aristóteles a partir dos aspectos políticos encontrados na *Ilíada*- releitura de trecho do Canto II

2.Recurso: Power Point: *A invenção grega e a Releitura da Ilíada* (canto II)

3.Desenvolvimento: pela exposição do Power point deu-se, primeiramente, a contextualização da vida e das obras de Aristóteles (cf. consta no Apêndice 6). Em seguida, passou-se a analisar os aspectos políticos encontrados no trecho do Canto II da *Ilíada* (trabalhados nas duas aulas anteriores), com excertos presentes na obra *A Política* de Aristóteles. Para cada slide exibido houve a leitura e a discussão dos aspectos surgidos no texto lido (*Ilíada*) quanto aos pontos apresentados do filósofo grego.

4.Considerações gerais: durante a exposição do Power point percebeu-se que os alunos, em sua maioria, demonstraram entender a relação dos aspectos políticos presentes na *Ilíada* (Canto II) encontrados por eles na atividade realizada nas duas aulas anteriores. Ao mesmo tempo, levantaram questionamentos acerca dos pontos da política de Aristóteles, alguns referindo-se à participação feminina, outros sobre a inversão

ocorrida naquilo que Aristóteles entendia como a importância da prioridade do espaço público sobre o privado, quando tratou-se do *slide* sobre o Bem Supremo. Tais pontos, conforme planejamento, serão tratados e discutidos nas próximas aulas.

Aula 9

Área: Filosofia Política

Tema: Justificação Naturalista do Estado

Duração: 1 período

1.Objetivo: dar a conhecer pontos da Política de Aristóteles a partir da leitura de excertos da obra *A Política*

2.Recursos: material impresso

3.Desenvolvimento: inicialmente foi entregue aos alunos material impresso contendo excertos da obra *A Política*⁴² do filósofo Aristóteles. Tais excertos continham temas acerca da natureza da cidade-estado, do homem como animal político e sobre o cidadão perfeito (para o filósofo), entre outros pontos. Cada trecho do material foi lido por um aluno, sendo comentado e discutido por todos, a fim da compreensão do mesmo.

4.Considerações gerais: pode-se perceber que os alunos buscaram compreender o pensamento aristotélico acerca da natureza da cidade-estado, pois levantaram questionamentos sobre o mesmo e se posicionando contrariamente ao que estava sendo apresentado, principalmente em relação ao papel da mulher na política aristotélica.

Aula 10

Área: Filosofia Política

Tema: Justificação Naturalista do Estado

Duração: 1 período

1.Objetivo: dar a conhecer pontos da Política de Aristóteles a partir da leitura de excertos da obra *A Política*

2.Recursos: material impresso

⁴² Passagens utilizadas: Livro I- Objeto e limite da ciência política (capítulo I, 1252a – 1253a); Livro III- Do cidadão perfeito (capítulo I, 1275a); Do cidadão perfeito (capítulo I, 1277a); Livro III- Do cidadão perfeito (capítulo III, 1278a – 1278b); Livro III, capítulo VI, 1281a-43 1281b - Argumento da Doutrina da Sabedoria da Multidão.

3.Desenvolvimento: retomou-se o tema da aula anterior, buscando lembrar pontos vistos sobre a natureza da cidade-estado em Aristóteles, em seguida, passou-se para a continuação da leitura do material entregue na aula anterior, partindo da leitura dos argumentos acerca do cidadão perfeito chegando até o final do mesmo material, que trata do argumento da sabedoria da multidão. Durante a leitura dos trechos, do mesmo modo como aconteceu na aula anterior, cada excerto lido foi comentado e discutido pela turma. Procurou-se fazer a transposição do pensamento político de Aristóteles com o atual momento do país, quando estamos em vésperas de um segundo turno de eleições gerais. Por exemplo, pontos relacionados ao acesso dos cidadãos aristotélicos aos cargos públicos, dado por sorteios, e o tempo que cada cidadão, uma vez tendo assumido um cargo poderia permanecer neste (não há reeleição na *pólis* de Aristóteles).

Aula 11

Área: Filosofia Política

Tema: Justificação Naturalista do Estado

Duração: 1 período

1.Objetivo: distinguir os pontos relevantes da teoria aristotélica sobre a Política elaborando questões envolvendo os argumentos estudados

2.Recursos: termos aristotélicos impressos, folha para elaboração do trabalho impressa

3.Desenvolvimento: primeiramente, apresentou-se aos alunos a atividade a seguir que será realizada em dois períodos, envolvendo os pontos relevantes sobre a política de Aristóteles estudados: 1-*Pólis* (formação); 2-*Pólis* (Finalidade); 3-Homem_ animal político; 4-Bem supremo; 5-Cidadão Perfeito; 6-Sabedoria da Multidão e 7-Espaço Público e privado. Ocorrida a divisão dos grupos os temas foram sorteados do seguinte modo: cada grupo escolheu um representante para ser o relator e outro para ser o orador do grupo, sendo esse o responsável por escolher um dos papéis dobrados que continha por escrito o tema sobre o qual deveria ser elaborada a questão. Em seguida, os grupos se juntaram, elaboraram a questão sobre o tema recebido e trocaram entre si as mesmas, de modo a respondê-las em folha específica recebida para tanto. A apresentação tanto das questões elaboradas quanto das respectivas respostas ficou para a aula seguinte.

Aula 12: 20/10/2014

Área: Filosofia Política **Tema:** Justificação Naturalista do Estado

Duração: 1 período

1.Objetivo: distinguir os pontos relevantes da teoria aristotélica sobre a Política elaborando questões envolvendo os argumentos estudados

2.Recursos: termos aristotélicos impressos, folha para elaboração do trabalho impressa

3.Desenvolvimento: antes de iniciar a apresentação dos trabalhos realizados na aula anterior (questões e respostas sobre a política aristotélica), foi entregue aos alunos um Mapa Conceitual contendo a revisão dos argumentos estudados e também o ponto que trata das formas de Governo para Aristóteles: Monarquia, Oligarquia e *Politia*, apontando os problemas de, nessas formas de Governo, se a o bem comum não for a prioridade: Tirania, Aristocracia e Democracia (cf. consta no capítulo Quatro deste TCC: Material Didático Extra, p. 58). Após, cada grupo apresentou o seu trabalho ao grande grupo. Primeiramente, necessitavam dizer qual era o tema da questão elaborada, ler a questão e dizer quem foram os colegas que a elaboraram. Por fim, liam a resposta elaborada. O grupo que elaborou a questão acordava, ou não, com a resposta apresentada, por vezes complementando a mesma.

Aula 13

Área: Filosofia Política **Tema:** Introdução ao pensamento político de Maquiavel

Duração: 1 período

1.Objetivo: dar a conhecer o pensamento político de Maquiavel buscando a compreensão dos termos pertinentes à sua teoria

2.Recursos: material impresso

3.Desenvolvimento: iniciou-se a aula perguntando aos alunos o que sabiam ou conheciam sobre Maquiavel – três alunos se manifestaram, apontando ora uma citação do autor, ora algum ponto referente à história do *Príncipe* (livro) – um deles comentou que Maquiavel é o fundador da ciência política moderna. Em seguida, passou-se para a análise da expressão (escrita no quadro):

Os fins justificam os meios

Inicialmente fez-se a contraposição com o pensamento aristotélico: para Aristóteles, os meios (ações humanas- mediadas pela razão- boa conduta) são em vista de um Fim- bem Supremo- Bem maior. Em Maquiavel refere-se de meios (ações) em vista de fins (plural). Em seguida, analisou-se a o significado da expressão sem pontuação – vários alunos participaram explicando o que entendiam. Por fim, adicionou-se um ponto de interrogação à expressão ‘os fins justificam os meios?’ E perguntou-se aos alunos “Que resposta você daria?”. Passou-se, a seguir, para a apresentação do pensador Maquiavel, enquanto isso um exemplar do livro *O Príncipe* circulou entre os alunos. Depois, entregou-se aos alunos o material impresso contendo trechos da obra *O Príncipe* junto com tirinhas dos personagens *Calvin and Hobbes*⁴³. Antes de iniciarmos a leitura fez-se uma pequena apresentação dos personagens que em seus diálogos discutem sobre o princípio *os fins justificam os meios*.

Aula 14

Área: Filosofia Política **Tema:** Introdução ao pensamento político de Maquiavel

Duração: 1 período

1.Objetivo: dar a conhecer o pensamento político de Maquiavel buscando a compreensão dos termos pertinentes à sua teoria

2.Recursos: material impresso

3.Desenvolvimento: continuação da aula anterior, com a leitura e discussão do texto entregue. Em seguida, os alunos começaram a responder a atividade proposta no final do material entregue.

⁴³ Extraído e adaptado de: *O príncipe*. Nicolau Maquiavel. Tradução: Maria Júlia Goldwasser. São Paulo, Martins Fontes, 2014. - *Antologia ilustrada de Filosofia- das origens à idade moderna*. Ubaldo Nicola. Tradução: Maria M. De Luca. São Paulo, Globo, 2005. Tirinhas: Calvin e Haroldo: sites da internet.

Aula 15

Área: Filosofia Política **Tema:** teoria política de Maquiavel presente na obra *O Príncipe*

Duração: 1 período

1.Objetivo: dar a conhecer o pensamento político de Maquiavel buscando a compreensão dos termos pertinentes à sua teoria

2.Recurso: vídeo retirado da internet sob o título: *O Príncipe*. Disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=LUDOnaqziLo>

Descrição do documentário: *O Príncipe* é um livro escrito por Nicolau Maquiavel em 1513, cuja primeira edição foi publicada postumamente, em 1532. Trata-se de um dos tratados políticos mais importantes já escritos, e que tem papel crucial na construção do conceito de Estado como modernamente conhecemos. Entre outras coisas, descreve as maneiras de conduzir-se nos negócios públicos internos e externos, e fundamentalmente, como conquistar e manter um principado.

3.Desenvolvimento: exibição do vídeo e comentários sobre o mesmo.

Aula 16

Área: Filosofia Política **Tema:** introdução ao pensamento político de Hannah Arendt e a ressignificação dos conceitos aristotélicos de espaço público e privado, analisados sob a perspectiva arendtiana

Duração: 1 período

1.Objetivo: dar a conhecer um pouco da vida e da obra da filósofa Hannah Arendt, como também apresentar a ressignificação dos conceitos aristotélicos de espaço público e privado (o homem: um animal político ou social)

2.Recurso: Power point contendo ilustrações da vida e da obra da autora

3.Desenvolvimento: iniciou-se a aula apresentando aos alunos as razões pelas quais, segundo Celso Laffer, Hannah Arendt é considerada uma autora clássica:

1) Sua obra ser tida como uma autêntica e esclarecedora interpretação da época em que foi escrita, no caso, o século XX; 2) o fato de seu texto estimular constantemente leituras e releituras e 3) oferecer aos estudiosos, e também para um público mais amplo,

conceitos, ideias e pistas que retêm atualidade para o entendimento da realidade que nos cerca. Além destes, salientou-se que Hannah Arendt, em suas obras, busca resgatar a ideia de política dentro dos conceitos de ‘pluralidade’ e de ‘natalidade’, para tanto se utiliza de elementos diferentes (metodologia) que são: experiências históricas significativas (sob análise crítica, ex. Revolução francesa, capitalismo, Revolução científica) e da tradição filosófica (Platão a Marx). E que para ela, o pensamento deve sempre estar ‘enraizado’ na experiência, e quando permanece nesta é que possibilita algo de relevante. Após ocorreu a apresentação do Ppt acerca da vida de Hannah Arendt (cf. consta no capítulo Quatro deste TCC: Material Didático Extra, p. 59) com momentos relacionados à sua história quando vítima do nazismo, como também, parte de sua obra. Os últimos slides apresentados continham o pensamento aristotélico que expõe o argumento do homem como animal político e o argumento que trata da relevância do espaço público sobre o espaço privado. Tais argumentos foram contrastados e discutidos com os escritos de Hannah Arendt sobre o mesmo tema.

Aula 17: 10/11/2014

Área: Filosofia Política **Tema:** introdução ao pensamento político de Hannah Arendt e a ressignificação dos conceitos aristotélicos de espaço público e privado, analisados sob a perspectiva arendtiana, juntamente com o conceito de sociedade de massas.

Duração: 1 período

1.Objetivo: apresentar a ressignificação dos conceitos aristotélicos de espaço público e privado (o homem: um animal político ou social), bem como tratar sobre o conceito de sociedade de massas de Arendt e no contexto atual

2.Recurso: material impresso

3.Desenvolvimento: a aula iniciou com os comentários sobre as questões de filosofia presentes na prova do ENEM realizada no final de semana antecedente à aula. Em seguida, foi entregue aos alunos material impresso contendo trechos de textos sobre o

pensamento arendtiano⁴⁴, tratando da inversão daquilo pensado por Aristóteles em relação à *pólis*, a esfera privada e pública; o surgimento da sociedade de massa; como também, parte do discurso proferido pelo presidente uruguaio na ONU em setembro de 2013⁴⁵, que diz respeito à sociedade de massa e ao consumismo, como forma de enfraquecimento da política. Por fim, o material trazia um texto que apresenta a contribuição de Hannah Arendt no que diz respeito ao modo com a filósofa entende a formação do estado, dado sob a forma de Conselhos, que foi lido e comentado.

Aula 18

Área: Filosofia Política **Tema:** o pensamento arendtiano sobre a banalidade do mal e sociedade de massas como item fundamental dos regimes totalitaristas, segundo a autora

Duração: 1 período

1.Objetivo: dar a conhecer o pensamento de Hannah Arendt sobre a banalidade do mal, bem como discutir sobre as origens dos regimes totalitários fundamentados no conceito de sociedade de massas da autora

2.Recurso: exibição do trecho do filme Hannah Arendt⁴⁶ (cerca de 25 minutos) - Alemanha, França, 2012, 1h 53 min – Direção: Margarethe Von Trotta-



⁴⁴ ARENDT, Hannah. A condição humana. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2013, pp. 33-34, Capítulo II_ seção 5; p.55, Capítulo II_ seção 6. Texto adaptado de Yara Frateschi: *Participação e liberdade política em Hannah Arendt_ Cadernos de Filosofia Alemã*. Nº 10|p. 83-100|JUL-DEZ 2007.

⁴⁵ Discurso José Mujica: Extraído e adaptado de: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/09/leia-a-integra-do-discurso-de-jose-mujica-na-onu-4281650.html> acesso em 12/01/15.

⁴⁶ Link para download: <http://www.cineconhecimento.com/2013/10/hannah-arendt/>.

Apêndice 4: cartazes do Tribunal Filosófico: o Caso Omelas

Tribunal Filosófico

O caso Omelas



Sala designada ao advogado de defesa e povo de Omelas

Tribunal Filosófico

O caso Omelas



Sala designada ao Júri

Tribunal Filosófico

O caso Omelas



Sala designada ao advogado de defesa da criança e testemunha

Apêndice 5: Canto II da *Ilíada* (trecho utilizado em aula)

Ilíada

O universo de deuses e mortais é apresentado na *Ilíada* de Homero contando episódios que aconteceram durante o final da Guerra de Tróia. A obra é, na verdade, um grande poema épico, composta por vinte e quatro versos. Esta guerra se originou pela disputa por Helena, rainha de Esparta e esposa do rei Menelau, considerada a mulher mais bonita da Grécia. Páris, príncipe de Tróia rapta Helena e Menelau, furioso, convoca seu irmão Agamenon. Juntos, durante dez anos organizam uma investida contra Tróia para resgatá-la e então, partem com muitos navios, soldados e grandes heróis, dentre os quais, Aquiles, filho de uma deusa chamada Tétis com um mortal. Aquiles e sua tropa de mirmidões⁴⁷ são os combatentes mais temidos desta guerra. Este semideus possui armas poderosas e apenas um ponto fraco que é o seu calcanhar, isto porque ao nascer, sua mãe desejou que Aquiles se tornasse imortal e o mergulhou num rio sagrado, porém ao segurá-lo pelos pés deixou de banhar seu calcanhar tornando-o vulnerável. Em plena guerra, que já ocorria há nove anos, os gregos raptavam mulheres das cidades vizinhas, bem como se apropriavam de grandes tesouros. Agamenon possuía uma prisioneira para servi-lo chamada Criseida, filha de Crises, um sacerdote de Apolo, e que a quer de volta, porém, Agamenon nega-se a devolvê-la. Apolo é evocado por seu sacerdote, e então, lança uma peste que assola os gregos. Aquiles, filho de Tétis, percebendo que a peste é um castigo dos deuses, pede a um adivinho que confirme, e assim este o faz. Fica então decidido numa reunião que Agamenon deve devolver Criseida. Este, enfurecido, devolve a bela mulher, mas diz a Aquiles que quer a sua escrava Briseida, por quem Aquiles está apaixonado, recusando-se a entregá-la. Porém, Agamenon a quer de qualquer jeito e manda que a tragam para ele. Aquiles chora profundamente e pede ajuda para sua mãe, que por sua vez, pede a intervenção de Zeus. Este que deve favores para Tétis resolve ajudar o povo troiano na guerra, como forma de castigo a Agamenon. Aquiles, muito revoltado, não luta mais ao lado dos gregos. A guerra fica muito acirrada e os deuses começam a interferir: existem aqueles que defendem os gregos e, outros, os troianos. O texto a seguir faz parte do Segundo Canto da *Ilíada* e trata do momento em que Zeus envia um sonho a Agamenon, mandando armar os gregos, e prometendo-lhe a vitória antes do fim do dia. Contém o discurso de Agamenon na reunião dos chefes e a intervenção de Tersites, um homem simples do povo que está contra os diferentes chefes do exército.

Ilíada

Canto II: O sonho, a beócia, ou o catálogo dos navios.

Deuses e homens- os galeados escudeiros- dormiram toda a noite. Somente Zeus não se deixou vencer pelo profundo sono. Com alma inquieta, buscava os meios de honrar Aquiles e de fazer morrer em massa os aqueus, à beira de seus barcos. E eis o plano que, em seu coração, lhe pareceu o melhor: enviar ao Átrida⁴⁸ Agamenon o Sonho pernicioso.

Chamando-o, dirigiu-lhe estas palavras aladas: “Parte, vai Sonho pernicioso, aos ligeiros navios dos aqueus. Quando chegares à barraca do Átrida Agamenon, fala-lhe exatamente como vou te ensinar: dize-lhe que mande armar-se a multidão peluda dos aqueus, pois agora poderá expugnar a cidade de largas ruas dos troianos, visto que os moradores das olímpicas moradas já não estão em desacordo: cedem todos às suplicações de Hera, e medonhas calamidades ameaçam os troianos.” Assim falou, e o Sonho partiu após estas palavras. Asinha chegou aos belos baixéis acaios, e se dirigiu

⁴⁷Os **mirmidões** ou **mirmídones** foram um dos lendários povos da Tessália que acompanharam Aquiles à Guerra de Troia.

⁴⁸ Átrida (em grego, Ἀτρείδην — "filho (a) de Atreu") costuma se referir a um dos dois filhos de Atreu: Agaménon e Menelau.

para a tenda do Átrida Agamenon, que encontrou adormecido: ao seu redor, espalhar-se o sono sobre-humano. Se deteve acima da cabeça, semelhante ao filho de Neleu, Nestor, o ancião mais acatado por Agamenon. Com esse disfarce falou o divino Sonho: “Dormes, filho do ardente Atreu domador de cavalos! Mas não devera dormir toda a noite o homem que assiste ao Conselho, a que se confiam tropas e que tantos cuidados absorvem. Agora, escuta-me depressa. Foi Zeus quem me enviou, embora distante, preocupa-se contigo e tem pena de ti. Manda dizer-te que faças armar-se a multidão de aqueus cabeludos, pois agora poderás expugnar a cidade de largas ruas dos troianos, visto que os habitantes das olímpicas moradas, os imortais, já não estão em desacordo: cederam todos às suplicações de Hera, e medonhas calamidades ameaçam os troianos, enviadas por Zeus. Guarda este conselho em tua alma e não te esqueça quando o sono, doce como mel, te houver abandonado.” Dito isso, partiu, deixando-o a revolver no espírito pensamentos que nunca haveriam de realizar-se: acreditava poder tomar a cidade de Príamo naquele dia o insensato Agamenon, ignorante dos projetos de Zeus, que ainda infligiria muitas dores e gemidos a troianos e Dânaos, em rudes encontros. Despertou do sono e a voz divina ainda lhe soava ao redor. Sentou-se na cama, vestiu uma túnica macia, bela, nova, e envolveu-se num grande manto; sob os pés brilhantes, atou formosas sandálias e suspendeu do ombro a espada cravejada de prata. Empunhou o cetro de seus pais, para sempre indestrutível. E, com o cetro na mão, aproximou-se dos barcos dos aqueus vestidos de bronze. Acercava-se do vasto olimpo a deusa Aurora, para anunciar a luz de Zeus e aos outros imortais. Ordenou, então, o rei aos arautos de voz clara que convocassem imediatamente os hirsutos aqueus. Estes não tardaram a reunir-se. Foi primeiro o Conselho dos magnânimos anciãos que reuniu Agamenon, junto ao batel de Nestor, o rei nascido em Pilo.

Tendo-os convocado, expôs-lhe essa bem urdida trama: “Escutai meus amigos: durante meu sono, na noite sobre-humana, veio a mim o divino Sonho, que trazia exatamente os traços, o talhe e os modos do divino Nestor. Pairando sobre a minha cabeça, disse-me: “Dormes, filho do ardente Atreu domador de cavalos! Mas não devera dormir toda a noite o homem que assiste ao conselho, a que se confiam tropas e que tantos cuidados absorvem. Agora, escuta-me depressa. Foi Zeus quem me enviou, embora distante, preocupa-se contigo e tem pena de ti. Manda dizer-te que faças armar-se a multidão de aqueus cabeludos, pois agora poderás expugnar a cidade de largas ruas dos troianos, visto que os habitantes das olímpicas moradas, os imortais, já não estão em desacordo: cederam todos às suplicações de Hera, e medonhas calamidades ameaçam os troianos, enviadas por Zeus. Guarda este conselho em tua alma.” Tendo assim falado, voou, e o brando sono me deixou. Portanto, procuremos fazer com que se armem os filhos dos aqueus. Experimentarei primeiro com meu discurso como permitem os deuses e os estimularei a fugirem em seus navios de inúmeros remeiros; e vós, cada qual por seu lado, tentai retê-lo com palavras persuasivas. Tendo falado, sentou-se, e de entre eles se ergueu Nestor, rei da arenosa Pilo. Benévolo, assim falou: “Amigos, guias e conselheiros dos Argivos, se qualquer outro aqueu nos houvesse relatado este sonho, o chamaríamos de mentiroso e o afastaríamos de nós. Mas o homem que viu esta aparição vangloria-se de ser o mais nobre dos aqueus. Vamos, busquemos fazer com que se armem os filhos dos aqueus.”

Pronunciadas essas palavras, foi o primeiro a retirar-se do Conselho; em seguida, levantaram-se obedientes ao pastor de tropas, os reis portadores dos cetros. E as tropas afluíam. Assim como o oco de um rochedo saem sem cessar copiosos enxames de abelhas que voam, enoveladas, para as flores primaveris e revolteiam em massa, umas aqui, outras acolá, assim tribos numerosas de guerreiros saíam das embarcações e das tendas erguidas na orla do golfo profundo, e marchavam em multidão compacta para a praça. Entre elas vinha também a Fama, mensageira de Zeus, que as incitava a marchar. Agitava-se a praça e a terra gemia sob as tropas que, em tumulto, se assentavam. Nove arautos, a grandes vozes, procuravam ordená-las, a fim de impedir, se possível, os clamores, e permitir que se ouvissem os reis nascidos de Zeus. A muito custo se ordenaram e acomodaram as tropas, cessando de gritar. E o poderoso Agamenon levantou-se, empunhando o cetro que Hefaísto, com tanto trabalho, fabricara. Hefaísto dera-o a Zeus, o rei filho de Cronos; Zeus dera-o a seu Mensageiro de rútilo aspecto; o rei Hermes dera-o a Atreu, pastor de tropas; Atreu, ao morrer, deixara-o a Tiestes, senhor de muitos rebanhos; e Tiestes, por seu turno, deixara-o a Agamenon, para que empunhasse e reinasse sobre numerosas ilhas e sobre toda a Argólida. Apoiado nesse mesmo cetro endereçou aos Argivos estas palavras: “Caros heróis Dânaos, a serviço de Ares! Zeus, filho de Cronos, prendeu-me, o Cruels, entre os laços de penoso desvario! Prometera-me, em outro tempo, com um sinal de sua cabeça, que arrasariamos a bem fortificada Ílion, antes de regressar; agora, com maldoso e deliberado engano, ordena-me que volte, desonrado, a Argos, depois de haver perdido milhares de homens. (Tal há de ser o prazer do feroso Zeus, que destruiu e continuará destruindo as cidadelas, cabeças de tantas cidades, porque sua força é irresistível). É uma vergonha, com efeito, que a posteridade venha a saber que tropas acaias, tão valentes e tão numerosas, combateram-se e pelejaram em vão, contra inimigos menos poderosos (embora ainda se desconheça o fim de tudo isto). Pois se aqueus e troianos, por ocasião de uma trégua assegurada por sacrifícios, quiséssemos contar-nos uns aos outros, e os troianos se colocassem de um em um, e nós, os aqueus, nos agrupássemos em magotes de dez, e se tomássemos cada guerreiro troiano como escanção⁴⁹ de um de nossos magotes, muitos dos nossos ficariam sem escanção. De tal maneira, afianço-o, os filhos de aqueus ultrapassam, em número, os troianos que habitam a cidade. Acudiram-lhes, porém, aliados de muitos territórios, de lança em punho; e são estes que me afastam e impedem apesar de meu desejo, de arrasar a bem guarnecida Ílion. Nove anos do grande Zeus já se passaram, a madeira de nossos barcos apodreceu, esfiaparam-se nossas cordagens⁵⁰, nossas mulheres e nossos filhinhos estão-nos esperando em nossas casas, e, aqui, a empresa que nos trouxe não vai por diante. Por conseguinte, sigamos todos o conselho que vou dar-vos. Fugamos com nossos navios para a terra dos nossos pais, pois nunca renderemos Tróia, a cidade das largas ruas.” Com estas palavras comoveu, em seus peitos, o coração de todos os homens que compunham a multidão e não tinham assistido ao Conselho. Agitou-se a assembleia como as longas ondas do mar de Ícaro, quando o Euro e o Noto as erguem ao mesmo tempo, caindo sobre elas desde as nuvens juntadas por Zeus. Assim como a chegada de Zéfiro⁵¹ agita as searas profundas, quando se atira

⁴⁹ Oficial da corte encarregado de servir o vinho na copa e oferecê-lo ao rei nas refeições.

⁵⁰ Conjunto de cabos que aparelham um navio ou que servem para manobrar qualquer máquina ou engenho; cordame.

⁵¹ O Zéfiro, vento do oeste, é um vento violento na Ásia Menor.

com violência e as espigas inclina, assim se agitou a assembleia. Com grande estardalhaço, precipitaram-se os guerreiros para os barcos e, sob seus pés, se ergueu, revoltado, o pó. Concitavam-se uns aos outros a tomar os navios e fazê-los ao mar divino; já desobstruíam os canais, com gritos que subiam ao céu, no desejo de voltar às suas terras, e começaram a retirar os estais das embarcações.

E o Argivos, a despeito do destino, teriam, então, encontrado o azo para o regresso, não houvesse Hera dito a Atena: “Oh! Infatigável filha de Zeus, senhor da égide, assim para suas casas e para a terra de sua pátria fugirão os Argivos sobre o vasto dorso do mar? Deixarão a Príamo e aos troianos, como um troféu de glória, Helena de Argos, pela qual tantos aqueus pereceram na Trôade, longe do solo paterno? Vai ao encontro das tropas acaias vestidas de bronze, com meigas palavras, retém cada homem e não permitas fazer ao mar os barcos que navegam nos dois sentidos.” Assim falou e, dócil, Atena de olhos de coruja, arremessou-se dos píncaros do Olimpo; presto, chegou às esbeltas naus acaias, onde encontrou Ulisses, igual a Zeus pela prudência, imóvel, não tocava sequer no seu excelente barco negro, pois a dor lhe pungia o coração e a alma.

Em pé ao lado dele, disse-lhe Atena de olhos de coruja: “Descendente de Zeus, filho de Laerte, engenhoso Ulisses, assim fugireis para vossas casas e para a terra de vossas pátrias, embarcados em vossas naves de inumeráveis remeiros? Deixareis a Príamo e aos troianos, como troféu de glória, Helena de Argos, pela qual tantos aqueus pereceram na Trôade, longe do solo paterno? Vai, vai agora ao encontro das tropas acaias, não recues, com meigas palavras, retém cada homem e não lhe permitas fazer ao mar os barcos que navegam nos dois sentidos.” Assim falou ela, e Ulisses reconheceu a voz da deusa. Se pos a correr, lançando sobre si o manto de lã, apanhado pelo arauto Euríbate, de Ítaca, que o seguia. Foi ter pessoalmente com o Átrida Agamenon e dele recebeu o cetro de seus pais, para sempre indestrutível. Com o cetro na mão, ladeou os batéis dos aqueus vestidos de bronze.

E cada vez que encontrava um rei ou um chefe, buscava retê-lo com meigas palavras, parado ao seu lado: “Insensato! Não te fica bem, a ti, tremer como um covarde. Antes, senta-te, e faze que se assente o resto das tropas. Ainda não conheces claramente o pensamento do Átrida. Agora está experimentando, mas dentro em pouco castigará os filhos dos aqueus. Não estávamos todos no Conselho dos anciãos para ouvir o que ele disse. Toma tento, para que, irritado não maltrate os filhos dos aqueus. Grande é a cólera dos reis filhos de Zeus, e as honras de Agamenon provém do prudente Zeus, que o ama.” Mas cada vez que Ulisses topava com um homem do povo a gritar, batia-lhe com o cetro e repreendia-o: “Insensato! Fica quieto e escuta os outros, teus superiores. Tu, sem valor guerreiro, sem coragem, jamais contaste na guerra ou no conselho. Nem todos os aqueus podem reinar aqui. Não convém o múltiplo comando. Haja, sim, um só comandante, um só rei, o que recebeu esta sorte do astuto filho de Cronos (o cetro e as leis para comando). Assim, ordenando, percorria o exército. E de novo para a Ágora, dos navios e das barracas, com alarido, acorriam os guerreiros, tais quais estrondeiam as vagas na vasta praia e vão ressoar ao largo. Todos se assentavam, enfileirados, nos bancos. Somente Tersites, falador sem medida, esbravejava, ainda. Abundava-lhe o espírito em palavras tumultuárias, e, em vão buscava, contra a boa ordem, provocar os reis, com tudo o que suponha capaz de fazer rir aos Argivos. Era o mais feio dos homens que haviam chegado à frente de Ílion: vesgo, manco de uma perna, o peito

cavado entre os ombros curvados para a frente, sobre a cabeça pontuda, vegetava-lhe rala penugem. Era detestado, principalmente por Aquiles e Ulisses, pois deles fazia de hábito o objeto de suas recriminações. Desta feita, porém, com voz esganiçada, proferia injúrias contra o divino Agamenon: todos os aqueus, com efeito, detestavam-no sumamente, irritadíssimos em seus corações.

E, aos brados, Tersites, repreendia Agamenon: “Átrida, de que te queixas ainda, ou de que necessitas? Estão cheias de bronze tuas barracas e cheias de mulheres também, mulheres de escol, que nós, os aqueus, te damos, primeiro que a qualquer outro, quando saqueamos uma cidade. Queres ainda o ouro que talvez te traga de Ílion algum troiano domador de cavalos, como resgate do filho, amordaçado e trazido para cá por mim ou por outro aqueu? Queres alguma donzela, que possas amar e guardar unicamente para ti, longe de todos? Entretanto, não convém que seu chefe leve à desgraça os filhos dos aqueus. Ó seres desfibrados, vis objetos de opóbrío, aquéias e não mais aqueus, voltemos para casa com nossos navios, e deixemos este homem aqui, na Trôade, logrando suas recompensas, para que veja se lhe somos, ou não, de alguma utilidade. Eis que, ainda há pouco, Aquiles, homem de que lhe é muito superior, foi por ele afrontado! Tomou-lhe e detém a sua recompensa, prevalecendo-se da sua autoridade. Aquiles, de certo, não tem bile no coração, aceita tudo, porque, a não ser assim, Átrida, teria sido este o teu último crime.” Assim falava Tersites, admoestando Agamenon, pastor de tropas. Súbito, perto dele, se ergueu o divino Ulisses, que exasperado, o increpou com rudeza: “Tersites, palrador leviano, ainda que orador de voz clara, refreia-te, e não pretendas, sozinho, provocar os reis. Afirmo que não há pior mortal do que tu entre quantos vieram com o Átrida, postar-se defronte Ílion. Poderias ter evitado deblaterar interminavelmente com nomes de reis na boca, injuriá-los, e aconselhar retirada. Não sabemos ainda claramente como passarão as coisas, se voltaremos bem ou mal para nossas casas, nós, os filhos de aqueus. E tu, agora, comprazes em vituperar o Átrida Agamenon, pastor de tropas, apenas porque os heróis Dânaos o quiseram cumular de dádivas, e o censuras e incriminas. Pois bem, vou dizer-te uma coisa há de acontecer: se outra vez te surpreender a disparatar como agora, cortem-me a cabeça e nunca mais me chamem pai de Telêmaco, se eu não te agarrar, não te arrancar as vestes, o manto, a túnica, e o mais que te cobre o sexo, e não te mandar de volta, chorando, para as guapas naus, escorraçado do Ágora a poder de golpes infamantes.” Disse e bateu-lhe com o cetro nas espáduas e nos ombros. Curvou-se Tersites, deixando cair grossas lágrimas; sangrento tumor formou-lhe nas costas, feridas pelo cetro dourado. Sentou-se, assustado, dolorido, olhando sem ver, e enxugou as lágrimas. A despeito de sua aflição, não puderam os aqueus deixar de rir, e cada qual dizia, olhando para o companheiro mais próximo: “Realmente, mil belas ações já praticou Ulisses, dando bons conselhos e preparando a guerra. Hoje, porém, entre os Argivos, praticou a melhor de todas, impondo silêncio a esse insultador ofensivo. Depois disto, duvido que seu coração arrogante volte a levá-lo a provocar os reis com suas diatribes.”

(...)

Extraído e adaptado de: Homero. *Ilíada*. Tradução de Octávio Mendes Cajado. Difusão Europeia do Livro. São Paulo, 1961

Apêndice 6: A invenção grega e a releitura da *Ilíada* (Canto II)

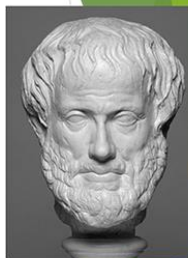
O Ppt mostra os trechos da *Ilíada* relacionados com os aspectos políticos encontrados pelos alunos no texto lido:

A invenção grega e a releitura da *Ilíada* (Canto II)

JUSTIFICAÇÃO NATURALISTA DO ESTADO- ARISTÓTELES

Vida

- ▶ Nasceu em Estagira (norte da Grécia) por volta de 384 (383) a.C.;
- ▶ 366/365 a.C. (entre 17/18 anos) mudou-se para Atenas e ingressou na Academia platônica- foi aluno e professor;
- ▶ 347 a.C., com a morte de Platão, funda sua própria escola em Assos e passa a ser uma espécie de *professor visitante*;
- ▶ 342 a. C., foi convidado por Felipe II, rei da Macedônia, para ser professor de Alexandre (o Grande)- até 366 a. C. quando Alexandre sobe ao trono;
- ▶ 337 a.C., volta para Atenas e funda junto ao templo de Apolo Lício sua nova escola, o Liceu. O Liceu também é conhecido como Escola Peripatética;
- ▶ 323 a. C., com a morte de Alexandre (houve uma forte reação antimacedônia), foi acusado de impiedade, como Sócrates. Fugiu para Cálcis para não permitir que os atenienses "pecassem duas vezes contra a filosofia";
- ▶ 322 a. C. morre de uma doença estomacal.



Escola de Atenas pintada por Rafael (1509) em uma sala do Palácio do Vaticano por encomenda do Papa Júlio II



Escola de Atenas- detalhe da *pintura*



Aristóteles e Alexandre- (gravura de Charles Laplanche)



Corpus aristotelicum

- ▶ **LÓGICA:** *Categorias, Da interpretação, Primeiros Analíticos, Segundos Analíticos, Tópicos, Refutações sofisticas*
- ▶ **CIÊNCIAS NATURAIS:** ("FÍSICA") *Do Céu, Da Geração e Corrupção, Meteorologia, Física ("o mundo natural), Metafísica*
- ▶ **ÉTICA:** *Ética a Eudemo, Ética a Nicômaco, Magna moralia;*
- ▶ **PSICOLOGIA:** *Da alma, Da sensação e do sensível, Da memória, Do sono e da vigília, Dos sonhos, Da adivinhação pelos sonhos, Da extensão e brevidade da vida, Da juventude e da velhice, da vida e da morte, da respiração;*
- ▶ **BIOLOGIA:** *Investigações sobre os Animais, Das partes dos animais, Do movimento dos Animais, Do modo de andar dos animais, Da geração dos animais*
- ▶ **POLÍTICA:** *Política, Constituição dos atenienses*
- ▶ **CRÍTICA LITERÁRIA:** *Retórica, Poética.*

Releitura da *Ilíada* (Canto II- sob a perspectiva política)



Ruínas da muralha leste e de uma torre de vigia de Tróia em Hissarlik, Turquia.

Data: c. -1260 Imagem: FALCs, 1996



A invenção grega e a releitura da *Ilíada* (Canto II)

- ▶ Os homens se organizam em forma de sociedade, de tal modo que se associando, em comunidades ou cidades, estabelecem relações sociais e políticas, garantindo algum tipo de benefício coletivo ou bem maior.
- ▶ A cidade-estado é o resultado de um esforço das comunidades, como sendo a perfeição destas. No entanto, ela não existe sozinha, depende de todos que a formaram.

▶ **Organização dos povos:** muitas vezes, os governantes das grandes nações se reúnem para decidir assuntos de caráter político (Bruna e Gabriela)



cidade-estado

Comunidades- associações	Finalidades
Macho-fêmea (animais, vegetais, humanos)	Reprodução
Homem-mulher	Reprodução
Senhor-escravo	Conservação das espécies
Família	Sobrevivência: satisfação das carências básicas de todos os componentes
Pequeno burgo, povoado, vila	Voltado para o aspecto de comércio, troca de mercadorias (produtos)
Cidade-estado	Bem estar, não apenas o sobreviver, mas o VIVER BEM.

A finalidade da *pólis* (cidade-estado)

- ▶ Finalidade da cidade-estado: proporcionar ao cidadão a felicidade (bem-estar), além disso, tornar o cidadão como um ser possuidor de autarquia, ou seja, se dar os próprios princípios de relação entre liberdade e igualdade, isso quer dizer, de forma simples, comandar-se a si mesmo.

Eudaimonia- Bem supremo

- ▶ Para Aristóteles todas as ações humanas tendem a “fins” que são “bens”, ou seja, o conjunto das ações humanas é o conjunto dos fins particulares para os quais elas tendem, subordinam-se a um “fim último”, que é o “bem supremo”, que todos concordam em chamar “felicidade”(eudaimonia).

Este bem supremo realizável pelo homem consiste em aperfeiçoar-se enquanto homem, ou seja, naquela atividade que o diferencia de todas as outras coisas, a saber, *o homem que quer viver bem deve viver sempre segundo a razão.*

Para tanto, Aristóteles afirma que a política, e somente ela, pode assegurar o bem maior do homem, que é a felicidade de todos os cidadãos.

A Política- Aristóteles

- ▶ *“Sabemos que toda a cidade é uma espécie de associação, e que toda associação se forma tendo por alvo algum bem; porque o homem só trabalha pelo que ele tem em conta de um bem. Todas as sociedades, pois, se propõem qualquer bem- sobretudo a mais importante delas, pois visa a um bem maior, envolvendo todas as demais: a cidade ou sociedade política” (A Política, Livro I, Capítulo 1, 1252^a).*

Releitura da Ilíada- o cidadão perfeito

- ▶ *O que há de verdadeiro é que não é preciso elevar ao grau de cidadão aqueles dos quais a cidade necessita para existir. Assim as crianças não serão cidadãos do mesmo modo que os homens feitos; estes o são em sentido absoluto, aquelas em esperança. Sem dúvida são cidadãos, mas imperfeitamente. Também, nos tempos antigos, certos povos consideravam os artesãos como escravos ou estrangeiros, e é por isso que ainda hoje a maior parte dos artesãos como tais é considerada. O que há de certo é que a cidade modelo não deverá jamais admitir o artesão no número dos seus cidadãos. Se não o admitir, então será possível dizer que a virtude política [saber obedecer e mandar] de que falamos não pertence a todo cidadão, mas somente ao homem livre- e sim, se dirá que ela pertence a todos aqueles que não têm necessidade de trabalhar para viver. (...)*
- ▶ Livro III- Do cidadão perfeito (capítulo III, 1278^a- 1278^b)
- ▶ Homem do povo (Tersites) tentando participar das decisões (Lucas Fernandes)

Releitura da Ilíada- a sabedoria da multidão

- ▶ *Deve-se entregar a soberania à multidão, de preferência aos homens mais eminentes, sempre em minoria? Esta solução do problema apresenta ainda alguns embaraços, mas talvez também encerre a verdade. Porque é possível que os homens que formam a multidão, embora seja cada um deles um homem superior, prevaleçam, quando reunidos, sobre os homens mais eminentes, não como indivíduos, mas como massa (do mesmo modo que os banquetes de despesas comuns são mais belos que aqueles cuja a despesa é paga por uma única pessoa). Cada indivíduo, em uma multidão, tem sua parte de prudência e virtude. Da reunião desses indivíduos faz-se, por assim dizer, um só homem que possui uma infinidade de pés, mãos e sentidos. O mesmo acontece em relação aos costumes e à inteligência. Aí está por que a multidão julga melhor as obras dos músicos e dos poetas; porque um aprecia uma parte, outro outra, e todos reunidos apreciam o conjunto.*
- ▶ Livro III, capítulo VI, 1281ª-43- 1281b
- ▶ Argumentos: políticos e religiosos (Lucas Fernandes)
- ▶ Assembleias (Gilvar, Gabriel C.; Catharina, Guilherme, Matheus K.)
- ▶ Democracia oligárquica (Lucas Mariano, Matheus P. Willian R.)
- ▶ Hierarquia (Allan, Felipe, Géssica e Otávio)
- ▶ Conselhos (Carlos, Isabela e Roberto)

Parlamento grego(1)



Troca da guarda (2)



Referências

- ▶ ARISTÓTELES. *A Política*. Tradução: Nestor Silveira Chaves. São Paulo. EDIPRO, 2009.
- ▶ LAW, Stephen. *Guia ilustrado Zahar- Filosofia*. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Revisão técnica: Danilo Marcondes. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2011.
- ▶ NICOLA, Ubaldo. *Antologia ilustrada de Filosofia- das origens à idade moderna*. São Paulo. Editora Globo, 2005.
- ▶ REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. *História da Filosofia- Antiguidade e Idade Média- Volume 1*. São Paulo. Editora Paulus, 1990.